



Gustavo Antunes Rodrigues Martins Carneiro

2º Ciclo de Estudos em História Contemporânea

Paz, Palavra Proibida – o Partido Comunista Português e a Luta pela Paz (1950-1952)

2013

Orientador: Professor Doutor Manuel Loff

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Índice

Introdução:	1
Capítulo 1 – O Movimento Mundial da Paz:	10
Capítulo 2 – Portugal e a Guerra Fria:	29
Capítulo 3 – Tática e objectivos:	41
Capítulo 4 – Causas e argumentos:	59
Capítulo 5 – Acção e campanhas:	81
Conclusão:	102
Fontes:	111
Bibliografia:	115

Não basta querer a Paz, é preciso lutar pela Paz.

Georgi Dimitrov

Para o Vasco e para a Vera, que me inspiram a ser melhor, todos os dias.

Para a Joana, que me acompanha no mais entusiasmante dos percursos, a vida.

Para os meus pais, sem os quais nada disto seria possível.

Para os meus companheiros do Conselho Português para Paz e Cooperação, que continuam a desbravar, hoje, os caminhos abertos pelos protagonistas desta dissertação.

Para todos aqueles que, com tenacidade e coragem, lutam por um Mundo melhor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar à Joana, pela paciência e pela disponibilidade manifestadas em todo o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, pelo estímulo e pelo apoio. Ninguém mais do que eles apreciará a conclusão desta fase do meu percurso académico.

Ao professor Manuel Loff, pela frontalidade com que criticou o meu trabalho e me impulsionou a fazer melhor.

Ao Partido Comunista Português, e principalmente à Manuela Bernardino e à Susana Luís, pela celeridade com que cederam os documentos solicitados.

Aos funcionários da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico-Social do Instituto de Ciências Sociais, pela simpatia e profissionalismo com que me ajudaram a encontrar alguns documentos fundamentais.

Introdução

1. Objecto de estudo e problemática

Esta tese resulta, em primeiro lugar, de um interesse pessoal pelo objecto de estudo, que se prende com a minha participação no Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC) estrutura organizativa herdeira do movimento social que se pretende dissecar¹. O activismo pela Paz permitiu-me observar, ao longo da última década e meia, um conjunto de movimentos – entre os quais destaco a mobilização contra a realização em Portugal, em Novembro de 2010, de uma cimeira da NATO², pela pluralidade e pelo seu carácter de massas – que suscitaram a problemática central desta investigação: por que razão um movimento que visava uma ampla unidade, e cuja intervenção teria, no fundamental, que ser «legal»³, teve origem num período particularmente hostil ao seu principal promotor, o Partido Comunista Português?

De facto, quando os *partidários da paz* portugueses, impulsionados pelos comunistas, dão os seus primeiros passos, a conjuntura era tudo menos favorável, quer no que respeita à capacidade de resposta e meios de repressão do regime, quer no que se refere ao isolamento do PCP no campo da oposição, quer ainda no que concerne à conjuntura internacional, marcada pelo clímax da Guerra Fria. No início da década de 50, há muito que o entusiasmo provocado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das potências do *Eixo* dera lugar a novas e fundadas apreensões: a *Grande Aliança* vencedora do conflito (URSS, EUA e Inglaterra) não só se havia desmoronado, como dera já lugar a um Mundo bipolar marcado por uma permanente ameaça de

¹ Os princípios, história e os Estatutos do Conselho Português para a Paz e Cooperação podem ser consultados em www.cppc.pt/site_old/public_html/quemsomos.htm (consultado pela última vez em Julho de 2013).

² No dia 20 de Novembro de 2010, milhares de pessoas manifestaram-se na Avenida da Liberdade, em Lisboa, contra a realização, noutro ponto da capital, de uma cimeira da NATO, com a presença de chefes de Estado e de governo dos países membros da *Aliança Atlântica*. A convocatória partira da plataforma «Paz Sim! NATO Não!», composta por mais de cem organizações de várias áreas de intervenção. Cf. www.pazsimnatonao.org/apelo/as-organizacoes/ (consultado pela última vez em Julho de 2013).

³ «A realização desta tarefa, que no fundamental tem de ser legal se queremos que as mais amplas massas da população portuguesa participem nelas, exige dos comunistas muita perseverança na acção diária junto das massas. Não devemos esquecer que estamos em regime fascista e que este fará tudo que estiver ao seu alcance para atemorizar as massas e impedir a organização de acções concretas de luta pela Paz. Só evitando as acções isoladas e individuais e entrando decididamente no caminho da mobilização de massas paralisaremos a acção repressiva do governo.» Cf. «Organizemos a defesa da Paz», in *O Militante*, III série, n.º 60, Julho de 1950, p. 3-4.

guerra. É de lembrar, a este respeito, a intervenção militar da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na guerra civil grega, a tensão constante em torno da Alemanha, o alargamento da presença militar norte-americana na Europa, África e Ásia, a criação da NATO, e, sobretudo, a guerra da Coreia (porventura o acontecimento que terá estado mais próximo de desembocar num conflito generalizado).

Esta polarização global, que teve expressão em todos e cada um dos países do Mundo, resultou, em Portugal, no alinhamento do salazarismo com o bloco anglo-americano (e, conseqüentemente, no seu reforço interno), por um lado; e, por outro, pela redefinição do campo oposicionista, marcado por um crescente e acentuado isolamento dos comunistas face a sectores que, sendo anti-salazaristas, tinham claras e assumidas simpatias com o bloco *atlantista* liderado pelos EUA. Esta conjuntura tornava particularmente difícil a mobilização em torno de um movimento centrado na crítica à política externa dos Estados Unidos da América e seus aliados.

Desde a data em que assumi responsabilidades na direcção do CPPC que pude observar outro fenómeno significativo no progresso da organização: a sua integração num mais alargado movimento global dirigido por outra organização histórica, o Conselho Mundial da Paz⁴. Neste sentido, para além do processo da mobilização contra a ameaça de uma nova guerra, levado a cabo naqueles *anos de chumbo*, interessou-me compreender igualmente a inserção internacional do movimento.

Verifiquei que o processo de mobilização no qual foi fundado – as suas causas e campanhas, o seu alcance, os seus limites, a sua origem – ainda não fora estudado como um objecto de estudo em si mesmo, não obstante a luta pela paz ter assumido um papel preponderante no quadro da contestação ao regime salazarista neste e noutros momentos da sua história. Por definir ficavam, então, as suas balizas cronológicas e, mais importante, sob que ângulo de análise efectuar a investigação. Não foi fácil chegar à definição do período temporal a abordar – os anos de 1950, 1951 e 1952.

Se um tão curto intervalo dificulta a compreensão do objecto de estudo numa perspectiva mais alargada, por outro, acabou por verificar-se que foi neste exíguo recorte temporal que se integraram as primeiras iniciativas com expressão social e

⁴ A história e as causas do Conselho Mundial da Paz podem ser consultadas em www.wpc-in.org/informationletter.html (consultado pela última vez em Julho de 2013).

impacto político⁵ e foi definido o essencial do enquadramento teórico e tático a conferir a esta luta. Além-fronteiras, foi igualmente nestes anos que a ameaça de uma nova guerra impeliu a formação de uma *frente comum*, liderada pelo movimento comunista internacional. Ou seja, analisar este intervalo permitiria compreender as origens históricas da expressão nacional do movimento pela Paz corporizado, a nível global, pelo Conselho Mundial da Paz.

O ângulo de análise impôs-se no decorrer da investigação. Por um lado, analisar a origem do movimento da Paz sem observar o papel determinante dos comunistas na sua concepção e dinamização era simplesmente impossível – dado o papel hegemónico que o Partido Comunista Português assumiu na resistência ao fascismo desde o início dos anos quarenta do século XX e, em particular, nesta frente específica. Por outro, as fontes disponíveis – escassas devido à censura e à repressão – oferecem sobretudo dados sobre o pensamento e acção destes protagonistas.

Para dar mais inteligibilidade à descrição deste fenómeno, foram dissecadas separadamente as suas diferentes componentes – tática, discurso e acção. Embora indissociáveis e concomitantes, estas respondem a distintas questões: a concepção dos comunistas quanto aos objectivos desta frente e o envolvimento, nela, de organizações unitárias, como o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil), o Movimento Nacional Democrático (MND) e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP); a forma como cada uma das estruturas adaptou a propaganda destes postulados aos diferentes grupos sociais que pretendiam envolver; e a concretização dos seus desígnios em acções de luta e novas organizações, nomeadamente o Movimento Nacional para a Defesa da Paz (MNDP), cuja criação se iniciou precisamente nesses anos.

2. Estado da questão

Se a luta pela Paz em Portugal ainda não foi estudada de forma autónoma, isso não significa que o tema não tenha sido abordado por alguns autores em obras dedicadas aos seus principais protagonistas – os comunistas. Os investigadores do movimento

⁵ A balizar esta análise estão, na primeira metade de 1950, o lançamento em Portugal do *Apelo de Estocolmo* e a criação, em torno dele, das primeiras comissões de base para a defesa da Paz e, no início de 1952, a contestação à reunião de ministros da NATO, realizada no Instituto Superior Técnico, em Lisboa.

operário e comunista têm vindo a salientar mais os fracassos que os sucessos nesta frente, não deixando de reconhecer o seu relativo impacto. Nas análises parciais do movimento dos *partidários da Paz* portugueses, é colocada a tónica sobretudo na importação das propostas soviéticas e da sua adaptação à realidade portuguesa.

Ramiro da Costa, na sua obra sobre o movimento operário português, refere que a integração da luta pela Paz na «defesa da pátria socialista» (a União Soviética), não permitiu relacionar esta causa com as «reivindicações mais prementes do povo português», razão pela qual o movimento terá ficado marcado por «sucessivos fracassos». Este autor salienta ainda que «apesar da sua importância e dos esforços desenvolvidos para a levantar, ela [a luta pela Paz] não atingiu verdadeiramente uma expressão de massas»⁶.

No terceiro volume da *Biografia Política* de Álvaro Cunhal, José Pacheco Pereira dedica várias páginas a esta questão, apresentando-a como uma «viragem na orientação comunista» que não terá sido «fácil de fazer no PCP». Entre as dificuldades encontradas, o autor destaca o isolamento interno e a repressão de que o PCP era alvo; a resistência dos activistas «legais» e dos *controleiros* à criação de uma nova estrutura, para coordenar a luta pela Paz, num momento em que se encontravam a braços com a construção e defesa do MND e do MUD Juvenil; e a maior apetência dos militantes pelas questões de política interna em detrimento daquelas que derivavam da situação internacional. Em sua opinião, havia ainda uma «dificuldade suplementar»: a contradição que encontra entre a «construção do movimento da “paz” com as características pretendidas pelo *Kominform*» e o «ambiente de depuração interno do PCP, onde a mais pequena diferença de opinião levava à expulsão», entravando assim a constituição de um «movimento de massas alargado»⁷.

Este autor realça ainda a «vaguíssima adesão» dada ao movimento por muitas das personalidades não comunistas que integraram a primeira Comissão Central da Comissão Nacional para a Defesa da Paz, fundada em Agosto de 1950, muitas das quais a abandonariam logo que surgiram no seu seio as primeiras oposições à participação de

⁶ COSTA, Ramiro da, *Elementos para a História do movimento operário em Portugal*, Vol. II, p. 102

⁷ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*, vol. III (*O Prisioneiro*), pp. 113-114

Portugal na NATO. José Pacheco Pereira chama ainda a atenção para as divergências no interior do próprio PCP quanto à prioridade e peso a dar a este movimento⁸.

João Madeira, por seu lado, defende que este movimento era tendencialmente fechado, uma vez que «naquela conjuntura a linha de demarcação do campo dos aliados só podia desenhar-se entre aqueles que não adoptavam nem resvalavam para posições anticomunistas», o que tornava difícil «encontrá-los fora de franjas estreitíssimas de *compagnons de route*»⁹. O autor de *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria* refere uma outra causa que, em sua opinião, contribuiu para o difícil arranque do movimento: a ligação da luta pela Paz à «simpatia pela União Soviética e pelos novos países de democracia popular», chegando mesmo a falar de um «alinhamento tácito com o bloco soviético»¹⁰. Pacheco Pereira reconhece que esta era, efectivamente, uma acusação frequentemente lançada contra o movimento pela Paz, tanto pelo salazarismo como inclusivamente por parte de sectores da oposição não comunista: o próprio *Apelo de Estocolmo* foi apelidado, por alguns, de «manha comunista»¹¹.

Dawn Linda Raby, porém, salienta que as críticas formuladas, designadamente pelo MND, contra a NATO e a adesão de Portugal «alertaram a população para o problema e contribuíram para a criação de uma forte corrente de opinião pública contrária à participação do País em blocos militares». A autora refere-se ainda ao «poderoso impacte na opinião pública» que terá alcançado o folheto deste movimento, intitulado *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*, emitido em Janeiro de 1952, nas vésperas da reunião da aliança atlântica em Lisboa¹².

No que se refere aos resultados do movimento no discurso e na acção dos sectores mais à esquerda da oposição ao salazarismo, as teses parecem ser mais consensuais. José Pacheco Pereira reconhece que, a partir de meados do ano de 1950, «em todos os discursos públicos e privados em reuniões oposicionistas não se falasse senão da “paz”»¹³. João Madeira admite, por seu lado, que o combate pelo fim do

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria – «Sectarismo», «Desvio de Direita», «Rumo à Vitória» (1949-1965)*, Dissertação de Doutoramento defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2011, p. 185. Disponível em linha em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/67111/1/O%20PCP%20e%20a%20guerra%20fria.pdf> (consultado pela última vez em Julho de 2013).

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ PEREIRA, José Pacheco, Álvaro Cunhal, *uma Biografia Política*, vol. III (*O Prisioneiro*), pp. 118

¹² RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, pp. 43-44

¹³ PEREIRA, José Pacheco, Álvaro Cunhal, *uma Biografia Política*, vol. III (*O Prisioneiro*), p. 113.

regime surge desde então intimamente ligado à luta contra uma nova guerra, pela Paz, à oposição à participação de Portugal na NATO e à cedência de bases militares nacionais às potências ocidentais, nomeadamente aos Estados Unidos da América e à Inglaterra¹⁴.

No que respeita à influência soviética sobre as opções tácticas e formulações teóricas dos comunistas portugueses, este mesmo autor já sublinhara a aplicação à situação portuguesa do quadro de análise da conjuntura internacional patente no relatório de Jdánov na conferência constitutiva do *Kominform* (1947)¹⁵. Também José Pacheco Pereira destaca que, se as considerações de geopolítica sempre foram fundamentais no movimento comunista, com a posição de força com que a URSS saiu da guerra, a consubstanciação do *campo socialista* e a Guerra Fria, a dimensão internacional do discurso do PCP torna-se dominante – «à “revolução” substituiu-se a “paz”»¹⁶. Fernando Rosas também conclui que, neste período, devido à intensificação da repressão e ao isolamento político, a intervenção do PCP é «mimeticamente inspirada no clima que se vive no campo socialista»¹⁷.

3. Objectivos e metodologia

Como já foi aflorado, os desígnios desta dissertação dividem-se em três vertentes: 1) analisar o papel dos comunistas na dinamização do movimento da Paz surgido, na conjuntura da Guerra Fria, em torno do Conselho Mundial da Paz; 2) avaliar o protagonismo deste movimento na construção de soluções unitárias para a luta antifascista e compreender como estas foram teorizadas e planificadas; 3) e, finalmente, integrar este fenómeno no processo histórico global.

Este último propósito, não obstante ambicioso para uma tese de mestrado, foi motivado pela relevância dos factores internacionais na modelação do movimento, como sublinhado nas obras supracitadas. Esta opção foi sustentada na literatura que valoriza o papel da internacionalização da arena política na evolução dos movimentos sociais em geral, particularmente no decorrer da *Era de Catástrofe*¹⁸ que antecede o

¹⁴ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 185.

¹⁵ MADEIRA, João, *Os engenheiros de almas – O Partido Comunistas e os Intelectuais*, p. 247.

¹⁶ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*, vol. III (*O Prisioneiro*), p. 112.

¹⁷ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», 7.º vol. de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, p. 520.

¹⁸ HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*.

período em análise¹⁹. Não se propõe, naturalmente, fazer a história do movimento mundial da Paz, mas apenas, com base na bibliografia de referência, dar os primeiros passos numa *histoire croisée*, valorizando o impacto das transferências, relações, intersecções e circulação internacionais nos processos de mobilização, e nomeadamente no objecto de estudo desta dissertação²⁰.

Este, contudo, foi também profundamente condicionado pela *estrutura de oportunidade política* – forma como a estrutura política torna a acção colectiva mais ou menos possível e eficaz – do contexto nacional. Segundo Doug McAdam, esta *estrutura de oportunidade política* resume-se da seguinte forma: «*the relative openness or closure of the institutionalized political system; the stability or instability of that broad set of elite alignments that typically undergrid a polity; the presence or absence of elite allies, and the state's capacity and propensity for repression*»²¹. Como os estudos comparativos de movimentos sociais ilustram, estas variáveis têm uma influência determinante na escolha de estratégias e no impacto das mesmas²². Neste sentido, foi dada uma especial atenção ao processo político português na alvorada da Guerra Fria.

Para analisar o *processo de mobilização* em si teve-se em consideração a recente actualização ao programa de investigação dos movimentos sociais esquematizada por Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow. Entre a vasta literatura teórica consagrada a estes fenómenos, a conceptualizada e testada na obra *Dynamics of Contention* mostrou-se a mais adequada, uma vez que se aplica a curtos episódios de conflito político, permitindo analisar em detalhe os mecanismos que estes reflectem. Por outro lado, a tónica que este modelo interpretativo coloca nos processos dinâmicos confere-lhe uma particular utilidade para a reconstrução histórica²³. De facto, este quadro teórico permite compreender um movimento como mais do que «uma simples expressão de reivindicações de um grupo pré-existente, mas como um processo activo, criativo e constitutivo»²⁴. Segundo os autores, os episódios de acção colectiva envolvem

¹⁹ GEYER, Martin H. e PAULMANN, Johannes, *The Mechanics of internationalism: culture, society, and politics from 1840's to the 1st World War*.

²⁰ WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte, «Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity» in *History and Theory*, Vol. 45, No. 1 (Feb., 2006), pp. 30-50

²¹ McADAM, Doug, «Conceptual origins, current problems, future directions». In: McADAM, Doug, McCARTHY, John D., e ZALD, Mayer N., *Comparative Perspectives in Social Movements*, p.10.

²² KITSCHOLT, Herbert P., *Political opportunity structures and political protests: Anti-nuclear movement in four democracies*, p. 58.

²³ TILLY, Charles, McADAM, Doug e TARROW, Sidney, *Dynamics of Contention*.

²⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 56-57.

comummente actores estabelecidos e já testados meios de reivindicação – no caso, o PCP e a acção de massas, respectivamente. Nestes episódios, todavia, criam-se novas identidades – os *partidários da Paz*; novos realinhamentos no campo político – o isolamento do PCP no campo da oposição e o investimento numa *unidade pela base*; e novas reivindicações – a proibição da bomba atómica, a extinção da NATO e a contestação do caminho para uma nova guerra.

Este modelo aconselha a direccionar a investigação empírica para: 1) o carácter contingente dos actores e identidades socialmente construídas durante um processo de mobilização; 2) as relações entre actores, acção e identidades; a forma como a acção colectiva em si própria transforma as identidades e como essa transformação altera o carácter e os efeitos da mobilização; e 3) a criação e transformação de actores, identidades e formas de acção no curso de um episódio de conflito, alterando os repertórios de acção colectiva²⁵. Com o objectivo de conferir dinamismo à interpretação de um episódio, estes autores sugerem ainda que se verifique: em vez da estrutura de oportunidade política, a percepção de ameaça ou oportunidade; em vez das estruturas de mobilização, a apropriação social de recursos organizacionais; e, em vez do enquadramento estratégico, a construção social de repertórios transgressivos para a inovação da acção colectiva.²⁶

4. Bibliografia e fontes

Para concretizar este programa recorreu-se prioritariamente às obras de referência sobre o período em análise, procurando-se compreender a conjuntura sociopolítica que enquadra o objecto de estudo. A bibliografia internacional dedica invariavelmente um espaço significativo ao processo de polarização político-ideológica que caracteriza o segundo pós-guerra e ao receio generalizado de um novo conflito. Uma vez que o processo de mobilização focado nesta dissertação está intimamente ligado ao movimento comunista internacional, houve também que examinar a literatura referente à sua evolução e intervenção neste período, o que, desde logo, revelou a importância conferida pelos seus principais dirigentes à luta pela Paz. Complementaram-se estas leituras com outras análises mais aprofundadas do

²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 61-62.

²⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 43-49.

movimento da Paz corporizado pelo Conselho Mundial da Paz à escala global e replicado em diversos contextos nacionais.

A conjuntura política nacional foi igualmente alvo de aturada observação, recorrendo-se uma vez mais às obras de referência que caracterizam este período. Procurou-se sobretudo assimilar as possibilidades e constrangimentos específicos que os comunistas portugueses enfrentavam ao promover uma causa de carácter internacional, num contexto marcado por um regime violento e violentamente hostil à mesma (tendo em conta que punha em causa um dos seus principais sustentáculos no pós-guerra, o alinhamento com os EUA), e por um espectro político, mesmo no campo oposicionista, igualmente adverso a qualquer tipo de associação, por mais ténue que fosse, ao *campo socialista*.

Perante este cenário, a análise empírica direccionou-se em primeiro lugar para a tática conceptualizada e posta em prática pelos principais protagonistas do movimento. Com base na imprensa clandestina e relatórios do PCP (a primeira disponível na Internet²⁷ e os segundos cedidos pelo Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português²⁸), procurou-se compreender o que o Partido Comunista pretendia alcançar e de que forma julgava poder contornar estas dificuldades. Importava também descortinar a razão do investimento do PCP nesta frente. No decurso desta investigação, que se alargou a manifestos, boletins e panfletos das organizações unitárias – encontrados no fundo da PIDE-DGS, depositado na Torre do Tombo; no espólio de Pinto Quartim, guardado no Arquivo de História Social do Instituto de Estudos Sociais, e, novamente, no Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português –, verificou-se que o discurso do PCP e seus aliados apresentava *nuances* consoante o emissor (as diferentes organizações que promoveram o movimento – PCP, MND, MUD Juvenil, APFF e MNDP) e os receptores (as distintas camadas e sectores sociais que se pretendia envolver). Decidiu-se assim, aprofundar esta problemática, procurando ilustrar o esforço de atingir os objectivos tácticos traçados, entre os quais se destacava o desígnio de envolver amplas camadas da população.

²⁷ O *Avante!* está disponível em linha em www.pcp.pt/avante-clandestino; e *O Militante* em www.pcp.pt/o-militante-clandestino.

²⁸ Os documentos foram cedidos após um pedido formal, através de uma carta dirigida ao Secretariado do Comité Central do PCP com a lista dos documentos pretendidos, de carácter público, citados na bibliografia consultada.

Não obstante a escassez de informação sobre os impactos deste empenho no movimento, procurou-se recolher os indícios existentes, de forma a disponibilizar neste ensaio uma visão, ainda que parcial, dos resultados desta movimentação. Para além das fontes supracitadas, foram sobretudo os processos da PIDE e os testemunhos de alguns activistas, constantes em obras de carácter memorialístico, que permitiram ilustrar, ainda que de forma truncada, a panóplia de iniciativas e actividades levadas a cabo nesses anos em torno da defesa da Paz. Infelizmente, tendo em conta o carácter efémero das organizações envolvidas neste movimento (à excepção do PCP), e sobretudo à situação de clandestinidade em que actuavam, não existem fundos documentais próprios. A documentação consultada encontrava-se dispersa nos arquivos e publicações atrás referidos e em diversos processos da PIDE referentes a activistas e movimentos envolvidos neste processo de mobilização. Em alguns relatórios internos da polícia política, igualmente disponíveis no fundo da PIDE-DGS, foi possível ter uma maior percepção dos resultados do movimento.

Por forma a complementar o enquadramento internacional, que foi feito sobretudo com base em bibliografia de referência, foram consultados alguns documentos fundamentais sobre os movimentos mundial da Paz e comunista internacional, recorrendo a recursos *webográficos*, à excepção das actas do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz e do segundo Congresso Mundial dos Partidários da Paz, encontradas na biblioteca da London School of Economics, em Londres.

1. O movimento mundial da Paz

O movimento da Paz cuja expressão nacional pretendemos analisar na presente dissertação nasceu das cinzas da Segunda Guerra Mundial, na alvorada da chamada Guerra Fria. Não é objectivo deste capítulo analisar as origens e as causas deste conturbado e particularmente tenso período do século XX; os seus propósitos são bem mais modestos: enquadrar este movimento internacional numa determinada conjuntura, traçar as linhas programáticas e táticas fundamentais e procurar discernir o alcance que esta movimentação atingiu à escala global. Uma conclusão é desde logo clara: a sua adequação ao sentimento generalizado à escala mundial, nesses anos, de que uma nova

guerra podia deflagrar a qualquer momento. Uma guerra que, com a entrada em cena das armas nucleares, prometia ser ainda mais devastadora do que todas as travadas até então.

A este respeito, Eric Hobsbawm refere que, mal terminara a Segunda Guerra Mundial, a humanidade «mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial (...). Gerações inteiras cresceram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade»²⁹. François Furet, por seu turno, realça que a ameaça de uma nova guerra surgia então, não como algo vago e longínquo, mas como um «confronto quase inevitável». A atmosfera geral da Europa nesse período, acrescenta, «não se presta ao optimismo (...). Saturada de violência e de tragédias, simultaneamente cínica e sentimental, a opinião pública acostumou-se de certa forma à desgraça»³⁰. Tony Judt também refere o receio generalizado de que tal confronto se tornasse uma realidade³¹.

Este temor seria de tal ordem que, na sequência do lançamento pelos EUA das bombas atómicas sobre Hiroxima e Nagasáqui, foram criados – ou, em alguns casos, reapareceram – fortes movimentos em defesa da Paz, envolvendo centenas de milhares de pessoas em todo o Mundo. Lawrence S. Wittner refere o início de uma verdadeira «cruzada para salvar a humanidade da destruição nuclear»³². De facto, desde a primeira metade do século XIX que existiam movimentos populares de oposição à guerra, que perderiam muita da sua influência aquando da Segunda Guerra Mundial³³. Depois desta, e com o advento da arma atómica, surgiram em todo o Mundo organizações e personalidades empenhadas na defesa da Paz e na oposição à arma atómica. O movimento reunido em torno do Comité Mundial dos Partidários da Paz, primeiro, e do Conselho Mundial da Paz, depois, foi um dos que abraçou esta causa.

²⁹ HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*, p. 226. O autor não acredita que se tenha estado à beira de uma terceira guerra mundial, «apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados [norte-americano e soviético], mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um poder desigual mas não contestado na sua essência». Tal não significa, como ele próprio reconhece, que a população mundial tivesse disso consciência.

³⁰ FURET, François, *O passado de uma ilusão, Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*, p. 453.

³¹ JUDT, Tony, *Pós-Guerra, História da Europa desde 1945*, p. 265. Este autor também duvida que tenha havido um perigo real de guerra na viragem da década de 40 para a década de 50.

³² WITTNER, Lawrence S., *Confronting the Bomb*, p. 9.

³³ O autor refere três grandes organizações que, com a Segunda Guerra Mundial, tinham desaparecido: *War Resisters' International*, *The Fellowship of Reconciliation* e *Women's International League for Peace and Freedom*. Os membros destes e de outros movimentos foram marginalizados, desacreditados, presos e mesmo mortos, dependendo do país em que actuavam. Cf. Idem, *ibidem*.

A paz alcançada com a derrota da Alemanha nazi e do Japão imperial, respectivamente em Maio e em Agosto de 1945, deu rapidamente lugar à eminência de uma nova guerra. De facto, a aliança forjada entre a União Soviética, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América na luta contra as potências do *Eixo* não resistiu aos primeiros anos do pós-guerra, dando-se início ao período que ficou conhecido por Guerra Fria³⁴: em Março de 1946 o antagonismo entre EUA e Inglaterra, por um lado, e União Soviética, por outro, torna-se claro para todos. Em Fulton, nos Estados Unidos da América, o já então ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill – tendo a seu lado o presidente Harry Truman, que sucedera a Roosevelt – proferia o discurso da *Cortina de Ferro*, que para muitos marca, no plano simbólico, o início da Guerra Fria. O político conservador alertava para as «quintas colunas comunistas» que se estabeleciam em muitos países ocidentais e para o que chamava de «expansionismo soviético». Ao mesmo tempo, atribuía um papel dirigente aos países de língua inglesa e defendia que o segredo da energia nuclear se mantivesse apenas no conhecimento de um grupo restrito de países ocidentais³⁵. A este discurso respondeu Stáline acusando Churchill de ter assumido um «grito de guerra contra a URSS»³⁶.

Para Eric Hobsbawm, nos primeiros anos do pós-guerra, a URSS não era expansionista nem agressiva, não contando com «qualquer extensão adicional» para lá do que teria sido definido nas conferências Ialta, Potsdam e Teerão³⁷. Nesse período, a postura da União Soviética «não era agressiva, mas defensiva»³⁸. Jean Elleinstein concorda, referindo que a URSS saíra «económica e humanamente esgotada duma guerra cujo peso essencial tivera que suportar»: aos cerca de 25 milhões de mortos, acrescentavam-se «as ruínas, as cidades destruídas, as aldeias queimadas, as fábricas desaparecidas, os campos devastados em extensões que atingiam centenas de milhares de quilómetros quadrados». Os Estados Unidos, por seu lado, saíram do conflito «prósperos e poderosos», possuindo metade das reservas mundiais de ouro e metade da

³⁴ Se relativamente à origem deste período da história contemporânea há historiadores que sustentam várias opiniões – alguns situam-na na oposição ocidental à tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia, em 1917, outros nas dificuldades e conflitos no seio da grande aliança do tempo da guerra, havendo ainda os que colocam a tónica no impacto ameaçador da bomba atómica, considerando-a mais apontada à intimidação da União Soviética do que propriamente a acabar a guerra no Japão – já a data da sua «declaração» é menos polémica, situando-a uns no discurso proferido por Churchill em Fulton e outros na aprovação da *Doutrina Truman*, acontecimentos separados por um ano. Cf. ROBERTS, Geoffrey, *The Soviet Union in World Politics, Coexistence, Revolution and Cold War, 1945–1991*, p. 22.

³⁵ MORRAY, J.P., *Origens da guerra fria: de Yalta ao desarmamento*, pp. 62-68.

³⁶ Entrevista de J.V. Stáline ao *Pravda*, citada em MORRAY, J.P., *Op. Cit.*, pp. 68-69.

³⁷ HOBBSAWM, Eric, *Op. Cit.*, p. 229

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 231-232.

produção industrial de todo o planeta. Foram, assim, os «grandes beneficiários» da guerra, dispondo então do monopólio das armas atômicas³⁹. Outros autores, como François Furet ou Tony Judt têm uma opinião contrária no que respeita à postura soviética, se bem que o primeiro reconheça a sua inferioridade militar comparativamente com a norte-americana⁴⁰.

Analisando a política externa soviética nos primeiros anos do pós-guerra, Geoffrey Roberts realça as suas orientações fundamentais: a manutenção da paz; a prevenção do ressurgimento do poder alemão; o estabelecimento de uma esfera de influência soviética na Europa de Leste; a transformação da Europa numa região de democracias «novas» ou «populares»; o reconhecimento do estatuto, direitos e interesses da União Soviética como grande potência; e as reparações e reconstrução da economia soviética e a continuação da construção do socialismo no país. Estes objectivos (nomeadamente a manutenção da paz) necessitavam, para serem alcançados, da continuidade por um longo período da cooperação com os aliados ocidentais⁴¹. Vladimir O. Pechatnov também salienta as cautelas da direcção soviética para evitar um choque com os EUA e a Inglaterra, embora reconheça que estas não foram sempre bem-sucedidas⁴².

Em Março de 1947, é lançada a *Doutrina Truman*. Perante o Congresso dos EUA, o presidente Harry Truman solicita a concessão de créditos⁴³ para «proteger» a Grécia e a Turquia, ao mesmo tempo que atribuía ao seu país o «papel dirigente» no apoio aos ditos «povos livres»⁴⁴. Na sequência desta viragem na sua política externa, os EUA juntaram-se desde logo aos britânicos na guerra que se travava na Grécia, ao lado do governo recém-chegado de Londres que combatia o ELAS (organização armada de resistência, de forte influência comunista, que se batera contra o ocupante nazi). O conflito terminaria com a vitória das forças pró-ocidentais⁴⁵.

³⁹ ELLEINSTEIN, Jean, *História da URSS, vol. IV – A URSS contemporânea*, p.6.

⁴⁰ FURET, François, *Op. Cit.*, pp. 461.

⁴¹ ROBERTS, Geoffrey, *Op. Cit.*, pp. 16-17

⁴² PECHTANOV, Vladimir O., «The Soviet Union and the World, 1944-1953», in LEFFLER, Melvyn P. e WESTAD, Odd Arne (ed.), *The Cambridge History of the Cold War, volume 1: Origins*, pp. 100-101.

⁴³ O presidente dos EUA solicitou 300 milhões para encaminhar para a Grécia e 100 milhões para a Turquia. Cf. McCAULEY, Martin, *The Origins of the Cold War, 1941-1949*, p. 89.

⁴⁴ Citado em MAUROIS, André, «História dos Estados Unidos», in MAUROIS, André e ARAGON, Louis, *Os Dois Gigantes, História paralela dos Estados Unidos e URSS*, Vol. 3, p. 35.

⁴⁵ McCAULEY, Martin, *Op. Cit.*, p. 89.

Em Junho seria aprovado o chamado *Plano Marshall*, para a reconstrução da Europa. Os soviéticos e os países de democracia popular rejeitam-no, denunciando as «pressões políticas» que lhe estavam subjacentes e por o considerarem uma ingerência ao desenvolvimento soberano dos países. Portugal e a Turquia, que não participaram na guerra, foram abrangidos. No mesmo ano, George Kennan, do Departamento de Estado dos EUA, propõe, relativamente à União Soviética, a aplicação de uma política de contenção (*containment*), sendo a sua «arma essencial» a arma atómica⁴⁶.

Em 1949, é criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) – aliança militar que reunia EUA, Grã-Bretanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Canadá, Dinamarca, Islândia, Luxemburgo, Noruega e Portugal. A Grécia e a Turquia entrariam em 1952 e a República Federal da Alemanha consumaria a adesão pouco depois. A propósito da NATO, Tony Judt lembra a declaração do seu primeiro secretário-geral, o inglês Lord Ismay, para quem a organização serviria para «manter os russos fora, os americanos dentro e os alemães em baixo»⁴⁷. Traçando o panorama da presença militar dos EUA no Mundo, em 1948, Caroline Kennedy-Pipe salienta a utilização de bases militares na Gronelândia, Islândia, Marrocos, Líbia, Turquia e Arábia Saudita, tal como na Grã-Bretanha e no Japão, e a instalação, na Europa, de 120 bombardeiros B-29⁴⁸.

No ano seguinte, a União Soviética ensaia a bomba atómica, acabando como o monopólio norte-americano da arma, mas, como lembra Elleinstein, os EUA não deixaram por isso de conservar um «avanço substancial tanto no plano do número de bombas como na sua capacidade de destruição»⁴⁹. O rearmamento ocidental processou-se, de facto, em marcha acelerada: o orçamento da Defesa dos EUA passou de 15,5 milhões de dólares em Agosto de 1950 para 70 mil milhões em Dezembro do ano seguinte; no biénio 1952-53 a despesa com a Defesa representava 17,4 por cento do PNB do país, quando em 1949 era apenas de 4,7 por cento⁵⁰.

Depois de, na Alemanha (ponto nevrálgico da tensão entre EUA e URSS), se ter consumado a divisão, ainda em 1948 – com a criação na zona de ocupação ocidental de um país independente e separado, a República Federal da Alemanha, seguida meses

⁴⁶ ARAGON, Louis, «História da URSS», in MAUROIS, André e ARAGON, Louis, *Op. Cit.*, Vol. 8, p. 189.

⁴⁷ Lord Ismay foi o primeiro secretário-geral da NATO. Cit. in JUDT, Tony, *Op. Cit.*, p. 187.

⁴⁸ KENNEDY-PIPE, Caroline, *Stalin's Cold War: Soviet Strategies in Europe, 1943 to 1956*, p. 131.

⁴⁹ ELLEINSTEIN, Jean, *Op. Cit.*, p. 27.

⁵⁰ JUDT, Tony, *Op. Cit.*, p. 188

depois pela proclamação da República Democrática Alemã –, a guerra começava na Coreia, em meados de 1950, menos de um ano após a subida ao poder, na China, do Partido Comunista. Sob a égide das Nações Unidas⁵¹, os EUA e outros países intervêm no conflito que deflagrou entre os comunistas, que dominavam o Norte da Península coreana, e o governo pró-ocidental que comandava o Sul, ao lado deste último⁵². No início da década de 1950, o exército dos Estados Unidos estava presente num conflito a poucos quilómetros da fronteira soviética e contra um governo aliado da URSS, o que não podia deixar de preocupar os soviéticos e agravar a tensão entre os dois países.

Como salienta Jean Elleinstein, a situação internacional era, nessa altura, «realmente dramática», tanto pela situação na Europa como na Coreia, onde os combates não cessavam e produziam «resultados diversos»: a terceira guerra mundial «fazia sentir as suas ameaças»⁵³. Hobsbawm reconhece igualmente que o período mais «explosivo» terá sido precisamente este, entre a enunciação da *Doutrina Truman*, em 1947, e Abril de 1951, quando o presidente norte-americano demitiu o general Douglas McArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coreia, entre outras razões por este ter promovido a escalada atómica⁵⁴.

Cedo a Guerra Fria deixou de ser uma questão meramente de política externa, entre dois grandes e poderosos blocos, para se transformar – em todos e cada um dos países – numa aguda questão interna. A divisão do mundo em dois campos, socialista e capitalista⁵⁵, levou ao redesenhar de alianças e coligações e, nos países europeus ocidentais, ao relativo isolamento dos comunistas⁵⁶. Hobsbawm realça desde logo uma primeira consequência deste redesenhar das alianças políticas, que deixam de se nortear pela dicotomia fascismo/antifascismo, progressivamente construída desde meados da

⁵¹ A decisão foi tomada na ausência do representante soviético.

⁵² A generalidade dos autores ocidentais responsabilizam os norte-coreanos pelo início do conflito, mas há autores que defendem outra versão, como são os casos do norte-americano Bruce Cumings e do jornalista australiano Wilfred Burchett. Cf. CUMMINGS, Bruce, *The Korean War*; BURCHETT, Wilfred, *Novamente a Coreia?*.

⁵³ ELLEINSTEIN, Jean, *Op. Cit.* pp. 28-29.

⁵⁴ HOBBSBWM, Eric, *Op. Cit.*, pp. 228-229.

⁵⁵ François Furet fala da «simplificação da política» neste período. «Em breve, nada mais subsiste do que os dois antagonistas, capitalismo e socialismo, democracia liberal e democracia “popular”». Cf. FURET, François, *Op. Cit.*, p 470.

⁵⁶ Devemos relativizar esta expressão, utilizada por vários autores. Não que os comunistas, nos diferentes países europeus, não tenham visto desfazer-se coligações que vinham mantendo desde os anos 30, com interrupções, mas tal não significava automaticamente fragilidade. Em França ou em Itália, por exemplo, os partidos comunistas eram grandes partidos e tinham uma força determinante nas mais variadas esferas da vida, nomeadamente nas maiores centrais sindicais de ambos os países (respectivamente a CGT e a CGIL), bem como uma considerável expressão eleitoral.

década de 30, e com maior premência desde a invasão alemã da União Soviética, em 1941, para passarem a ser definidas nos termos próprios da Guerra Fria: os governos de «unidade antifascista nacional que tinham acabado com a guerra em toda a Europa (...) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogêneos em 1947-48»⁵⁷.

Até então, mais precisamente entre 1945 e 1947, e segundo o mesmo autor, nos países do Leste europeu, os governos «achavam-se especificamente empenhados em não erguer estados segundo o modelo da URSS, mas economias mistas em democracias parlamentares, multipartidárias, absolutamente distintas da “ditadura do proletariado” e, “mais ainda”, de um partido único»⁵⁸. Esta é uma opinião generalizada, pese embora haver quem considere este facto como sendo mais o resultado de uma estratégia soviética do que propriamente uma intenção real. Serge Wolikow e Antony Todorov, por exemplo, muito embora garantam que tal se tratava de um «estratagema» para a conquista do poder pelos diferentes partidos comunistas, reconhecem que até à criação do *Kominform*, em 1947, o «movimento comunista internacional aplicava oficialmente a política de Frente Antifascista no contexto do esquema político de “democracia popular” fixado em 1944-45»⁵⁹.

Tony Judt salienta também a aposta na formação de governos de coligação entre comunistas, socialistas e outros partidos antifascistas que «excluiriam e puniriam o antigo regime e os seus apoiantes, mas seriam cautelosos e “democráticos”, reformistas e não revolucionários»⁶⁰. Tratava-se, no fundo, da consagração daquilo que o próprio Georgi Dimitrov, já de regresso à Bulgária, declarara num discurso proferido a 7 de Setembro de 1946, difundido pela rádio. O histórico comunista búlgaro e ex-dirigente da Internacional Comunista garantia, em véspera de eleições, que a Bulgária «não será uma república de *Soviets*, mas sim uma república popular»⁶¹.

⁵⁷ HOBBSBAWM, Eric, *Op. Cit.*, p. 232.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*, p. 229.

⁵⁹ WOLIKOW, Sergei e TODOROV, Antony, «A expansão europeia do pós-guerra», in DREYFUS, Michel et al (dir.), *O Século dos Comunismos*, p. 265.

⁶⁰ JUDT, Tony, *Op. Cit.*, pp. 165-166. Para este autor, a estratégia comunista era, neste período, «tranquilizadamente moderada. Longe de colectivizar a terra, o partido insistia na sua distribuição por aqueles que não a possuíam. Para além da confiscação dos bens “fascistas”, o partido não exercia pressão para que se fizessem nacionalizações ou houvesse propriedade do Estado – decerto não mais e habitualmente bastante menos do que alguns dos seus parceiros de coligação. Por fim, também não se falava muito do “socialismo” como meta».

⁶¹ DIMITROV, Georgi, «A Bulgária será uma República Popular», Setembro de 1946, in *Obras Escolhidas*, Volume 4, pp. 235-238. Como esclarece Dimitrov, numa República Popular o papel dirigente

Com o tempo, as águas separam-se: em Maio de 1947, os ministros comunistas são expulsos do governo francês, muito embora o PCF tivesse sido o partido mais votado nas eleições; pouco depois, na Checoslováquia, o Partido Comunista (igualmente o mais votado) reforça o seu peso no governo do país. Estes são apenas dois exemplos de um processo que, com diferenças entre contextos nacionais, se passou em muitos países europeus nessa época. A cronologia dos acontecimentos não deixa de ser reveladora.

No caso francês, relativamente ao qual há uma profusa bibliografia, a saída dos membros do PCF do governo do país é apenas um primeiro passo de um processo mais vasto de isolamento. Como sublinha George Ross, a Guerra Fria e o *Plano Marshall* «reestruturaram a política francesa»: em 1947, surge a «terceira via» (composta por antigos parceiros de governo do PCF – a SFIO e o MRP), que se apresenta como defensora da «democracia do mundo livre» perante o «totalitarismo comunista», à sua esquerda, e o gaulismo, à sua direita. A nova situação internacional, mais o RPF do General De Gaulle, deram aos socialistas e aos cristãos-democratas o que precisavam para legitimar a sua recusa em colaborar com o PCF: «Por mais contraditória que possa ser esta postura, a crise de 1947 serviu os partidos da “terceira força” na perfeição. Mais importante, contribuiu para colocar a França inequivocamente no bloco ocidental anticomunista que estava a ser formado pelos Estados Unidos.»⁶²

É neste quadro concreto que a luta pela Paz se torna um eixo nodal do discurso e da prática comunista um pouco por todo o mundo. Na viragem da década de 40 para a de 50, a par de uma importante intervenção prática, os partidos comunistas tiveram igualmente uma vasta elaboração teórica em torno deste tema, que mergulhava nas causas da divisão entre comunistas e social-democratas a propósito da posição face à Primeira Guerra Mundial, nos primórdios da Rússia soviética e do primeiro decreto revolucionário assumido na própria noite da tomada do Palácio de Inverno⁶³ e na

cabe à «grande maioria do povo – aos operários, aos camponeses e à intelligentsia vinda do povo» e a «propriedade privada adquirida através do trabalho e da poupança» seria protegida pelo Estado contra os especuladores. Ao mesmo tempo, esclarecia, a Bulgária popular não deixaria «nenhuma via aberta a um eventual retorno ao odioso passado de monarquia, de fascismo», sendo ainda um Estado «livre e independente».

⁶² ROSS, George, *Workers and Communists in France: From Popular Front to Eurocommunism*, p. 49.

⁶³ O primeiro decreto do poder soviético, no próprio dia da vitória bolchevique, a 7 de Novembro de 1917, foi o decreto da Paz, que pugnava por uma paz justa, sem indemnizações nem anexações e a retirada imediata da Rússia da primeira guerra mundial. Denunciava ainda a «diplomacia secreta». Cf. LÉNINE, Vladimir, *Report on Peace*.

estratégia da Frente Única da classe operária e na Frente Popular antifascista definidas no VII Congresso da Internacional Comunista⁶⁴. No período concreto da Guerra Fria, será o relatório apresentado pelo dirigente comunista soviético Andrei Jdánov à primeira conferência do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas (*Kominform*) o documento fundamental de toda esta teorização.

A criação, em 1947, desta nova estrutura do comunismo internacional constituiu, na opinião de Lilly Marcou, a resposta soviética à *Doutrina Truman* e ao *Plano Marshall* e representou uma «viragem no movimento comunista». Embora esta nova estrutura tenha «carecido de quadro institucional (sobretudo se comparado com o extraordinário aparelho da Internacional Comunista), tinha uma sede, um órgão de imprensa, celebrou reuniões a que assistiram grandes nomes do comunismo mundial e cujas resoluções foram, durante anos, os documentos base a partir dos quais se forjou as táticas dos PC's». O objectivo desta nova estrutura era, para a autora, bastante claro: «Num mundo hostil, perante uma cruzada desencadeada contra ele, o movimento comunista devia, mais do que nunca, consolidar a sua unidade⁶⁵.»

Contudo, e como já sublinhámos, a URSS queria manter até ao limite do possível as relações com os seus aliados do tempo da guerra – os EUA e a Inglaterra – e é assim que se deve compreender, para esta autora, o que ela considera ter sido a relutância em dar ao *Kominform* um carácter mundial e, sobretudo, a decisão de deixar de fora desta nova organização os partidos comunistas que se encontravam em guerra civil no momento da sua constituição (como o PC da Grécia e o PC da China) ou o Partido Socialista Unificado, da zona de ocupação soviética da Alemanha⁶⁶. Caroline Kennedy-Pipe, por seu lado, realça que a coesão do bloco comunista era «crítica» para Stáline, num período em que Washington «começava a exercer o que aparentava ser

Disponível em linha em: www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/oct/25-26/26b.htm (consultado pela última vez em Janeiro de 2013).

⁶⁴ Dimitrov ligava a luta contra o fascismo à luta em defesa da Paz, salientando ser impossível uma «luta séria pela manutenção da Paz internacional se não se empreenderem primeiramente todas as medidas necessárias para criação de uma frente única da classe operária em cada país e a unidade de acção das organizações operárias internacionais». Cf. DIMITROV, Georgi, «O fascismo é a guerra», 18 de Julho de 1937, in *Obras Escolhidas*, Volume 3, pp. 187-193.

⁶⁵ MARCOU, Lilly, *El movimiento comunista internacional desde 1945*, p. 6.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 8. O Partido Socialista Unificado da Alemanha resultou da fusão, na zona de ocupação soviética, do Partido Comunista com o Partido Social-Democrata.

uma influência crescente na Europa»⁶⁷. A criação do *Kominform* terá sido, assim, uma forma de cumprir este objectivo.

Na primeira conferência deste novo organismo internacional, realizada em Setembro de 1947 na localidade polaca de Sklarska Poreba⁶⁸, Jdánov (à época um dos mais relevantes dirigentes do Partido Comunista da URSS) apresenta um relatório⁶⁹ no qual propõe uma nova tática ao movimento comunista, na qual a luta pela Paz assumia um papel predominante. Perante o que considerava ser uma nova correlação de forças entre capitalismo e socialismo, mais favorável ao segundo, o dirigente soviético garantia estar-se perante um novo reagrupamento de forças à escala mundial: «de um lado, o campo imperialista e antidemocrático, e de outro o campo anti-imperialista e democrático». Os EUA encabeçavam o primeiro campo, ao passo que o segundo era composto pelas forças «anti-imperialistas» e «antifascistas»: a URSS e as chamadas democracias populares, os países que «romperam com o imperialismo» e «todas as forças progressistas democráticas que existem em cada país». Aos diversos componentes do «campo anti-imperialista e democrático» estava colocado o objectivo de «assegurar uma paz democrática duradoura, consolidando a vitória sobre o fascismo».

Na concretização deste propósito, acrescentava Jdánov, caberia à União Soviética uma função dirigente, pois «para além de ser alheia à agressão e à exploração, interessava-lhe a criação de condições favoráveis à construção da sociedade comunista, sendo a Paz uma dessas condições». Em cada um dos países, seriam os partidos comunistas a «força dirigente que arrasta todos os elementos antifascistas amantes da liberdade para a luta contra os novos planos americanos de expansão e de dominação da Europa». Jdánov garantia ainda que entre o «desejo dos imperialistas de fazer explodir uma nova guerra e a possibilidade de organizá-la» ia uma distância considerável e se as forças que «querem a paz» fossem firmes e tenazes na sua luta tais planos de guerra e agressão seriam «condenados a um completo fracasso». À frente de todas essas forças, em defesa da soberania nacional, da liberdade e da independência, contra a submissão

⁶⁷ KENNEDY-PIPE, Caroline, *Op. Cit.*, p. 121

⁶⁸ Participaram nesta conferência alguns dos mais destacados dirigentes dos partidos comunistas da União Soviética, Jugoslávia, Roménia, Checoslováquia, Hungria, França e Itália e dos partidos operários da Bulgária e da Polónia.

⁶⁹ Lilly Marcou considera o relatório de Jdánov, intitulado *Pela Paz, a Democracia e a Independência dos Povos*, o «documento fundamental da ideologia comunista» ao longo de toda a Guerra Fria. Cf. MARCOU, Lilly, *Op. Cit.*, p. 12.

económica e política dos seus países, deveriam estar os partidos comunistas, procurando reunir em seu redor as «forças democráticas e patrióticas do povo» numa plataforma anti-imperialista e democrática comum⁷⁰.

Analisando o teor do relatório e a prática dos diversos partidos comunistas, Lilly Marcou destaca que no que chama de *década do Kominform* (1947-1956), as tarefas desempenhadas pelos comunistas foram precisamente as que Jdánov definiu⁷¹.

Dois anos depois, em Novembro de 1949, realiza-se em Mitra, na Hungria, a terceira conferência do *Kominform*, já sem a participação do Partido Comunista da Jugoslávia, afastado no seguimento da cisão com a URSS. Como afirma Leonid Gibianskii, nesta conferência tratou-se menos de questões políticas e ideológicas gerais e mais de questões práticas e organizativas⁷². O relatório de Mikhail Suslov (por parte do partido soviético), intitulado *A Defesa da Paz e a Luta Contra os Fomentadores da Guerra*, retoma o essencial das teses desenvolvidas por Jdánov, entretanto falecido, actualizando-as à realidade de finais de 1949, ao mesmo tempo que especifica as orientações a seguir.

Garantindo que os «imperialistas, com os Estados Unidos à frente», estariam a preparar uma nova guerra mundial, Suslov garantia que esta intenção encontrava pela frente poderosos obstáculos à sua concretização, entre os quais se contavam os avanços económicos da União Soviética, o fim do monopólio norte-americano da arma atómica, a revolução chinesa e a criação da República Democrática Alemã e o «poderoso» movimento dos partidários da Paz, que envolvia já «centenas de milhões de pessoas». Para Suslov, pela primeira vez na História, «uma frente organizada da paz emerge, uma frente que almeja salvar a Humanidade de uma nova guerra mundial, isolando a “clique” dos instigadores da guerra e defendendo a cooperação pacífica entre povos».

Para Suslov, a força deste movimento resultava do facto de envolver «centenas de milhões de pessoas, entre operários, camponeses, intelectuais e camadas médias

⁷⁰ JDÁNOV, Andrei, *Pela Paz, a Democracia e a Independência dos Povos*. Texto integral do relatório à Conferência dos Partidos Comunistas na Polónia, publicado em *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política* nº 5 - Dezembro de 1947. Citado de www.marxists.org/portugues/zhdanov/ano/mes/paz.htm. (consultado pela última vez em Novembro de 2012).

⁷¹ MARCOU, Lilly, *Op. Cit.*, p. 12.

⁷² GIBIANSKII, Leonid, «The Last Conference of the Kominform», in VECA, Salvatore (dir.) *The Kominform, Minutes of the Three Conferences 1947/1948/1949*, p. 645.

urbanas, independentemente de raça, nacionalidade, credo religioso ou opção política», bem como do seu carácter organizado. A realização de congressos nacionais pela paz em vários países, as manifestações e greves contra a ratificação do Tratado do Atlântico Norte e a formação, em vários países, de comités em defesa da paz – ao nível nacional e de cidade, fábrica ou serviço – testemunhariam esse reforço.

Aos diversos partidos comunistas caberia, então, utilizar «todos os meios de luta para assegurar uma paz estável e duradoura», subordinando toda a sua actividade a esta tarefa, que passava a partir de então a ser a principal. Para tal, havia que procurar «arrastar novos segmentos da população para o movimento», envolvendo todos aqueles que valorizavam a paz, a honra, a liberdade nacional e a soberania dos seus países, independentemente das suas convicções políticas e religiosas e da sua filiação partidária – tendo especial significado e importância a participação ainda mais activa da classe operária. Para promover tão ampla união, várias formas e métodos podiam ser utilizadas, consoante as condições concretas de cada país: manifestações, comícios, petições, protestos e a criação de comités de paz. Os partidos comunistas dos países capitalistas tinham o dever suplementar de fazer convergir a luta pela independência nacional com a luta pela paz⁷³.

No relatório de Palmiro Togliatti, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, *A Unidade da Classe Operária e as Tarefas dos Partidos Comunistas e Operários*, salientava-se que a «unidade de largas camadas da classe operária é indispensável para defender a paz, para fazer fracassar os projectos criminosos dos fomentadores da guerra. A unidade pela base era o caminho a seguir para «unir todos os operários em torno da defesa da paz e da independência nacional dos seus países, da defesa dos seus interesses económicos e direitos democráticos»⁷⁴.

Definido o que o movimento deveria ser, foi o próprio Stáline, em 1952, a estabelecer-lhe os limites: ele teria como objectivo «animar as massas populares na luta pela manutenção da paz, para impedir uma nova guerra mundial» e não o derrube do

⁷³ SUSLOV, Mikhail, *The Defense of Peace and the Struggle Against the Warmongers*, citado de «Working Class Unity for Peace, Reports by M. Suslov, Palmiro Togliatti and Gh. Gheorghiv-Dej and Resolutions Adopted by the November 1949», Meeting of the Communist Information Bureau, Publisher: New Century Publishers, February 1950.

Disponível em linha em www.marxists.org/archive/suslov/1949/11/x01.htm (consultado pela última vez em Novembro de 2012).

⁷⁴ PROCAC, Giuliano, «Togliatti, l'unité de la classe ouvrière et les tâches des partis communistes et ouvrières», in Salvatore Veca (dir.), *Op. Cit.*, p. 954.

capitalismo e a construção do socialismo. O mais provável, continuava Stáline, «é que o movimento actual a favor da paz, como movimento pela manutenção da paz, contribua, em caso de êxito, para impedir uma guerra determinada, para adiá-la temporariamente, para manter temporariamente uma paz determinada, para obrigar a demitir-se um governo fomentador da guerra e substituí-lo por um outro governo, disposto a manter provisoriamente a paz. Isto é bom, naturalmente. Isto é mesmo muito bom. Mas, no entanto, não chega para suprimir as guerras inevitáveis em geral entre países capitalistas. Isto não basta, pois apesar de todos esses êxitos do movimento da paz, o imperialismo subsiste e continua a ser o que era»⁷⁵.

A centralidade da luta pela paz (com a natureza e características descritas nos relatórios de Jdánov e Suslov e na obra de Stáline) na táctica comunista deste período está também patente no crescente espaço e importância que o tema ocupa nas páginas da revista do *Kominform* que, certamente não por acaso, se intitula *Por uma Paz Duradoura, Pela Democracia Popular*. A partir de Março de 1949 – ou seja, imediatamente antes do primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz – «o tema da luta pela paz sobrepõe-se cada vez mais aos restantes temas debatidos»⁷⁶, o que não é de somenos importância, pois a revista do *Kominform* exercia sobre os principais dirigentes dos vários partidos comunistas nacionais uma grande influência⁷⁷.

É neste contexto político e ideológico que surge o movimento mundial pela Paz, que teve como primeira expressão organizada à escala internacional o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado entre 25 e 28 de Agosto de 1948, na cidade polaca de Wroclaw. Estiveram presentes centenas de delegados de 45 países, entre os quais alguns dos mais destacados intelectuais e artistas desse tempo⁷⁸. Portugal também se fez representar⁷⁹. No *Manifesto* do congresso apelava-se aos intelectuais de todos os países que contribuíssem para promover congressos nacionais em defesa da paz e criar

⁷⁵ STÁLINE, Iossif, «Problemas Económicos do Socialismo», in *Últimos Escritos*, p. 91.

⁷⁶ MARCOU, Lilly, *Op. Cit.*, p. 40.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁷⁸ Entre os participantes, integrados nas delegações dos seus países, estavam Pablo Picasso, Jorge Amado, Paul Éluard, Henri Walon, Ilya Ehrenburg, Mikhail Cholokov, Alexander Fadeev, Anna Seghers, Aimé Cesaire, Andersen Nêxo, Gyorgy Lukaks, Irène Curie, entre outros. O delegado do Chile, Pablo Neruda, foi impedido de participar pelo seu governo. Cf. *Congres Mundial des Intelectuels por la paix, Wroclav-Pologne 25-28 Avril 1948, Compte Rendu presente par le bureau du secretaire generale*, pp. 213-220.

⁷⁹ A delegação portuguesa a este congresso era composta pelo físico Manuel Valadares, o compositor Fernando Lopes-Graça, o escritor Alves Redol, o médico João dos Santos, a médica Hermínia Grijó e a bióloga Maria da Costa. Cf. Idem, *Ibidem*.

comités nacionais em defesa da paz.⁸⁰ O *Manifesto* foi aprovado por larga maioria (a unanimidade seria quebrada por alguns delegados ingleses e norte-americanos)⁸¹.

Neste congresso foi ainda decidido constituir um «comité permanente de ligação e informação», cuja sede seria em Paris⁸². O historiador Michel Pinault refere ainda a eleição de um comité que teria como incumbência a realização, num curto espaço de tempo, de um congresso mundial dos partidários da paz⁸³, o que não consta (pelo menos desta forma) do livro das actas do congresso⁸⁴. Provavelmente o autor se esteja a referir ao comité permanente atrás mencionado, atribuindo-lhe aquela função. Contudo, e o que não deverá ser um acaso, esse objectivo – a realização de um Congresso mundial – seria cumprido apenas nove meses depois.

Assim, entre 20 e 26 de Abril de 1949, tem lugar, simultaneamente em Paris e Praga⁸⁵, o primeiro Congresso Mundial dos Partidários da Paz, no qual participaram 2200 delegados de 72 países⁸⁶. Em Paris, lembra o então secretário-geral do Partido Comunista Francês, Maurice Thorez, acorreram ao congresso «caravanas da paz» das cidades mais importantes de França, com grande participação das organizações e militantes da Resistência⁸⁷. O historiador Michel Pinault reforça esta afirmação, garantindo que as organizações de resistentes formavam então o núcleo mais activo dos participantes franceses no congresso⁸⁸.

Na abertura do congresso, era grande o entusiasmo: «No centro da longa mesa [da presidência do congresso, realizado em Paris na Sala Pleyel], Frédéric Joliot-Curie tira um molho de papéis brancos do bolso, ajusta os óculos, posiciona o microfone... e começa, “declaro aberto o Congresso Mundial dos Partidários da Paz”. Minutos passaram-se até que pudesse continuar», tal a ovação com que as suas palavras foram

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 205-206.

⁸¹ GOLDSMITH, Maurice, *Frédéric Joliot-Curie*, p. 185. Na base das discordâncias estaria o tom utilizado não só no manifesto mas por muitos dos oradores do congresso, que certos participantes consideravam demasiadamente duro para com as potências ocidentais.

⁸² *Congres Mondial des Intellectuels por la paix, Wroclav-Pologne 25-28 Avril 1948, Compte Rendu presente par le bureau du secretaire generale*, p. 207.

⁸³ PINAULT, Michel, «Le Conseil Mondial de la Paix dans la Guerre Froide», in VIGREUX, Jean e WOLIKOW, Serge (dir), *Cultures Communistes au XXeme Siècle – Entre Guerre et Modernité* p. 145.

⁸⁴ *Congres Mondial des Intellectuels por la paix, Wroclav-Pologne 25-28 Avril 1948, Compte Rendu presente par le bureau du secretaire generale*, pp. 213-220.

⁸⁵ As autoridades francesas não permitiram a entrada aos delegados dos países de Leste, que realizaram um Congresso paralelo em Praga, nos mesmos dias.

⁸⁶ World Peace Council, *What is the World Council of Peace? (1949-1954)*, p. 2.

⁸⁷ THOREZ, Maurice, *O Filho do Povo*, p. 215.

⁸⁸ PINAULT, Michel Pinault, *Op. Cit.*, p. 147.

acolhidas⁸⁹. No seu discurso, o físico francês (que chegou a ser Alto Comissário para a Energia Atômica do seu país) apelava ao lançamento do que chamou uma «ofensiva pacifista» contra todas as forças da guerra, realçando, porém, que «o nosso desejo de paz não pode ser expresso num pacifismo passivo (...). Juntos, conscientes da nossa própria força, travaremos esta luta com confiança de que a venceremos»⁹⁰. Nesse congresso, fez-se ainda um apelo a «todos os que trabalham pela paz em cada país para se organizarem em comités para a defesa da paz» e elegeu-se um comité mundial para coordenar as suas acções⁹¹ – o Comité Permanente dos Partidários da Paz. É neste congresso que é celebrizada a pomba desenhada por Pablo Picasso, o qual fez perto de cem desenhos em torno do tema⁹².

O segundo Congresso Mundial da Paz, que esteve para se realizar em Sheffield (e que as autoridades britânicas não autorizaram⁹³), teve lugar em Varsóvia, capital da Polónia, entre os dias 16 e 22 de Novembro de 1950. Participaram dois mil delegados de oitenta países – tal como no anterior, já não apenas intelectuais, mas também trabalhadores, sindicalistas, governantes, deputados e ex-deputados, militares e religiosos. O congresso de Varsóvia aprovou a criação de uma organização permanente para coordenar e dirigir a luta pela paz à escala mundial: nascia assim o Conselho Mundial da Paz (CMP)⁹⁴. Tendo como presidente o físico francês Frédéric Joliot-Curie, o primeiro Conselho Mundial da Paz ficaria composto por 221 elementos, de diversos países e diferentes tendências político-ideológicas⁹⁵. O período que mediou entre estes

⁸⁹ GOLDSMITH, Maurice, *Op. Cit.* p. 187.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 188.

⁹¹ World Peace Council, *What is the World Council of Peace? (1949-1954)*, p. 2.

⁹² WIEGAND, Wilfred, *Picasso*, p. 94. O pintor espanhol emigrado em França, membro do Partido Comunista Francês, teve no novo movimento pela Paz a sua «ocupação política mais importante da altura».

⁹³ GOLDSMITH, Maurice, *Op. Cit.*, p. 190. O autor refere que o próprio Frédéric Joliot-Curie foi impedido de entrar no país. No regresso, à chegada a Dunquerque, foi recebido por uma manifestação espontânea de estivadores em seu apoio.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 190.

⁹⁵ Compunham o primeiro Conselho Mundial da Paz personalidades como a física Irène Joliot-Curie, o pintor Pablo Picasso, os escritores Louis Aragon, Pablo Neruda, Jorge Amado, Howard Fast, Alexander Fadeev e Ilya Ehrenburg; o cantor Paul Robeson; o futuro presidente da Guiné Conakri, Sekou Touré; o ex-presidente do México, Lázaro Cardenas; a viúva do líder da revolução chinesa de 1911 e proeminente figura no seu país, Sr.^a Sun Yat-Sen; o secretário-geral da CGT francesa. Entre eles, estava o físico português Manuel Valadares. Cf. *World Peace Council, Second Congress of the Defenders of Peace, Warsaw 16-22 November 1950, Acts and Resolutions of the Congress, The World Peace Council elected by the Congress*, pp. 20-31.

dois congressos ficou marcado pela criação, em numerosos países, de comités nacionais para a defesa da Paz⁹⁶.

O movimento pela Paz corporizado no CMP é referido por diversos autores. Caroline Kennedy-Pipe realça o tom «moderado» adoptado na primeira fase – o que relaciona com o objectivo de assegurar o máximo de apoios no Ocidente –, uma atitude que, segundo a autora, contrastaria com a adoptada após a criação da NATO: é o próprio *Boletim do Kominform*, citado por Kennedy-Pipe, a considerar que desde então a luta pela paz entra «numa nova fase aguda»⁹⁷. Lilly Marcou, por seu lado, garante que a história deste movimento, como de outros seus contemporâneos, ilustra a «contradição central do movimento comunista nessa época. Ainda que procurem sair do seu isolamento, ainda que queiram praticar a política da “mão estendida” para tornar possível uma frente única na base, os PC's vêm-se limitados na sua acção pelo monolitismo rigoroso em que o *Kominform* os encerra»⁹⁸.

Os acontecimentos parecem desmentir esta autora, pois dificilmente este movimento poderia ter tido um início mais auspicioso. Em Março de 1950 (antes, portanto, da criação do Conselho Mundial da Paz) é lançado o *Apelo de Estocolmo*, pela proibição da arma atómica⁹⁹ – que, segundo os seus promotores, terá sido subscrito por 500 milhões de pessoas em todo o mundo¹⁰⁰. Na Europa Ocidental, esta petição teve um «real sucesso», salienta Philippe Buton, garantindo que 17 milhões de italianos e 12 milhões de franceses o terão subscrito¹⁰¹. Michel Pinault atribui o sucesso desta campanha internacional a um «verdadeiro alargamento muito para além do âmbito dos

⁹⁶ CHANDRA, Romesh, «Há 25 anos, o Conselho Mundial da Paz», in *Revista Internacional – Problemas da Paz e do Socialismo*, Revista Teórica e Informativa dos Partidos Comunistas e Operários, n.º 11 – 1975 (17), p. 164.

⁹⁷ KENNEDY-PIPE, Caroline, *Op. Cit.*, p. 150.

⁹⁸ MARCOU, Lilly, *Op. Cit.*, p. 40.

⁹⁹ O texto integral do Apelo era o seguinte: «Exigimos a interdição absoluta da arma atómica, arma de terror e de extermínio em massa de populações. Exigimos o estabelecimento de um vigoroso controlo internacional para a aplicação dessa medida de interdição. Consideramos que o governo que primeiro utilizar a arma atómica, não importa contra que país, cometerá um crime contra a humanidade e será tratado como criminoso de guerra. Pedimos a todos os homens de boa vontade no mundo inteiro que assinem este apelo.» Citado de «Apelo de Estocolmo do Comité Permanente do Congresso dos Partidários da Paz», in *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, n.º 29, Agosto-Setembro de 1950. Disponível em linha em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/29/apelo.htm (Consultado pela última vez em Outubro de 2012).

¹⁰⁰ World Peace Council, *What is the World Council of Peace? (1949-1954)*, pp. 8-9.

¹⁰¹ BUTON, Philippe, «Partigiani della pace», in PONS, Silvio e SERVICE, Robert (org.) *Dizionario del comunismo nel secolo XX*, vol. II.

eleitores comunistas», o que deu ao Conselho Mundial da Paz «uma autoridade própria e uma margem de autonomia»¹⁰².

Mas o *Apelo de Estocolmo* esteve longe de ser a única grande acção nestes primeiros anos da Guerra Fria. Em Fevereiro de 1951, surge um outro apelo, reclamando a assinatura de um pacto de paz entre as cinco grandes potências (EUA, URSS, Inglaterra, França e China)¹⁰³. Joliot-Curie foi o primeiro subscritor dos 600 milhões que o CMP garante terem assinado este apelo¹⁰⁴.

A expressão de massas deste movimento não se ficou pela recolha de assinaturas. Em Março de 1949, têm lugar por toda a Itália gigantescas manifestações contra a adesão do país à NATO (um manifestante é morto pela polícia, em Terni)¹⁰⁵ e no mesmo ano, em França, há marchas pela paz¹⁰⁶. Ainda em França, o *Mouvement de la Paix*, o PCF e a CGT promovem várias acções de protesto relacionadas com a paz, a rejeição da NATO e do *Plano Marshall*, entre as quais se destaca – pelo seu impacto e simbolismo – a recusa dos trabalhadores dos transportes em transportarem armas para serem usadas na Indochina (ou, futuramente, contra a União Soviética)¹⁰⁷.

Em 1952, teve lugar em França a manifestação que ficou conhecida como *Ridgway-la-Peste*, contra a presença no país do general norte-americano Ridgway, sobre quem pendia a suspeita de ter utilizado armas bacteriológicas sobre a população civil coreana. Apesar de proibida pelas autoridades, a manifestação realiza-se: mais de 700 pessoas são presas, 50 ficam feridas e uma é morta. Temendo a preparação de uma

¹⁰² PINAULT, Michel Pinault, Op. Cit., p. 152.

¹⁰³ Eis, na íntegra, o texto do apelo: «Atendendo às aspirações de milhões de homens do mundo inteiro, qualquer que seja sua opinião sobre as causas que engendram os perigos de guerra mundial; para consolidar a paz e garantir a segurança internacional: reclamamos a conclusão de um pacto de paz entre as cinco grandes potências: Estados Unidos da América, União Soviética, República Popular da China, Grã-Bretanha e França. Consideramos a negativa do Governo de qualquer das grandes potências a reunir-se para concluir esse pacto de paz como evidência de desígnios agressivos por parte desse governo. Fazemos um apelo a todas as nações amantes da paz para que apoiem a exigência de um pacto de paz aberto a todos os Estados. Colocamos as nossas assinaturas neste apelo e convidamos a assiná-lo todos os homens e a todas as mulheres de boa vontade, a todas as organizações que aspiram à consolidação da paz.» Citado em «Apelo de Berlim», in *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, nº 36, Setembro/Outubro de 1951.

Disponível em linha em www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/36/apelo.htm (consultado pela última vez em Outubro de 2012)

¹⁰⁴ World Peace Council, *What is the World Council of Peace? (1949-1954)*, p. 9.

¹⁰⁵ Partito Comunista Italiano, *Almanacco del 60'*, p. 142.

¹⁰⁶ ADERETH, Maxwell, *The French Communist Party: a critical history*, p. 152.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 153.

«insurreição comunista», as autoridades prendem Jacques Duclos, um dos principais dirigentes do Partido Comunista Francês¹⁰⁸.

A relação deste movimento com a União Soviética e, em geral, com os comunistas, é uma das questões mais debatidas pelos autores que o abordam. Há autores que colocam o Conselho Mundial da Paz no grupo das organizações de fachada (*front organizations*) da URSS¹⁰⁹ e outros que, como salienta Michel Pinault, se referem a ele como um «movimento controlado pelo Partido Comunista da União Soviética destinado a instrumentalizar as opiniões públicas do Ocidente»¹¹⁰. François Furet, por seu turno, fala de um «pacifismo que se alimenta da crítica dos vastos programas militares lançados pela América», ao mesmo tempo que «parece dar o seu aval à outra superpotência, cuja política externa não é completamente isenta de suspeita na tensão internacional»¹¹¹. Já Tony Judt alude a um movimento criado «intencionalmente» por Stáline para aproveitar a «suspeição que indicia sobre o que era americano entre as elites europeias», «aparentemente liderado por cientistas e intelectuais», mas na verdade controlado pelos comunistas¹¹².

Michel Pinault, por seu lado, realça que os arquivos de Moscovo revelam que o Congresso Mundial dos Partidários da Paz (de Abril de 1949) foi «desejado» pelo *Politburo* do PCUS – que inclusivamente aprovou uma resolução sobre o assunto em Janeiro desse mesmo ano –, ao mesmo tempo que mostram o empenhamento soviético na criação de um movimento mundial, permanente, estruturado e com poderosos meios¹¹³. Contudo, garante o mesmo autor, o «aparecimento de um novo movimento pacifista nos países ocidentais, nos alvares da Guerra Fria, é independente da acção do centro moscovita e precede, em particular, o envolvimento do *Kominform* no “combate pela paz”». Nos fins de 1947, afirma, «o risco de guerra tornou-se um tema permanente» na imprensa francesa, sobretudo naquela que se encontrava mais próxima da Resistência¹¹⁴.

¹⁰⁸ ROSS, George, *Op. Cit.*, pp. 69-70.

¹⁰⁹ TOMA, Peter A., *The World Peace Council: a case study of a communist international front organization*.

¹¹⁰ PINAULT, Michel, *Op. Cit.*, p. 143.

¹¹¹ FURET, François, *Op. Cit.*, p. 479

¹¹² JUDT, Tony, *Op. Cit.*, 265

¹¹³ PINAULT, Michel, *Op. Cit.*, p. 144

¹¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 145-146.

Maxwell Adereth lembra que o *Mouvement de la Paix* francês, que assume uma particular centralidade no âmbito do que seria o Conselho Mundial da Paz, nasce do movimento de ex-resistentes *Combatants de la Liberté* (CDL), mais tarde baptizados *Combatants de la Paix et la Liberté*, reunido em torno de Yves Farge, uma reconhecida personalidade da resistência francesa não comunista¹¹⁵. Este, com Joliot-Curie e Louis Saillant, formarão uma «corrente francesa» que dará ao Conselho Mundial da Paz a sua identidade, sendo o papel do dirigente comunista Laurent Casanova «difícil de definir», por falta de documentação¹¹⁶. A corrente «progressista», composta por Pierre Cot, Emmanuel d'Astier, Gilbert de Chambrum, apoiada pelos italianos reunidos em torno do socialista Pietro Nenni, teve também um peso importante¹¹⁷. Maurice Goldsmith, por seu lado, recorda que o próprio congresso de Wroclaw, em 1948, nasceu da iniciativa de intelectuais polacos que propuseram a Irène e Frédéric Joliot-Curie a realização de reuniões simultâneas, em França e na Polónia, de intelectuais pela paz. «A ideia alastrou para se tornar o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz.»¹¹⁸

O próprio *Apelo de Estocolmo*, primeira e bem-sucedida campanha internacional deste movimento, parece ter estado longe de ser uma mera «invenção» soviética. Depois de, no final do Verão de 1949, Frédéric Joliot-Curie e o matemático Jacques Hadamard terem defendido a ideia de que quem recorresse à bomba atómica deveria ser considerado um criminoso de guerra, no final desse mesmo ano um grupo de deputados (de vários quadrantes) apresentou, na Assembleia Nacional francesa, um projecto de resolução, cujo texto era muito semelhante ao que seria depois o *Apelo de Estocolmo*. Oito dias depois, os combatentes da paz e da liberdade franceses emitem um manifesto com o mesmo conteúdo. O *Apelo de Estocolmo*, como já vimos, seria apenas lançado em Março de 1950. Michel Pinault garante ainda que os arquivos soviéticos mostram que foi «apenas um mês e meio depois dos deputados franceses que o *bureau* político do PCUS adoptou, por sua vez, o princípio de um apelo formulado nestes termos.»¹¹⁹

Com estes exemplos, não se pretende pôr em causa a considerável, se não mesmo determinante, influência comunista neste movimento, patente quer na teorização do PCUS (e de outros partidos) sobre os diversos assuntos relacionados com ele, quer

¹¹⁵ ADERETH, Maxwell, *Op. Cit.*, pp. 148-149.

¹¹⁶ PINAULT, Michel, *Op. Cit.*, p. 153.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 153.

¹¹⁸ GOLDSMITH, Maurice, *Frédéric Joliot-Curie*, p. 184.

¹¹⁹ PINAULT, Michel, «Le Conseil Mondial de la Paix dans la Guerre Froide», pp. 148-149.

no peso determinante dos comunistas entre os seus dirigentes mundiais e, também, ao nível de cada um dos países. Pretende-se, sim, relevar os vários sectores ideológicos que estiveram na sua origem e o alargamento que alcançou muito para lá das fronteiras dos partidos comunistas: em França, por exemplo, este alargamento foi de tal ordem que a luta pela paz terá inclusivamente permitido ao Partido Comunista Francês quebrar o isolamento em que estava mergulhado desde que abandonara o governo, constituindo mesmo este movimento «um dos poucos pontos de contacto entre comunistas e não-comunistas» nos primeiros anos da Guerra Fria¹²⁰.

Os autores que de alguma forma se debruçaram sobre este movimento destacam a sua rápida expansão, a Leste como a Ocidente. Lilly Marcou reconhece o «desenvolvimento acelerado» do Comité Mundial dos Partidários da Paz¹²¹, ao passo que Eric Hobsbawm refere que a «ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz (...) os quais de tempos a tempos se tornavam movimentos de massas em partes da Europa»¹²². Jean Elleinstein, por seu lado, fala do «levantamento maciço dos partidários da paz» em todo o mundo, nesse período, perante o perigo de uma nova guerra¹²³. O *Apelo de Estocolmo* foi uma primeira, e bem-sucedida, campanha deste novo movimento, mas ao contrário do que afirma Phillipe Buton, não foi o seu «canto do cisne»¹²⁴. É, aliás, este mesmo autor a realçar que o que considera ser a «vida vegetativa» atravessada por este movimento a partir de 1956 (e do XX Congresso do PCUS), terminou nas décadas seguintes, «quando novas campanhas pacifistas receberam o apoio do comunismo internacional»¹²⁵.

2. Portugal e a Guerra Fria

Tal como a nível global, também em Portugal a luta pela Paz e o movimento que lhe deu corpo foram expressões da Guerra Fria e das alterações que esse período introduziu na generalidade dos países do Mundo. Em Portugal, ele modificou

¹²⁰ ADERETH, Maxwell, *Op. Cit.*, p. 152.

¹²¹ MARCOU, Lilly, *Op. Cit.*, p. 31

¹²² HOBSBAWM, Eric, *Op. Cit.*, p. 237

¹²³ ELLEINSTEIN, Jean, *Op. Cit.*, p.29

¹²⁴ BUTON, Philippe, *Op. Cit.*

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

profundamente a situação política portuguesa: regime e oposição seriam afectados pela nova arrumação mundial, se bem que em sentidos diametralmente opostos. Da parte do salazarismo, ele encontrou no seu alinhamento com o bloco anglo-americano uma sólida garantia de sobrevivência, depois das dificuldades que enfrentou desde 1943 (fruto da viragem operada na guerra em favor dos aliados), agravadas nos meses que se seguiram à capitulação alemã.

Em Maio de 1945, a vitória aliada é celebrada nas ruas, surgindo bandeiras britânicas, norte-americanas e francesas, juntamente com muitos paus nus, simbolizando o proibido estandarte vermelho da União Soviética¹²⁶. Estas movimentações populares estender-se-iam a todo o País¹²⁷, trazendo para a luz do dia exigências há muito reivindicadas: eleições livres, democracia, libertação dos presos políticos, encerramento do Tarrafal¹²⁸. Confrontado com uma agitação sem precedentes, o regime sente a necessidade de fazer alterações – ainda que superficiais e mais aparentes do que reais – não apenas no discurso político, como na própria ordem institucional: para além da promessa de *eleições tão livres como na livre Inglaterra*, o regime procede à alteração da Constituição, nomeadamente no que respeita à legislação eleitoral, concede amnistias, institucionaliza o *habeas corpus* e extingue os Tribunais Militares Especiais¹²⁹.

Aproveitando o momento internacional e a (pelo menos aparente) desorientação do governo, a oposição surge à luz do dia e passa à ofensiva: o 5 de Outubro é assinalado em Lisboa e no Porto por milhares de pessoas que, não só comemoram a implantação da República, como exigem o fim do Estado Novo. Pouco depois, é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), que reunia diversas correntes oposicionistas. Formado inicialmente a partir da iniciativa de sectores republicanos e socialistas do clandestino MUNAF¹³⁰, o MUD aposta em disputar eleitoralmente com o

¹²⁶ OLIVEIRA, César de, «A evolução política», in Fernando Rosas (coord.) «Portugal e o Estado Novo (1930-1960)», 12.º vol. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.) *Nova História de Portugal*, p. 55.

¹²⁷ «Eleições Livres! Liberdade! Democracia!», in *Avante!*, IV Série, n.º 77, 2.ª quinzena de Maio de 1945, pág. 2.

¹²⁸ «As ruas de Lisboa encheram-se de centenas de milhares de manifestantes», in *Avante!*, VI Série, n.º 77, 2.ª quinzena de Maio de 1945, pág. 1.

¹²⁹ OLIVEIRA, César de, *Op. Cit.*, pp. 57-58.

¹³⁰ Criado em 1943, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista congregava as principais tendências oposicionistas. Foi a «primeira organização clandestina verdadeiramente aglutinadora dos diversos sectores e sensibilidades de oposição ao Estado Novo durante os anos 40». Cf. COSTA, Fernando,

governo o poder no País, pensando poder desta forma conquistar a credibilidade internacional. A sua criação, segundo alguns autores, terá servido para esvaziar o conteúdo político do MUNAF, mas em breve os comunistas e os seus aliados estarão também em maioria na comissão central do MUD¹³¹. Aspirando à legalidade, o MUD reclamava garantias de condições mínimas para que as eleições, marcadas para 18 de Novembro de 1945, pudessem ser consideradas justas e livres – e ainda liberdade de imprensa, reunião e propaganda, amnistia para todos os presos políticos e a extinção do campo do Tarrafal. Este movimento conheceu um êxito até então inédito no contexto da resistência em Portugal¹³².

Contudo, a euforia durou pouco e das «eleições» (às quais o MUD acabou por não concorrer, por entender não estarem reunidas as condições mínimas que exigira) saiu uma Assembleia Nacional composta por 120 deputados da União Nacional. O PCP, logo em Maio de 1945, defendera que a derrota alemã na guerra não significaria a queda automática do regime de Salazar e que o povo teria de conquistar a liberdade «pelas suas mãos»¹³³, enquanto outros sectores da oposição acreditaram até muito tarde que uma eventual pressão «aliada» pudesse pôr fim à ditadura¹³⁴. Mas esta crença tinha, à medida que os meses passavam, cada vez menos a ver com a realidade concreta. Se logo em 1943 e 1944 o governo de Salazar assinava os primeiros acordos militares e económicos com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, a aproximação do regime português às potências ocidentais intensifica-se após o final da guerra: em Março e Junho de 1946, como depois em Junho de 1948, esquadras britânicas e norte-americanas visitam Lisboa¹³⁵; em Setembro, os dois países apoiam a adesão de Portugal à ONU (vetada pela União Soviética); em Fevereiro de 1948, a Base das Lajes é cedida aos norte-americanos; e, em Abril do ano seguinte, Portugal está entre os membros

«MUNAF», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.) *Dicionário da História do Estado Novo*, vol. II, pp. 637-639.

¹³¹ COSTA, Fernando, *Op. Cit.*, pp. 637-639.

¹³² OLIVEIRA, César de, *Op. Cit.*, p. 59.

¹³³ «A Alemanha Derrotada!», in *Avante!*, VI Série, n.º 76, 1.ª quinzena de Maio de 1945, p. 1.

¹³⁴ Segundo João Madeira, os sectores anti-salazaristas que se reúnem, em 1951, em torno da candidatura presidencial de Quintão Meireles, um dissidente do regime, acreditavam ainda na «pressão diplomática dos países democráticos ou no *putsch* como via para resolver o problema do regime», algo que o PCP rejeitava frontalmente. Cf. MADEIRA, João, *Os Engenheiros de Almas*, p. 265.

¹³⁵ CUNHAL, Álvaro, «O caminho para o derrubamento do fascismo», informe ao IV Congresso do PCP, 1946, in *Obras Escolhidas*, Vol.1 (1935-1947), p. 437. Álvaro Cunhal refere, no seu relatório, que ao receber a esquadra britânica, Salazar fê-lo «como se viessem a bordo os reis de Inglaterra. Dá banquetes e festas sumptuosas que custam milhares de contos à nação. Faz jogar no estádio, anunciando em parangonas nos jornais, um *team* de “infantis” ingleses contra a selecção nacional. Aplaudes, em palavras, as campanhas “humanitárias” dos trabalhistas ingleses. Participa com toda a energia nas campanhas anti-soviéticas».

fundadores da Organização do Tratado do Atlântico Norte¹³⁶. Esta aliança militar (um dos pilares da Guerra Fria, do lado ocidental), apesar de ter inscrito no preâmbulo da sua carta fundadora o autoproclamado objectivo da defesa da liberdade¹³⁷, incluiu no seu seio, como membro fundador, um país submetido a uma ditadura fascista que, muito embora não tenha participado directamente na Segunda Guerra Mundial, tivera claras e conhecidas simpatias pelas potências do *Eixo*¹³⁸.

Este alinhamento de Portugal com os países do bloco ocidental que então se formava, seria acompanhado de uma «limpeza» da imagem internacional do regime. Paulatinamente, influentes jornais e revistas ocidentais elogiam o salazarismo e, em particular, Salazar, dando-lhe credibilidade internacional¹³⁹: À medida que os meses se sucediam, uma coisa ia ficando clara: o salazarismo poderia coexistir sem problemas com os países ocidentais¹⁴⁰, pois estes demonstravam um crescente e inequívoco apoio à sua manutenção¹⁴¹. Isto mesmo fora já percebido pelo PCP pelo menos desde o seu IV Congresso, de 1946. No relatório aí apresentado por Duarte (Álvaro Cunhal), refere-se já o apoio «sem reservas» à ditadura de Salazar por parte desses dois países¹⁴².

O interesse do bloco anglo-americano em Portugal teria fundamentalmente razões estratégicas, graças à situação privilegiada dos Açores, a meio caminho entre a

¹³⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano, «NATO», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Op. Cit.*, vol. II, pp. 703-706.

¹³⁷ No tratado fundador da NATO, os países signatários reafirmavam a sua fidelidade aos princípios da Carta das Nações Unidas e aos princípios da «democracia, liberdade individual e primazia do direito». Citado de «The North Atlantic Treaty», www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm (consultado pela última vez em Dezembro de 2012).

¹³⁸ ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar, Biografia de uma Ditadura*, pp. 300-362. Recorrendo-se de discursos do próprio Salazar, dos relatos de Franco Nogueira ou do Boletim da Legião Portuguesa, este autor faz uma sùmula das declarações e actos do governo português de apoio, mais ou menos explícito, à Alemanha nacional-socialista. A questão do Volfrâmio terá sido a mais significativa, mas não a única.

¹³⁹ Poucos meses depois do fim da Guerra, vários jornais e revistas ocidentais começam a «limpar» a imagem da ditadura e do próprio Salazar: em Julho de 1947, a revista norte-americana *Time* destaca que o presidente do Conselho era um «paladino dos direitos humanos mais simples e a santidade da família é o centro da sua cruzada», ao passo que em Agosto o *Daily Mail* considerava que o governo português «católico, mas não clerical, crendo na iniciativa privada e nos serviços sociais do Estado, procura construir um baluarte contra o comunismo»; em 1948, o *Daily Telegraph* referia-se a Portugal como um oásis na Europa «desorganizada»; enquanto a *Gazette de Lausanne* atribuía a Salazar a «renascença de Portugal»; ao mesmo tempo, certa imprensa francesa comparava-o a De Gaulle, entre outros exemplos de tom semelhante. No mesmo período, diversas personalidades de inegável influência em vários países ocidentais visitam Portugal, como são os casos de Randolph Churchill, da primeira-dama argentina Eva Péron ou de Leopoldo, antigo rei da Bélgica príncipe Carlos da Bélgica, irmão do rei. Cf. ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Op. Cit.*, pp. 402- 410.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, César de, *Op. Cit.*, p. 61.

¹⁴¹ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», 7.º vol. de José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 1998, p. 399.

¹⁴² CUNHAL, Álvaro, «O caminho para o derrubamento do fascismo», informe ao IV Congresso do PCP, 1946, in *Obras Escolhidas*, Vol.1 (1935-1947), p. 427

Europa e a América. Como nota Nuno Severiano Teixeira, o arquipélago tinha já sido uma base fulcral durante a Segunda Guerra Mundial, mas perante uma possível guerra a Leste, a sua importância redobrava. Este factor terá sido, para este autor, a verdadeira razão do convite a Portugal para aderir à NATO¹⁴³. Mas nas novas condições de Guerra Fria, o férreo e provado anticomunismo de Salazar aproximava, também do ponto de vista ideológico, Portugal dos seus novos aliados. Desde a sua implantação que a ditadura tivera sempre um discurso e uma prática fortemente anticomunistas e, sobretudo a partir de meados dos anos 30, dirigia contra o Partido Comunista Português o fundamental das suas forças repressivas. A partir de 1945, a PIDE passou mesmo a dispor de uma brigada especial dedicada à «caça aos comunistas», chefiada por José Gonçalves¹⁴⁴.

Salazar, apercebendo-se então das novas oportunidades abertas pela situação internacional nos primeiros anos da Guerra Fria, actualiza o seu anticomunismo aos novos tempos¹⁴⁵ – os tempos da *ameaça soviética* – propagandeando-o por todos os meios¹⁴⁶. O *perigo comunista* instala-se, assim, e de forma duradoura, como argumento central do discurso do regime e servirá de pretexto para todo o tipo de restrições e perseguições, mas sobretudo como razão de sobrevivência¹⁴⁷. O salazarismo integrava-se assim plenamente naquilo que era o discurso dominante nos restantes governos ocidentais desde a palestra de Churchill em Fulton e o lançamento da *Doutrina Truman*.

Mas se os EUA e a Grã-Bretanha tinham interesse na participação de Portugal na NATO (e, em geral, na sua cruzada contra o comunismo e a União Soviética), o contrário não era menos verdadeiro. Há quem se refira às reservas manifestadas por Salazar relativamente à adesão ao Pacto do Atlântico (bem como pela participação no *Plano Marshall*) e as divisões por ela provocadas no núcleo dirigente do Estado Novo. Contudo, o que é certo, é que essas divisões e discordâncias não impediram a presença portuguesa na fundação da *Aliança Atlântica*, e logo entre o restrito grupo de fundadores. O apoio das grandes potências ocidentais era de tal forma vital para o

¹⁴³ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pp. 703-706.

¹⁴⁴ RABY, Dawn Linda, *A resistência antifascista em Portugal 1941/1974*, p. 109.

¹⁴⁵ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política. Vol. II Duarte, dirigente clandestino*, p. 660.

¹⁴⁶ COSTA, Ramiro da, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1975)*, Vol. II, p. 98.

¹⁴⁷ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 402

salazarismo que a adesão se consumou apesar de não terem sido aceites as principais reservas levantadas pelo regime, e em particular pelo próprio Salazar¹⁴⁸.

Para António José Telo, a adesão à NATO surge «sobretudo como uma forma de garantir a aceitação internacional das ditaduras ibéricas»¹⁴⁹. Fernando Rosas não hesita em falar da ajuda do Ocidente à recomposição e fortalecimento do regime, «tanto no plano interno como no plano externo, designadamente com a adesão à NATO e a reticente integração na esfera de hegemonia norte-americana no novo mundo bipolar»¹⁵⁰. Portugal conseguia, assim, a tão necessária legitimação externa, de que a ditadura não deixou de tirar partido internamente. A oposição à NATO e, de forma mais geral, a toda a política externa portuguesa – um dos eixos centrais da luta pela Paz nos anos em análise – não foi, pois, uma questão menor ou lateral: ao contestar-se a NATO, e o alinhamento do País ao lado dos EUA e da Inglaterra, era também o próprio regime, por via de um dos seus principais sustentáculos, que era visado.

Do outro lado do tabuleiro político português, a Guerra Fria fez-se sentir de forma não menos decisiva. Aproveitando o seu recente alinhamento internacional e a sua recomposição interna, o regime apertou o cerco à oposição e rapidamente pôs fim ao período de «consentida liberalização» do imediato pós-guerra¹⁵¹: a 8 de Maio de 1946, e ao contrário do que sucedera exactamente um ano antes, as manifestações comemorativas da vitória aliada são reprimidas¹⁵²; nos dias seguintes ao veto soviético à admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas, a 4 de Setembro de 1946 (admissão contestada, no plano interno, por PCP e MUD), Salazar ataca o MUD com força, recorrendo a uma violenta campanha da imprensa do regime, com destaque para o *Diário da Manhã*: os membros da Comissão Central do MUD são publicamente acusados de traição¹⁵³.

¹⁴⁸ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Op. Cit.*, pp. 703-706. O autor considera mesmo que a adesão à NATO constituiu uma vitória de Salazar em termos internos, pois se esta «dividiu o regime, é preciso dizer que dividiu mais profundamente a oposição».

¹⁴⁹ TELO, António José, «Política de Defesa», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Op. Cit.*, vol. II, pp. 759-765. A modernização das Forças Armadas portuguesas e a própria criação da Força Aérea contam-se, para este autor, entre as vantagens da adesão do País à NATO.

¹⁵⁰ ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder – A arte de saber durar*, p. 235.

¹⁵¹ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, vol. II: *Duarte, dirigente clandestino*, p. 662

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 661.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, p. 667.

A ofensiva não se fica pelas páginas dos jornais: Ruy Luís Gomes é preso a 12 de Setembro, acusado de actividades subversivas, e o mesmo sucede, nos dias seguintes, aos restantes membros da Comissão Central do MUD. Nos interrogatórios a que todos sem excepção são submetidos, é-lhes perguntado acerca da sua participação no impacto internacional que o manifesto do MUD teria assumido e sobre a «traição» que teria constituído a sua divulgação¹⁵⁴. Paulatinamente, todos os níveis da estrutura do MUD são atingidos: os dirigentes nacionais e locais do movimento que eram funcionários públicos são demitidos da função pública, em diversos actos administrativos ocorridos entre 1946 e 1947. Esta razia engloba alguns dos mais prestigiados cientistas e professores portugueses, como Bento de Jesus Caraça, expulso do ISCEF, e Mário de Azevedo Gomes, afastado do Instituto Superior de Agronomia¹⁵⁵.

Também os militares oposicionistas são visados, sobretudo a partir de Abril de 1947, na sequência da preparação de mais um golpe, abortado à nascença pela PIDE, que ficou conhecido por «golpe da Mealhada»¹⁵⁶. Vários dos militares revoltosos são compulsivamente passados à reforma. Sobre os operários dos estaleiros navais de Lisboa que, entre 5 e 19 de Abril de 1947, estiveram em greve, a repressão é mais dura: muitos são presos, alguns dos quais enviados sem julgamento para o Tarrafal¹⁵⁷. No mesmo mês, é aprisionada a Comissão Central do MUD Juvenil (movimento unitário criado em 1946 que chegou a atingir os 20 mil aderentes¹⁵⁸) de que faziam parte Francisco Salgado Zenha, João Sá da Costa, José Borrego, Júlio Pomar, Maria Fernanda Silva, Mário Sacramento, Mário Soares, Nuno Fidelino Figueiredo, Rui Grácio e Óscar dos Reis. Octávio Pato, que também integrava a referida comissão mas que se encontrava na clandestinidade, é o único a escapar à prisão¹⁵⁹. O passo que se seguiu foi

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 668.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 668.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, 680.

¹⁵⁷ «A nação contra Salazar – A Greve de Lisboa de 20.000 trabalhadores pôs novamente a nu a incapacidade e a natureza fascista do governo», in *Avante!* n.º 101, VI Série, Maio de 1947, p. 1.

¹⁵⁸ «Os 50 anos do MUD Juvenil, entrevista com Octávio Pato», in *Avante!* n.º 1164, VII Série, 21 de Março de 1996. João Madeira, «O PCP e o MUD Juvenil», in *História*, ano XIX (Nova série), n.º 28, Janeiro/Fevereiro de 1997, p. 35. O autor lembra, neste artigo, que a Legião Portuguesa estimava pela metade o número de aderentes do MUD Juvenil, reconhecendo porém que este tinha organização em 35 cidades, 85 vilas e sedes de concelho e mais 70 aldeias, o que não deixa de revelar – mesmo nos menos ambiciosos dos números – uma poderosa e disseminada organização.

¹⁵⁹ «Os 50 anos do MUD Juvenil, entrevista com Octávio Pato», in *Avante!* n.º 1164, VII Série, 21 de Março de 1996. De todos estes, só não eram, à data, militantes do PCP Sá da Costa, Fidelino Figueiredo e Rui Grácio.

a ilegalização do MUD¹⁶⁰. O MUD Juvenil resistiria por mais nove anos, até à sua dissolução em 1957, mas não sem ter sofrido duros e sucessivos golpes¹⁶¹.

Mas é contra o PCP que se vira o essencial da repressão. Depois dos assassinatos, ainda em 1945, de militantes destacados como Alfredo Dinis (membro do Comité Central) ou Germano Vidigal¹⁶², em 1947 realizam-se várias prisões: é desta altura o chamado *processo dos 108*, envolvendo militantes de diversos sectores e regiões, atingidos ou mesmo desmantelados por estas prisões, como sucedeu com as organizações do Ribatejo, Coimbra ou Alentejo. Neste último caso, foram capturados vários dirigentes e funcionários, incluindo Francisco Miguel Duarte, membro do Comité Central e na altura responsável pelo Sul do País¹⁶³. Um novo golpe, porventura o mais grave e de consequências mais profundas, dá-se em Março de 1949: Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, dois dos quatro membros do Secretariado (o principal organismo dirigente do PCP)¹⁶⁴, são presos numa casa clandestina no Luso, juntamente com Sofia Ferreira. Pela mesma altura, são capturados mais outros dirigentes e quadros, várias casas clandestinas e mesmo uma tipografia central¹⁶⁵.

A razia continua ao longo dos dois anos seguintes, de tal forma que a PIDE chega a mesmo a anunciar, em tom triunfante, a destruição completa do Partido Comunista Português. Na realidade, o PCP não se encontrava derrotado, mas os golpes foram de tal extensão que a sua recuperação seria um processo demorado e complexo¹⁶⁶.

¹⁶⁰ PEREIRA, José Pacheco, *Op. Cit.*, vol. II, p. 682. A ilegalização do MUD foi oficializada através de um despacho do Ministério do Interior datado de 26 de Abril de 1947. A decisão foi comunicada aos membros da Comissão Central do movimento em Março do ano seguinte – data da ilegalização *de facto* do Movimento de Unidade Democrática, Cf. João Madeira, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 167.

¹⁶¹ MADEIRA, João, «O PCP e o MUD Juvenil», p. 45.

¹⁶² Alfredo Dinis, membro do Comité Central do PCP, foi morto a tiro a 4 de Julho de 1945 por uma brigada da PVDE numa estrada em Loures; Germano Vidigal morreu espancado no posto da GNR de Montemor-o-Novo a 28 de Maio do mesmo ano, na sequência de uma acção de protesto; em 1947 morre no Aljube António José Patuleia e no ano seguinte perdem a vida mais dois militantes do PCP, presos no Campo do Tarrafal: Marreiros e António Guerra. O ano de 1950 é particularmente duro para o PCP, que perde, num curto espaço de tempo, o responsável pela ligação às tipografias clandestinas, José Moreira, morto na sede da PIDE, e o membro do Secretariado do Comité Central Militão Ribeiro, na Penitenciária de Lisboa. Ainda nesse ano, Carlos Pato sucumbe no Forte de Caxias e em Alpiarça é morto a tiro pela GNR Alfredo Lima (CASANOVA, José, «Bandeiras de Luta», in *Avante!* n.º 1739, 29 de Março de 2007).

¹⁶³ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, pp. 165.

¹⁶⁴ O Secretariado era composto, desde 1942, por Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes, tendo-se-lhes juntado, em 1946, Militão Ribeiro.

¹⁶⁵ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 184.

¹⁶⁶ RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 122. Também Ramiro da Costa (*Op. Cit.*, p. 99) sublinha, da mesma forma, que a PIDE «anunciará, na altura, que o Partido Comunista estava extinto. De facto, não o estava. Mas sofrera um profundo golpe, de que só lentamente se refará». Avaliando, no início da década de 60, a

De certa forma ligado ao incremento da repressão movida especialmente contra os comunistas, está outro processo que caracteriza a oposição antifascista portuguesa nestes anos: a divisão. Como salientámos no capítulo 1, este processo insere-se na tendência verificada um pouco por toda a Europa Ocidental de redesenhamento das alianças, com o desmantelamento das frentes populares antifascistas, cujo desfecho no quadro nacional será o desmembramento da unidade anti-salazarista construída desde inícios dos anos 40 em torno do MUNAF e do MUD e o relativo isolamento do PCP. Na reunião de Abril de 1947 do seu Comité Central, o Partido Comunista apercebera-se já da iminência da ruptura, constatando a existência do que João Madeira considera «brechas irreparáveis» no seio da oposição: os contactos e a coincidência de posturas e posições entre as alas mais liberalizantes do regime e certos grupos mais à direita no campo oposicionista seriam vestígios claros desta realidade¹⁶⁷.

A esta divisão não terá sido estranha a intensificação da repressão, dirigida prioritariamente contra os comunistas, que terá levado mesmo a que membros de determinados grupos da oposição liberal tivessem alguma relutância em colaborar com os comunistas, num processo que culminaria com a ruptura da unidade da oposição, na primeira metade de 1949, na das eleições presidenciais desse ano e de clivagens antigas¹⁶⁸. Virgínia Moura (militante comunista que teve uma participação activa no MUD, na comissão de candidatura de Norton de Matos e, mais tarde, no Movimento Nacional Democrático) lembra que, ainda antes das eleições presidenciais de 1949, havia já quem defendesse que nas comissões de candidatura do general Norton de Matos não participassem comunistas¹⁶⁹. Após as eleições, tudo se agravou, até à consumação da ruptura¹⁷⁰. Relativamente a isto, Dawn Linda Raby salienta que, num ambiente de anticomunismo próprio da Guerra Fria, sectores e personalidades liberais, socialistas e republicanos, muitos dos quais inseridos anteriormente no quadro no

profundidade dos golpes sofridos neste período, Álvaro Cunhal revela que por diversas razões, «de 1949 a 1952, o CC deixou de poder contar com 11 do total de 18 membros efectivos e suplentes que faziam parte do CC em princípios de 1949. À data da IV Reunião Ampliada do Comité Central (Dezembro de 1952), todos os 4 membros efectivos do CC eram os elementos do Secretariado, havendo apenas mais um suplente. Além dessas baixas no CC, numerosos funcionários do Partido e muitos outros militantes foram presos nos mesmos anos». Cf. CUNHAL, Álvaro, «A tendência anarco-liberal na organização do trabalho de direcção», 1960, in *Obras Escolhidas*, vol. II, pp. 483-484.

¹⁶⁷ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 161.

¹⁶⁸ RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 121.

¹⁶⁹ MOURA, Virgínia, *Mulher de Abril – Álbum de Memórias*, p. 43.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 53-55.

MUNAF, demarcaram-se do PCP, convencidos de que conseguiriam da parte do regime uma maior tolerância¹⁷¹.

Se estes sectores da oposição não comunista acreditavam verdadeiramente que conseguiriam alguma condescendência por parte do salazarismo, tal não será alheio à manobra ensaiada pelo próprio regime para favorecer a divisão no campo da oposição e forçar o isolamento do PCP. A 9 de Novembro de 1946, na abertura da I Conferência da União Nacional, é o próprio Salazar que dá o mote: o *perigo comunista* é apresentado como o inimigo principal e aos vários sectores oposicionistas estava colocado um dilema – ou colaborar com o regime, apartando-se do PCP e integrando-se no sistema; ou continuar «ao serviço de Moscovo», ou seja, integrados na unidade antifascista, ombreando com os comunistas, sendo então tratados como inimigos¹⁷². Estava-se perante o que Fernando Rosas considera uma «política de atracção» à direita oposicionista, visando claramente a quebra da unidade anti-salazarista e o isolamento do Partido Comunista Português e dos seus aliados da esquerda antifascista. Salazar deixa mesmo a porta aberta à possibilidade de tolerar uma oposição anticomunista, ordeira e colaborante, embora nunca tenha precisado de que forma estaria disposto a fazê-lo¹⁷³.

Ilegalizado o MUD e desfeito o MUNAF, parte dos sectores que antes integravam estes dois movimentos unem-se na candidatura do general Norton de Matos às eleições para a Presidência da República, marcadas para Fevereiro de 1949¹⁷⁴. Sobretudo no Norte do País, a candidatura alcança grandes mobilizações populares (nomeadamente nos comícios do estádio do Salgueiros e da Fonte da Moura, no Porto), que não conseguiriam porém alterar uma situação que era já evidente: a inversão da correlação de forças no País a favor do regime¹⁷⁵. A candidatura do General não conseguiria, tão-pouco, sanar as divisões que se faziam sentir no seio dos seus apoiantes, agravadas com a decisão de não a levar até às urnas¹⁷⁶.

Apesar de ter ficado decidido, pouco antes do encerramento da campanha eleitoral, que o movimento organizado que sustentara a candidatura do General devia

¹⁷¹ RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 121.

¹⁷² ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 402.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, pp. 401 e 402.

¹⁷⁴ COSTA, Fernando, *Op. Cit.*, pp. 637-639.

¹⁷⁵ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 398.

¹⁷⁶ Virgínia Moura recorda, a este propósito, que PCP «sabia não haver condições para ir até ao fim, mas tornava-se necessário convencer todas as forças políticas, não só os nossos militantes, como ainda os simpatizantes de outras correntes e, sobretudo, o Norton de Matos. Ele, na verdade, iludiu-se com os comícios, com o entusiasmo e apoio do povo». Cf. MOURA, Virgínia, *Op. Cit.*, p. 53.

prosseguir, os acontecimentos evoluíram noutra sentida, oposto a esta deliberação, com a dissolução das comissões centrais e distritais da candidatura, operada pelos seus próprios membros (na maioria personalidades não comunistas)¹⁷⁷. A candidatura do General Norton de Matos foi, na viragem da década de 40 para a de 50, e durante alguns anos, a última expressão da larga unidade antifascista. Tal como em grande parte do mundo ocidental, também em Portugal a linha divisória deslocara-se decisivamente da frente popular antifascista (com esse ou com outro nome) para a dicotomia da Guerra Fria.

Determinados em manter uma estrutura unitária de oposição ao regime, o PCP e os sectores que lhe eram próximos levam de imediato a cabo um movimento *por baixo*¹⁷⁸ e, logo no princípio de Março de 1949, a maioria das comissões de freguesia do Porto de apoio à candidatura do general reúnem-se e apelam à continuação do movimento. Os membros da comissão central da candidatura Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura e Maximiano da Silva juntam-se às comissões e criam, em Abril de 1949, o Movimento Nacional Democrático (MND), cuja primeira Comissão Central fica constituída por esses três elementos e também por Maria Lamas, José Morgado, Albertino Macedo, António Areosa Feio, Pinto Gonçalves e João Saias¹⁷⁹.

A generalidade dos autores concorda que este movimento se limita aos aderentes e simpatizantes do PCP¹⁸⁰, mas há quem, reconhecendo ser o Partido Comunista a sua principal base de apoio organizado, negue que o MND se tratasse de um seu instrumento¹⁸¹. Dawn Linda Raby salienta, aliás, que a presença neste movimento de «algumas figuras internacionalmente consideradas» dificultava que as calúnias lançadas sobre ele, quer pelo regime, quer por certos sectores da oposição, surtisses grande

¹⁷⁷ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 181.

¹⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 182. Virgínia Moura, referindo-se a uma reunião realizada a desistência do General Norton de Matos, lembra que «cada um arranhou desculpas, algumas esfarrapadas, para se afastarem de nós [comunistas], pois era perigoso, tanto mais quanto foram decretadas medidas de segurança e eles, mesmo sem serem comunistas, estavam abrangidos. Por isso, diziam pretender trabalhar à parte, constituir-se como oposição legal». Cf. MOURA, Virgínia, *Op. Cit.*, p. 53.

¹⁷⁹ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 182. José Morgado, contudo, afirma que o MND foi criado em Fevereiro e não em Abril de 1949. Cf. «Carta ao Coordenador da publicação *História de Portugal em Datas*», 27 de Novembro de 1994. Disponível em linha em josecardosomorgado.blogspot.pt/2007/12/carta-ao-coordenador-da-publicacao.html (consultado pela última vez em Maio de 2013).

¹⁸⁰ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 391. João Madeira vai mais longe, considerando que o MND, do ponto de vista de «abrangência unitária», representava «muito pouco». Cf. MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 182.

¹⁸¹ RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 47.

efeito¹⁸². Quanto à «incapacidade que o movimento terá demonstrado em gerar um forte apoio popular», Raby concorda com Ramiro da Costa¹⁸³ ao colocar a tónica no período de arrefecimento das lutas operárias, depois de concluído o período de grandes greves e manifestações da década de 40, que não podia ser alterado apenas pelas posições de uma «vanguarda democrática que nada mais poderia fazer senão manter vivo o espírito da resistência e preparar o terreno para um inevitável ressurgimento em anos futuros»¹⁸⁴.

Para além do estreitamento da sua composição, ao nível dos sectores políticos e tendências ideológicas que congregava – se comparado com movimentos de unidade anteriores –, o MND deparou-se com outra dificuldade: a hostilidade pública de outros sectores oposicionistas. Na verdade, alguns dos que pouco tempo antes eram aliados no MUNAF e no MUD surgiram em breve reunidos em diversos grupos («atlantistas» e fortemente anticomunistas, apostados em ligarem-se a figuras dissidentes do regime), com especial destaque para o Directório Democrato-Social, de António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, Jaime Cortesão ou Cunha Leal¹⁸⁵.

Neste quadro, recuar era menos uma opção do que uma necessidade e o PCP desenvolve o que Fernando Rosas descreve como sendo uma «típica reacção defensista»¹⁸⁶. Alguns autores, ao caracterizarem a acção do Partido Comunista Português neste período, recorrem a expressões como «sectarismo», «dogmatização ideológica e programática» e a um «ambiente de «caça às bruxas» que então se viveria no interior do PCP¹⁸⁷, patente nas expulsões, críticas públicas e autocríticas sucessivas que têm lugar nestes anos¹⁸⁸. Mas há também quem realce que tais práticas terão sido indispensáveis para estancar a acção da repressão e que só graças a elas foi possível «recompôr o aparelho clandestino, depois dos golpes de 1949 e desenvolver a luta nos campos, particularmente entre os assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo»¹⁸⁹.

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 43.

¹⁸³ COSTA, Ramiro da, *Op. Cit.*, p. 106.

¹⁸⁴ RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, pp. 47-48.

¹⁸⁵ Segundo João Madeira, esta oposição, que se reuniria em 1951 em torno da candidatura presidencial de Quintão Meireles, um dissidente do regime, acreditava ainda na «pressão diplomática dos países democráticos ou no *putsch* como via para resolver o problema do regime», algo que o PCP rejeitava frontalmente. Cf. MADEIRA, João, *Engenheiros de Almas*, p. 265.

¹⁸⁶ ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», p. 521.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 521.

¹⁸⁸ MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, pp. 210-211.

¹⁸⁹ COSTA, Ramiro da, *Op. Cit.*, p. 98. Álvaro Cunhal, avaliando mais tarde este período atribulado da história do PCP, reconhecerá que a centralização do trabalho de direcção do Partido no Secretariado se

Outra característica que se aponta ao PCP, neste período, é a sua insistência, «corajosa, mas suicidária», em forçar a legalidade através do MND e do MUD Juvenil¹⁹⁰, procurando «a todo o custo defender uma margem de acção legal»¹⁹¹. Tratava-se, em última análise, de procurar manter-se à tona, tentando ao máximo conservar os laços com a sociedade, por mais fragilizados que pudessem estar nesse momento. A luta pela Paz e o movimento que a corporizava foram também instrumentos para cumprir este objectivo, como procuraremos demonstrar no capítulo seguinte.

3. Tática e objectivos

O Partido Comunista Português foi, inquestionavelmente – para usar a expressão utilizada por Andrei Jdánov na conferência inaugural do Kominform (ver capítulo 1) – a *força dirigente* da luta pela Paz em Portugal. Para além de possuir um considerável património de análise e reflexão sobre a situação internacional do pós-guerra e, particularmente, daquele que seria um dos mais tensos períodos de toda a Guerra Fria (ver capítulo 4), o PCP desenvolveria toda uma teorização relativamente à luta pela Paz e ao movimento que a corporizava, conferindo-lhe um enquadramento tático que os marcaria profundamente durante todo este período, e para lá dele.

Tendo partido para esta causa com algum atraso relativamente ao que sucedeu noutros países¹⁹² (em França, por exemplo, como observámos no capítulo 1, o movimento da Paz começa a ganhar forma logo nos primeiros anos do pós-guerra; o

terá generalizado e prolongado para lá do que a situação exigiria, não deixando porém de considerar que ela fora necessária para melhorar o trabalho conspirativo, assegurar uma severa vigilância e instituir uma apertada disciplina, condições que apontava como fundamentais para «suster a ofensiva do aparelho repressivo fascista e pôr termo a casos de traição e desmoralização dos quadros». Este dirigente, que seria eleito secretário-geral do PCP em Março de 1961, afirmou ainda que «à abnegação e firmeza revolucionária de que deram mostras os camaradas a quem coube a pesada tarefa de dirigir o Partido nesses anos difíceis, deve-se, em parte considerável, o ter o Partido colmatado, num prazo relativamente curto, as brechas abertas pela acção do inimigo e ter podido retomar a acção política em larga escala». Cf. CUNHAL, Álvaro, «A Tendência Anarco-Liberal no Trabalho de Direcção», 1960, in *Obras Escolhidas*, volume II, pp. 484-485.

¹⁹⁰ ROSAS, Fernando, *Op. Cit.*, p. 521.

¹⁹¹ COSTA, Ramiro da, *Op. Cit.*, p. 104.

¹⁹² João Madeira justifica este «atraso» com as «acrescidas dificuldades que se viviam internamente, mas sobretudo com o impacto que a ruptura no bloco oposicionista provocava; assim como com a ressaca face ao profundo golpe repressivo que tocara o Secretariado, pouco antes da realização do 1.º Congresso Mundial da Paz». Cf. MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria...*, p. 191.

Congresso dos Partidários da Paz, realizado em simultâneo em Paris e Praga, tivera lugar em Abril de 1949 e o Partido Comunista Francês efectuara, um ano depois, o seu XII Congresso, com o lema *A Paz, tarefa primordial*¹⁹³), o PCP lança-se decididamente no seu desenvolvimento, sobretudo a partir da primeira metade de 1950. Para além da realização de iniciativas diversificadas e da proliferação de artigos, petições e manifestos, o PCP ocupa-se desde logo com o enquadramento táctico a conferir à luta pela Paz, num momento particularmente difícil como aquele que então atravessava.

Em documentos emanados da sua direcção e em vários artigos publicados entre 1950 e 1952 – nomeadamente no boletim de organização *O Militante* (destinado sobretudo aos quadros partidários) –, o PCP revelava ter objectivos bem definidos quanto ao papel que a luta pela Paz deveria assumir no combate mais geral e decisivo pelo derrube do salazarismo, assim como no que respeitava à forma de a levar por diante. Num desses artigos, de meados de 1950, o PCP explana o enquadramento geral que pretendia dar a essa frente: a luta pela Paz encontrar-se-ia, então, «intimamente ligada» à defesa dos «interesses económicos, sociais e políticos» dos trabalhadores, pelo que lutar pela Paz era, ao mesmo tempo, lutar pela defesa dos «interesses mais imediatos» das camadas populares, «contra o desemprego, por pão ou trabalho, por aumentos de salários, pela própria vida»¹⁹⁴. Assim, entendia o PCP, lutar pela Paz e contra uma nova guerra – que, como vimos no capítulo 1, milhões de pessoas acreditavam, nesses anos, que poderia deflagrar a qualquer momento – era algo em que estaria interessada a esmagadora maioria da população do País, com excepção dos que tinham os seus interesses, «directa ou indirectamente, ligados aos monopólios nacionais e estrangeiros, tal como sucede com a camarilha salazarista»¹⁹⁵.

Transpondo esta concepção para o plano da táctica, o propósito era fazer com que, no âmbito da luta pela Paz, se conseguisse atrair e unir o maior número possível de pessoas em torno de questões simples e capazes de criar amplos consensos: «em defesa da Paz mundial, contra o emprego da bomba atómica numa futura guerra e contra a

¹⁹³ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁴ «Coordenar a luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores pela defesa da Paz é tarefa da hora presente», in *O Militante*, III série, n.º 60, Julho de 1950, p. 1.

¹⁹⁵ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Edições da Organização Regional de Lisboa, Setembro de 1950. Texto dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

política de guerra do governo salazarista»¹⁹⁶. Para tal, o Partido Comunista canalizou os seus esforços em dois sentidos, complementares entre si: a formação de uma estrutura específica, de carácter nacional, que dinamizasse e dirigisse a luta pela Paz; e a criação de uma opinião pública favorável à Paz (ou seja, contrária à política externa norte-americana e à submissão, a esta, do salazarismo). Para este último objectivo, deveriam convergir não apenas a nova estrutura a criar – o Movimento Nacional para a Defesa da Paz –, mas o próprio Partido Comunista e o conjunto de movimentos unitários por si influenciados.

De facto, e à semelhança do que sucedeu na generalidade dos países da Europa Ocidental, também em Portugal a luta pela Paz não se expressou apenas através de uma única organização, voltada exclusivamente para esta frente. Ela abarcou também o Movimento Nacional Democrático (MND), o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil) e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), assumindo cada uma dessas estruturas papéis e protagonismos diversos. É à acção realizada por estas organizações em torno das causas relacionadas com a defesa da Paz que designamos *movimento da Paz*¹⁹⁷.

Tendo como objectivo central a constituição de uma unidade tão ampla quanto possível em torno da luta pela Paz, o PCP considerava que o essencial dessa luta deveria ser travado no plano «legal», através da constituição de comissões em defesa da Paz e do aproveitamento de «todas as possibilidades de agitação e propaganda»¹⁹⁸. Mas era a primeira – a organização – o «factor fundamental para a vitória das forças democráticas e da Paz sobre o fascismo e a guerra»¹⁹⁹, sendo a criação de comissões para a defesa da Paz em todos os locais de trabalho, de residência e de estudo a principal preocupação do Partido Comunista, nestes anos, no que respeita à construção desta nova estrutura²⁰⁰.

¹⁹⁶ «A luta pela Paz e a Luta pela conquista das liberdades democráticas», in *O Militante*, III série, n.º 65, Dezembro de 1950, pp. 1-3.

¹⁹⁷ Não confundir com Movimento Nacional em Defesa da Paz, que se refere a uma estrutura concreta, a quem caberia dinamizar a luta pela Paz à escala nacional.

¹⁹⁸ «Organizemos a defesa da Paz», in *O Militante*, III série, n.º 60, Julho de 1950, p. 3.

¹⁹⁹ Amílcar [Sérgio Vilarigues], Intervenção na reunião do Comité Central, Abril de 1952. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁰⁰ Em sucessivas edições do *Avante!* surge o apelo à constituição de comissões para a defesa da Paz: «Manifestações, choques com a polícia, paralisações – o povo português luta pela Democracia, pela liberdade e pela Paz», in *Avante!* n.º 148, VI Série, Junho de 1950, p. 1; «Multipliquemos as acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 149, VI Série, Julho de 1950, p. 2; «Novo Governo, preparação aberta para a guerra – Há que alargar e fortalecer a luta em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 151, VI Série, Setembro de 1950, p. 1 e 3; «A política de guerra da camarilha salazarista é revelada nos Orçamentos e Contas Gerais do Estado», in *Avante!* n.º 152, VI Série, Outubro de 1950, pp. 1-3; «Mais firmeza, mais audácia, mais

Numa reunião da direcção do PCP, realizada em Setembro de 1950, *Amílcar* (pseudónimo de clandestinidade de Sérgio Vilarigues)²⁰¹ apresentou um relatório, em nome do Secretariado²⁰², no qual se fazia um primeiro balanço das acções entretanto realizadas no quadro da luta pela Paz²⁰³. Nesse documento (a primeira reflexão aprofundada produzida pelo PCP, nestes anos, especificamente dedicada à luta pela Paz), salienta-se que a realização de iniciativas e a mobilização de massas, sendo essenciais, não eram suficientes para o êxito desta luta; havia que organizar essas mesmas massas em comissões para a defesa da Paz, «pois só com uma potente organização das massas se pode travar com sucesso a luta contra toda a propaganda de guerra e defender a Paz»²⁰⁴.

Segundo este enquadramento teórico, e para que estas comissões pudessem efectivamente confluir nessa almejada «potente organização de massas», o PCP defendia que estes organismos não tivessem um carácter abertamente político, por forma a poderem congregar as pessoas menos politizadas²⁰⁵. As comissões deveriam,

iniciativa na luta pela defesa da Paz», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, p. 4; «A camarilha salazarista arrasta o País para aventuras guerreiras», in *Avante!* n.º 156, VI Série, Fevereiro de 1951, p. 4; «As mulheres na luta pela Paz», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, p. 4; «Avante na recolha de assinaturas para mensagem para um pacto de Paz», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, p. 4; «Unidos em defesa da Paz – Contra o governo de traição nacional», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952, pp. 1-4; «Ainda a luta contra o Pacto do Atlântico – Para a Frente, partidários da Paz», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, pp. 1-4.

²⁰¹ Sérgio Vilarigues foi um dos principais dirigentes do PCP, ao qual aderiu em 1934, dois anos depois de se ter juntado à Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Em 1934 foi preso, passando pelas prisões de Peniche e Angra do Heroísmo e pelo Campo do Tarrafal. Libertado em 1940, integra o processo de reorganização do PCP, passando à clandestinidade em 1942, situação em que se manteve sem interrupções até 1974. Membro do Comité Central desde 1943 (III Congresso), responsável directo pela imprensa clandestina durante 16 anos, Sérgio Vilarigues integrou o Secretariado na segunda metade dos anos 40, aquando da viagem de Álvaro Cunhal à Jugoslávia, União Soviética e França, e novamente partir de 1950 e até 1988. Cf. «Faleceu Sérgio Vilarigues», Nota do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, 8 de Fevereiro de 2007, disponível em linha em: www.pcp.pt/faleceu-s%C3%A9rgio-vilarigues (consultado em Junho de 2013); e MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria* (...).

²⁰² Com a prisão de Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, o Secretariado (principal organismo dirigente do PCP) ficou reduzido a José Gregório e Manuel Guedes, tendo sido então chamados outros militantes para o integrarem. Em Setembro de 1950, este seria composto pelos dois elementos atrás referidos, e por Sérgio Vilarigues e Joaquim Pires Jorge, enquanto Júlio Fogaça seria uma presença intermitente durante alguns meses, até se fixar nesse órgão em 1952. Cf. MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria*, pp. 186 e seguintes.

²⁰³ João Madeira garante que o movimento da Paz foi, a par da «Política de Transição», o único assunto em debate nesta reunião, o que atesta da importância e prioridade que o PCP lhe concedia nesse momento. Cf. MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria* (...), p. 192.

²⁰⁴ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁰⁵ «A luta pela Paz e a Luta pela conquista das liberdades democráticas», in *O Militante*, III série, n.º 65, Dezembro de 1950, pp. 1-3.

também, ser o mais amplas possível no que respeita à sua composição, devendo para isso estar abertas à participação de «todas as pessoas, sejam elas religiosas ou laicas, democráticas ou não, que considerem como um dever de todas as pessoas honradas a luta em defesa da paz e contra o emprego da arma atómica numa futura guerra»²⁰⁶. O PCP esclarecia que a adesão a estas comissões por parte das pessoas que «honradamente estejam dispostas a lutar em defesa da causa sagrada da paz» não deveria ser limitada, nem a sua constituição se deveria restringir apenas a «democratas consequentes», caso contrário estar-se-ia a cair num «sectarismo estreito» e a limitar, à partida, a expansão do movimento²⁰⁷.

É aqui que entronca outra questão táctica decisiva: a relação entre a luta pela Paz e o combate mais geral pela liberdade e a democracia e, consequentemente, as alianças a estabelecer numa e noutra frente. Para o Partido Comunista, a guerra era uma decorrência directa do capitalismo, do imperialismo e do fascismo, sendo ambas as batalhas complementares. Mas, a um nível mais restrito, a luta pela Paz e a luta pela democracia tinham objectivos diferentes, da mesma forma que as organizações que as deveriam encabeçar – respectivamente o Movimento Nacional para a Defesa da Paz (que nesses meses estava em fase de constituição) e o MND – deveriam, também elas, ter metas e procedimentos distintos. A interligação objectiva entre estas duas causas não poderia levar, na opinião da direcção do PCP, a que se perdesse de vista os propósitos concretos e as formas diferenciadas de organização e acção de cada uma das estruturas.

Ora, o Movimento Nacional Democrático apresentava, desde logo, metas bem mais ambiciosas e mais marcadamente políticas do que o MNDP, ao bater-se pelas «liberdades fundamentais, por eleições livres e pelo triunfo da democracia». Aos seus aderentes exigia-se, portanto, «posições bem definidas» quanto à defesa da democracia e à disposição para lutar «organizada e consequentemente por eleições livres e pelo triunfo da Democracia» e a disponibilidade para seguir a «orientação do MND na luta diária pela obtenção destes objectivos políticos». Isto levava forçosamente a que, nas suas comissões, devessem estar apenas «democratas consequentes, pessoas dispostas a lutar pela causa da democracia», e, à frente do movimento, estivessem «democratas honrados e lutadores decididos». Por tudo isto, a participação no MND seria, por

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*.

definição, mais restrita se comparada com o que deveria suceder nas comissões para a defesa da Paz, desejavelmente mais abrangentes.

Já nas comissões para a defesa da Paz, como já sublinhámos, os pontos de contacto eram mais gerais, logo, mais tendentes a reunir em seu redor um maior número de pessoas, «dos mais variados credos políticos e religiosos», desde que fossem «defensores consequentes da Paz»²⁰⁸. A diferença que o PCP estabelecia entre a política de alianças subjacente a cada um dos movimentos fica clara quando admite a participação de «não democratas» e de «democratas oportunistas» nas comissões para a defesa da Paz (incluindo na própria Comissão Nacional), realçando, porém, que a participação destes últimos não deveria fazer esquecer os seus «pecados oportunistas» nem significar automaticamente a sua capacidade para integrar as comissões do MND²⁰⁹.

Ao insistir na distinção entre as duas causas e os dois movimentos, o PCP não pretendia, como veremos, alhear o Movimento Nacional Democrático, as suas comissões e os seus activistas da luta pela Paz, mas simplesmente permitir e potenciar o desenvolvimento de uma estrutura mais ampla e abrangente – que não se limitasse à tradicional base de apoio dos comunistas e dos seus mais próximos aliados –, capaz de reunir, em torno da luta pela Paz, pessoas de diferentes sectores sociais, políticos e religiosos. Isto fica claro logo no final de 1950, num dos artigos publicados n' *O Militante*, onde se clarifica que, sendo uma «luta contra as forças da reacção e do fascismo, que querem a guerra», a luta pela Paz interessaria inevitavelmente ao MND, que a deveria assumir como um dos seus «objectivos fundamentais» e apoiar «por todas as formas ao seu alcance a luta em defesa da Paz», envolvendo-se nas suas acções e campanhas. Tal desenvolvimento não deveria, contudo, significar que o MND devesse ser considerado o «orientador» da luta pela Paz²¹⁰.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*. No referido artigo, ao mesmo tempo que se insistia em que não se fizesse depender da filiação política e convicção religiosa a adesão às comissões para a defesa da Paz, alertava-se para os «falsos defensores da Paz», aqueles que se mostravam «relutantes em lutar contra a arma atómica como arma de extermínio em massa das populações e que pretendem limitar a sua “luta” em defesa da Paz a declarações platónicas, que se não distinguem em nada das afirmações demagógicas dos ateadores de guerra e dos próprios fascistas». Para o PCP, estes não deveriam de facto ter lugar nessas comissões.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

²¹⁰ Idem, *ibidem*. O PCP acreditava que conferir este papel ao MND seria limitador da potencial adesão de amplos sectores da sociedade portuguesa à luta pela Paz, ao reduzir-se os seus activistas aos, já referidos, «democratas consequentes», integrantes ou apoiantes deste movimento.

Ao MND caberia, portanto, enquadrar a causa da Paz e da independência nacional na luta mais geral pela liberdade e a democracia, criticando a política externa portuguesa e colocando aquelas causas como questões centrais do Portugal democrático pelo qual se batia. Ficou, de facto, a dever-se a este movimento a edição de um dos mais importantes textos divulgados em Portugal no âmbito da luta pela Paz: o manifesto *Pacto de Paz e Não Pacto do Atlântico*, lançado no início de 1952, em vésperas da reunião da NATO em Lisboa²¹¹. Ainda no quadro do MND, destaca-se a declaração de candidatura de um dos seus principais dirigentes, Ruy Luís Gomes, à Presidência da República, na qual os temas da defesa da Paz e da exigência de uma política externa independente surgem de forma clara²¹².

Já o Movimento Nacional para a Defesa da Paz e as suas comissões, por seu lado, deveriam fazer reclamações mais parcelares, sobre questões mais gerais – exigência da proibição da arma atómica e da conclusão de um pacto de Paz entre as cinco grandes potências (EUA, Inglaterra, França, URSS e China), saída de Portugal da NATO, etc. – mas nem por isso menos decisivas para o salazarismo, dada a importância do alinhamento com os EUA e a Inglaterra na sua recomposição e sobrevivência no pós-guerra. Em torno destas causas se deveria procurar envolver o maior número possível de pessoas, independentemente da filiação política, credo religioso ou origem social²¹³.

A luta pela Paz era, assim, um terreno propício para procurar «trazer à luta contra o fascismo e a sua criminoso política de guerra novas camadas da população que até hoje têm vivido à margem desta luta»²¹⁴. O que o PCP pretendia com esta abordagem táctica, era fundamentalmente facilitar e promover a mobilização, em torno da luta pela Paz, de «uma imensa maioria de pessoas que não tem realizado qualquer acção política (certas camadas femininas, juvenis, católicas, militares, etc.)», considerando ser precisamente a estas camadas que «podemos e devemos ir buscar o

²¹¹ Sobre este documento afirma Dawn Linda Raby que terá alcançado um «poderoso impacto na opinião pública». Cf. RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, pp. 43-44.

²¹² Candidatura de Ruy Luís Gomes, «Ao povo», manifesto eleitoral, 8 de Junho de 1951. Citado em «Eleições Presidenciais de 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes», Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983, pp. 12-17.

²¹³ Em vários boletins da comissão do Porto de defesa da Paz são evidentes estas características. Os textos mantêm-se estritamente no campo da luta pela Paz (e quando muito da denúncia da repressão de que os partidários da Paz eram alvo), com artigos sobre diversas questões relacionadas com esta problemática e outros de divulgação de posições e realizações do movimento mundial da Paz. Há igualmente textos dirigidos às mulheres ou contendo apelos explícitos à participação dos católicos. Cf. *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz n.º 5, 8 e 9, respectivamente de Novembro de 1951 e Abril e Outubro de 1952. Documentos dactilografados. Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²¹⁴ «Organizemos a defesa da Paz», in *O Militante*, III série, n.º 60, Julho de 1950, p. 3.

grosso das organizações pró-Paz, devidamente enquadradas por elementos operários, por democratas, por membros e simpatizantes do nosso Partido»²¹⁵. Esta mobilização deveria ser feita, quer através das comissões para a defesa da Paz, quer por intermédio da acção das organizações unitárias existentes, nomeadamente o MUD Juvenil, o Movimento Nacional Democrático e a Associação Feminina Portuguesa para a Paz (para além, claro, da própria organização comunista).

No que respeita especificamente às mulheres, o PCP considerava, num desses artigos publicados n' *O Militante*, que seria «difícil ao fascismo de Salazar levar o nosso povo a servir de carne de canhão numa guerra em defesa dos imperialistas se as mulheres forem esclarecidas, pois elas opõem-se a tais desígnios». Apontava-se, então, a mobilização e organização das mulheres em comissões em defesa da Paz, procurando unir as «mães, esposas, noivas e irmãs» em torno delas. Tal participação podia e devia estender-se a outros organismos unitários de base, acrescentava-se²¹⁶.

Quase dois anos depois, num novo artigo, insiste-se na importância de atrair as mulheres à luta mais geral «pela Paz e pela independência», tendo em conta o seu peso numérico na mão-de-obra operária, a dupla exploração de que eram vítimas (no trabalho, onde ganhavam menos do que os homens, e em casa) e a sua participação significativa nas acções de protesto realizadas, nas quais assumiam por vezes um papel destacado. Apontando caminhos para potenciar a participação feminina, o PCP garantia haver, naquele momento, condições para «despertar, mobilizar e organizar as amplas massas trabalhadoras femininas para a luta pelo pão e pela paz e pela Democracia», tendo em conta que, devido à «política de guerra salazarista», subia o custo de vida, o desemprego, a fome e a miséria e que o risco de uma nova guerra ameaçava «arrancar aos lares portugueses milhares de jovens para carne de canhão»²¹⁷.

Na propaganda das diferentes organizações que integraram o movimento da Paz é notório este esforço de atrair as mulheres à luta pela Paz. No boletim de Abril de 1952 da Comissão do Porto de Defesa da Paz faz-se um apelo explícito às mulheres para «que se unam e lutem pela Paz»²¹⁸. A Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP), que teve um papel destacado na difusão dos temas relacionados com a Paz nos

²¹⁵ «Algumas concepções erradas na luta pela Paz», in *O Militante* n.º 64, III série, Janeiro de 1951, p. 1.

²¹⁶ «Intensifiquemos o trabalho feminino», in *O Militante* n.º 61, III Série, Agosto de 1950, pp. 5-8.

²¹⁷ «A mobilização das mulheres e a luta pela Paz», in *O Militante* n.º 67, III Série, Abril de 1952, pp. 7-9.

²¹⁸ «Às mulheres», in *Paz*, Boletim da Comissão do Porto de Defesa da Paz, n.º 8, Abril de 1952, p. 4. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

primeiros dois anos da década de 50, foi outra das estruturas privilegiadas de enquadramento das mulheres na luta pela Paz. Fundada em meados dos anos 30 – em torno do apoio aos republicanos espanhóis que combatiam na Guerra Civil e, depois, aos prisioneiros nos campos de concentração nazis –, a sua actividade era fundamentalmente de âmbito cultural (cursos, sessões de cinema, passeios, festas para crianças, conferências), em grande medida para proteger a associação da repressão²¹⁹.

O facto de a Associação Feminina Portuguesa para a Paz ser uma associação legal – com sede, delegações, sócias, imprensa e tradição – seria aproveitado para promover, a partir dela, um vasto conjunto de reuniões públicas e conferências sobre os temas da Paz, entre as quais se destacam, pelo impacto que assumiram, as comemorações do seu 15.º aniversário, realizadas em Junho de 1950, no Porto e em Lisboa, em que participaram figuras proeminentes como Maria Lamas ou Teixeira de Pascoaes. Estas conferências foram mesmo editadas em livro, mais tarde proibido e apreendido pela PIDE²²⁰.

A conferência de Lisboa, comemorativa do 15.º aniversário da AFPP, que teve lugar no início de Junho de 1950, ficou mesmo marcada pela aprovação de uma moção que lançava o desafio a diversas personalidades para que se constituíssem em Comissão Nacional para a Defesa da Paz²²¹, o que acabou por acontecer efectivamente semanas depois, com a participação de muitas das personalidades convidadas. Em Março de

²¹⁹ SERRALHEIRO, Lúcia, *Mulheres em grupo contra a corrente – Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*, p. 52. Muitas das suas sócias eram destacadas antifascistas, embora procurassem manter a associação à margem das suas actividades mais abertamente políticas. Eram sócias da AFPP, entre outras mulheres destacadas, Maria Lamas, Virgínia Moura, Maria Isabel Aboim Inglês, Ilse Losa, Manuela Porto, Irene Lisboa ou Matilde Rosa Araújo. Muitas tinham simpatia pelo PCP e algumas eram mesmo militantes.

²²⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 156-161

²²¹ FIADEIRO, Maria Antónia, *Maria Lamas – Biografia*, pp. 217-218. A moção foi enviada a: Teixeira de Pascoaes, Egas Moniz, Barbosa de Magalhães, Ruy Luís Gomes, João de Deus Ramos, Maria Lamas, Maria do Carmo Resende Dias, Fernando Mayer Garção, Manuel Mendes, Cezina Bermudes, Irene Lisboa, António Areosa Feio, Rodrigues Lapa, Vieira de Almeida, José Morgado, Virgínia Moura, Albertino Macedo, Pinto Gonçalves, Carvalhão Duarte, Fernando Lopes Graça, Assis Esperança, António Machado, José Silva, Guedes Pinheiro, Almirante Tito de Morais, João Campos Lima, Gustavo Soromenho, Ferreira de Macedo, Pulido Valente, Fernando da Fonseca, José Alberto Rodrigues, João Saias, Eng. Tito de Morais, José Domingos dos Santos, António Aniceto Monteiro, Manuel Valadares, Manuel Zaluar Nunes, António Ferreira da Costa, Aquilino Ribeiro, Rocha Martins, Ferreira de Castro, Alves Redol e João de Barros. As personalidades que não se encontravam presentes receberiam toda a informação pelo correio, com um convite para uma nova reunião, constitutiva da Comissão Nacional para a Defesa da Paz. É clara, neste rol de nomes, a diversidade político-ideológica dos elementos convidados a constituírem a Comissão Nacional para a Defesa da Paz, na linha, aliás, do que o PCP propunha. Se há muitas personalidades próximas (no mínimo) do Partido Comunista, é clara a tentativa de englobar muitos outros, que nada tinham em comum com os comunistas, como Teixeira de Pascoaes, Egas Moniz, Aquilino Ribeiro ou Ferreira de Castro.

1952, a PIDE declara dissolvida a AFPP, alegando «actividades comunistas», e manda encerrar a sua sede em Lisboa e as delegações do Porto e de Coimbra. A dissolução dá-se num momento em que a associação se encontrava em franco crescimento: estaria para breve a criação de delegações da AFPP em Almada, no Barreiro e na Marinha Grande, enquanto na ilha da Madeira haveria já contactos estabelecidos para a futura constituição de uma delegação²²².

Ao longo deste período, as mulheres tiveram efectivamente um papel destacado na luta pela Paz²²³, quer as que tinham mais notoriedade pública, como Maria Lamas ou Maria Isabel Aboim Inglez, que participarão em diversas conferências sobre o tema²²⁴, como as mais discretas operárias, trabalhadoras, estudantes e donas de casa²²⁵.

Quanto aos jovens, *O Militante* salientara já, em Setembro de 1950, que, apesar dos «grandes e decisivos passos» alcançados pelo MUD Juvenil, havia ainda deficiências a corrigir, pois «as grandes massas da juventude, os jovens politicamente indiferentes, ainda não foram atraídos ao MUD Juvenil e a sua organização é, em muitos casos, precária ou inexistente». Após enumerar várias razões que justificariam uma maior participação da juventude na oposição ao salazarismo, o artigo salientava que «não é essencial que todos os jovens façam parte do MUD Juvenil», mas sim que a «actividade e as acções realizadas tenham um conteúdo juvenil, que as formas de organização e mobilização sejam (...) maleáveis e das mais diversas». A criação de comissões em defesa da Paz era apontada como uma das formas de procurar «uma mais larga aglutinação de jovens»²²⁶.

Foi precisamente isto que se fez na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, onde, a partir da comissão de escola do MUD Juvenil, se criaram grupos para levar por

²²² SERRALHEIRO, Lúcia, *Op. Cit.*, pp. 167.

²²³ TAVARES, Manuela, *Feminismos – Percursos e desafios (1947-2007)*, p. 52.

²²⁴ Maria Lamas participou, por exemplo, nas conferências comemorativas do 15.º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, em Lisboa e no Porto («Multipliquemos as acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 149, VI Série, Julho de 1950, p. 2), e, antes disso, numa sessão promovida pelo círculo de cultura de Belas-Artes («Manifestações, choques com a polícia, paralisações – O povo português luta pela democracia pela Liberdade e pela Paz», in *Avante!* n.º 148, VI Série, Junho de 1950, p. 1). Maria Isabel Aboim Inglez discursou sobre a Paz numa sessão de homenagem a Bento de Jesus Caraça («Constituiu-se Comissão Nacional para a Defesa da Paz», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 4).

²²⁵ São muitos os artigos publicados na imprensa do PCP que referem a participação feminina na luta pela Paz. Num deles faz-se um balanço desta participação: «As mulheres na luta pela Paz», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, p. 4.

²²⁶ «Para uma mais larga mobilização da juventude e um maior auxílio do Partido», in *O Militante* n.º 61, III Série, Agosto de 1950, pp. 3-5.

diantes acções em defesa da Paz. Estes grupos eram compostos, na sua maioria, por jovens que não pertenciam a esta organização unitária mas que «rejeitavam a intromissão e vinda da NATO a Portugal»²²⁷. Pelo menos no caso desta escola, houve efectivamente um verdadeiro trabalho de massas e um real alargamento para lá da normal esfera de influência do MUD Juvenil²²⁸.

Seria, aliás, a própria PIDE a reconhecer a elevada participação juvenil nas acções de recolha de assinaturas pela Paz, em circulares confidenciais da polícia política dirigidas aos comandantes gerais da PSP e da GNR, datadas de Agosto de 1951: «Sem escrúpulos de qualquer espécie, como é timbre de toda a actuação russa e, conseqüentemente, das quintas colunas comunistas, lançam mão [para recolher assinaturas para as campanhas em defesa da Paz] de quantos lhes possam servir os intentos, especialmente de gente moça a quem, com mais facilidade sugestionam. Hábil e inteligentemente, através de lento mas persistente trabalho de propaganda, têm conseguido catequizar jovens ao ponto de os tornarem dóceis instrumentos dos seus desígnios»²²⁹. O teor das missivas é claro quanto à destacada presença juvenil nestas acções.

De facto, serão jovens e, em grande medida, membros do MUD Juvenil, muitos dos participantes nas diversas acções em defesa da Paz realizadas em Portugal. Margarida Tengarrinha, um dos elementos da já referida comissão de escola de Belas-Artes (e, à data, também membro do MUD Juvenil), salienta mesmo ter sido precisamente através da luta pela Paz que «muitos jovens, nomeadamente universitários, iniciaram a sua actividade política»²³⁰. Mas o próprio MUD Juvenil teve, enquanto tal, um importante papel na luta pela Paz em Portugal. Sendo certo que desde a sua criação, em 1946, assumia um grande empenhamento na defesa da Paz²³¹, este intensifica-se na viragem da década.

²²⁷ TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*, p. 30.

²²⁸ Entrevista a Margarida Tengarrinha, in MEDINA, Miguel, *Esboços – Antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 1, p. 144.

²²⁹ Nota confidencial da PIDE n.º 3.522 – SR, 23 de Agosto de 1951. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

²³⁰ TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*, p. 28.

²³¹ VILAÇA, Alberto, *O MUD Juvenil em Coimbra – História e estórias*, p. 87. O autor recorda nomeadamente o *Manifesto à Juventude* de Março de 1947, em que o tema surge, ou a *Semana da Juventude*, que decorreu precisamente sob o lema «Pela amizade e a cooperação, a juventude constrói a Paz».

Na sua «circular n.º 1 (IV)», de 1951, a organização dá conta das conclusões e decisões da IV assembleia de delegados, realizada no final do ano anterior, na qual surgem orientações concretas relativas à luta em defesa da Paz: a alínea *b* estabelece que «as lutas pelas liberdades fundamentais e pela democracia, a luta pela paz e pela independência nacional, devem fundir-se sempre numa única luta que é também pelo pão e pelo trabalho»²³²; ao passo que a alínea *h* previa submeter «todos os nossos problemas ao nosso principal problema – a luta pela Paz – visto este ser a própria luta pela vida, a máxima luta por um futuro melhor, devemos intensificar o nosso apoio à Comissão Nacional em Defesa da Paz e às comissões de defesa da Paz que devemos ajudar a formar em todos os locais de trabalho, de habitação, de estudo e de recreio»²³³.

A tentativa de aproximação a sectores católicos, que vinha já de trás²³⁴, também se fez sentir no âmbito da luta pela Paz. No já referido relatório de Sérgio Vilarigues, de Setembro de 1950, apelava-se à «maleabilidade e compreensão» de que os comunistas deveriam dar provas na relação com os católicos, «explicando-lhes incansavelmente que o seu lugar é ao lado de todo o povo na luta pela paz. Devem explicar-lhes que os horrores da guerra a todos atingem e que, portanto, todos devemos lutar numa frente única contra a guerra. Devemos explicar-lhes que os bombardeamentos e as balas não escolhem católicos e não católicos, a todos atingem e que, portanto, todos devem lutar unidos pela defesa da paz numa frente comum de combate»²³⁵.

Num documento não assinado, mas integrado no âmbito do movimento da Paz, publica-se a mensagem do professor do Instituto Católico de Paris, Jean Boulier, ao Congresso Mundial dos Partidários da Paz, realizado em Abril de 1949 na capital francesa²³⁶. Este clérigo volta a ser referido no boletim da comissão do Porto de defesa

²³² Comissão Central do MUD Juvenil, circular n.º 1 (IV), 1951. «MUD Juvenil», IAN/TT, PIDE-DGS, SC-GT, NT9064, fl. 112.

²³³ Idem, *ibidem*.

²³⁴ CUNHAL, Álvaro, «O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja», 1947, in *Obras Escolhidas* de Álvaro Cunhal, Tomo I (1935-1947), p. 791.

²³⁵ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²³⁶ «Façamos do dia 2 de Outubro o “Dia da Paz”. Um dia de luta contra a guerra», Congresso Mundial dos Partidários da Paz, 1949. Documento policopiado. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartin, PQ 0799-Doc. 0266. Esse religioso considerava a arma atómica uma «arma criminosa» e rejeitava o «ódio ao comunismo», pois «não se pode isolar uma ideia detrás das grades duma prisão, nem esmagá-la sob as bombas». Em sua opinião, os cristãos deveriam «denunciar, no Pacto do Atlântico Norte, um regresso à política de equilíbrio por meio do sistema de alianças, que outrora conduziram sempre à guerra» e bater-se pelo «princípio da segurança colectiva».

da Paz, em 1952²³⁷. Esta mesma comissão tinha já publicado noutro número do seu boletim um excerto da *Oração do Ano Santo*, proferida pelo Papa Pio XII, em que o chefe da Igreja católica apelava à paz e à concórdia entre povos e nações²³⁸. É clara a intenção de «estender a mão» à unidade com os católicos em torno da luta pela Paz.

No que diz respeito aos militares, realça-se no boletim teórico do PCP a «reduzidíssima actividade partidária nas forças armadas», num momento em que o governo estaria a aumentar as despesas de guerra e a intensificar a sua política de «captação e de engano junto das forças armadas, para mais facilmente as levar à guerra e a espingardear o povo português sempre que ele se erga em defesa dos seus interesses e da Paz». O PCP apela, então, ao esclarecimento dos militares sobre os «perigos de guerra em geral e a política de guerra do salazarismo em particular». Dada a especificidade desta frente, a orientação do Partido Comunista não apontava tanto para a criação de comissões de militares ou para a sua integração nas comissões existentes, mas sobretudo para a intervenção partidária, que agiria para procurar impedir ou pelo menos minimizar a participação das Forças Armadas portuguesas em conflitos de carácter internacional ou na repressão sobre os protestos populares²³⁹. Em Abril de 1952, a direcção do PCP não deixará de criticar as organizações partidárias de Lisboa e Porto por não terem tido, nos seus manifestos relacionados com a contestação à reunião a NATO em Lisboa, uma única palavra dirigida aos elementos das forças armadas²⁴⁰.

Muito embora procurasse envolver estas diversas camadas na luta pela Paz, o PCP não deixa de insistir na participação operária e trabalhadora. Num dos artigos publicados na sua imprensa, no qual destaca a necessidade de impedir o surgimento de «concepções prejudiciais» ao desenvolvimento do movimento da Paz, o PCP considerava essencial ligá-lo «cada vez mais às amplas massas, especialmente às classes trabalhadoras», pois é nestas camadas que o movimento encontraria «raízes mais

²³⁷ «O movimento nacional da Paz», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 8, Abril de 1952, p. 1. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²³⁸ «Oração da Paz», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 5, 11 de Novembro de 1951, p. 3. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²³⁹ «As forças armadas devem ser postas ao serviço da paz», in *O Militante* n.º 61, III Série, Agosto de 1950, pp. 7-8; Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁴⁰ Amílcar [Sérgio Vilarigues], Intervenção na reunião do Comité Central, Abril de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

profundas, onde está a sua principal vitalidade, onde se encontram os lutadores mais consequentes, mais firmes e esclarecidos»²⁴¹.

Tal orientação, garantia o PCP, nada teria de sectária, pois continuava a considerar-se que «à defesa da Paz, ao protesto contra a guerra e contra o emprego da bomba atómica podem e devem ser atraídas figuras de prestígio das mais variadas tendências políticas e crenças religiosas, pessoas representativas dos mais diversos ramos de actividade laboriosa do nosso país». Pelo contrário, a atenção especial a dar aos trabalhadores justificava-se pela natureza do partido e pelo facto de ser o «povo laborioso, à frente do qual está a classe operária, que está mais sujeito a ser utilizado como carne de canhão nas frentes de batalha, porque são os seus filhos fardados que terão de empunhar as armas indo matar e deixar-se matar por aqueles que como eles nada ganham com a guerra (...). É portanto esta gente simples que por todas estas e outras razões está mais interessada na luta contra a guerra e é mais firme e consequente, é mais esclarecida na acção em defesa da Paz»²⁴².

O que mais preocupava o PCP, nesta matéria, era a necessidade de entrelaçar a luta nas empresas com a luta pela Paz, nomeadamente explicando que o «agravamento da já miserável situação económica dos trabalhadores é uma consequência directa da política de guerra salazarista». Assim, lutar por aumento de salários e contra os despedimentos significaria lutar «contra as consequências nefastas, para as classes trabalhadoras, da política de guerra salazarista», havendo para tal que transformar as lutas reivindicativas nas empresas em «outras tantas jornadas de luta pela Paz». Isto seria um factor de fortalecimento e alargamento da «unidade da classe operária, condição indispensável para a conquista de melhores condições de vida e da manutenção da Paz»²⁴³. Na verdade, algumas das primeiras comissões em defesa da Paz surgem precisamente em empresas onde o PCP tinha organização, como é o caso do Arsenal do Alfeite²⁴⁴.

²⁴¹ «Experiências recolhidas no Movimento em Defesa da Paz – Mais acção do Partido contra todas as concepções prejudiciais à Paz!», in *O Militante* n.º 63, Dezembro de 1950, p. 3.

²⁴² Idem, *ibidem*, p. 3

²⁴³ «A unidade da classe operária – é condição essencial das vitórias das lutas pelo Pão, pela Paz», in *O Militante* n.º 65, III Série, Outubro de 1951, pp. 3-5.

²⁴⁴ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português. Neste relatório refere-se mais do que uma vez a comissão do Arsenal do Alfeite.

Ao mesmo tempo que insistia na criação de comissões de base para a defesa da Paz, o PCP trabalhava para a constituição de um Movimento Nacional para a Defesa da Paz estruturado, que necessitava de um órgão de topo que coordenasse toda a actividade. É assim que, em Agosto de 1950, a partir da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, seria constituída a Comissão Nacional em Defesa da Paz (CNDP)²⁴⁵, composta, como aliás o PCP vinha defendendo, por personalidades de diferentes sectores sociais e tendências políticas – teriam era que ser *defensores da Paz*²⁴⁶.

O surgimento desta Comissão Nacional é saudado no *Avante!* como um «grande passo para o alargamento e intensificação da luta do povo português pelo maior bem da Humanidade – pela Paz» e um «acontecimento histórico»²⁴⁷. Mas o PCP destacou, desde logo, a necessidade de a consolidar, «alargando-a com novos elementos e prestando-lhe todo o apoio e colaboração nas suas acções em defesa da Paz». Aliás, da transformação desta nova estrutura num movimento de massas dependeria, em grande medida, a sua capacidade de defesa perante a repressão²⁴⁸. O PCP salientava ainda que a Comissão Nacional só poderia cumprir cabalmente a sua missão se tivesse a apoiá-la uma «forte acção de massas e se essas massas estiverem organizadas em Comissões para a Defesa da Paz»²⁴⁹.

No capítulo 5 procuraremos demonstrar até que ponto estes objectivos terão sido alcançados, mas é certo que o PCP se deparou desde logo com diversos obstáculos à sua concretização. Os próprios artigos publicados, na imprensa do PCP, entre 1950 e 1952 demonstram que, como afirma José Pacheco Pereira, «não terá sido fácil» à direcção comunista proceder ao que este autor considera uma «viragem» na orientação partidária²⁵⁰. Para além das óbvias – e, como veremos, reais – dificuldades decorrentes de uma situação política interna adversa, do enfraquecimento da sua organização e

²⁴⁵ Sérgio Vilarigues salienta, no mesmo documento, ter sido a Comissão Nacional criada em grande medida graças ao «trabalho persistente» do PCP. Idem, *Ibidem*.

²⁴⁶ Egas Moniz, Ruy Luís Gomes, Pulido Valente, Ferreira de Macedo, Maria Isabel Aboim Inglez, Fernando da Fonseca, almirante Tito de Morais, Ferreira de Castro, Virgínia Moura, João de Deus Ramos, Cesina Bermudes, Fernando Lopes-Graça, engenheiro Tito de Morais, Maria Lamas e José Morgado foram alguns dos elementos eleitos nessa ocasião. Cf. «Constituiu-se a Comissão Nacional para a Defesa da Paz – Avante na luta em defesa da Paz!», in *Avante!*, VI série, n.º 150, Agosto de 1950, p. 4.

²⁴⁷ «Constituiu-se a Comissão Nacional para a Defesa da Paz – Avante na luta em defesa da Paz!», in *Avante!*, VI série, n.º 150, Agosto de 1950, p. 4.

²⁴⁸ «Saibamos coordenar a luta nas várias frentes de combate», in *O Militante*, III série, n.º 61, Agosto de 1950, p. 1.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*.

²⁵⁰ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política*, vol. III (*O Prisioneiro*), pp. 113-114

direcção e da intensificação da repressão que sobre ele se abateu no final da década de 40, e da qual procurava ainda recompor-se nos primeiros anos da década seguinte, o PCP deparou-se igualmente com resistências à aplicação das suas directrizes – nos planos político, ideológico, prático e tático – surgidas tanto dentro como fora das suas fronteiras.

No plano ideológico, a principal divergência prendia-se com a própria negação da justeza da luta pela Paz. Os defensores desta posição, militantes comunistas, argumentavam que a guerra não só era inevitável, como criaria condições mais favoráveis para o «derrubamento do imperialismo e do fascismo». Para a direcção do Partido, apesar da «linguagem esquerdista», tal concepção revelava a «incapacidade» e o «receio da luta» de quem a sustentava, pois a guerra generalizada e mundial não só não era inevitável – porquanto as forças da Paz a poderiam travar – como não era indispensável para a derrota do fascismo e do imperialismo²⁵¹.

Ao nível prático e tático, as divergências não foram menores. Contrariando a proposta da direcção, que apostava no carácter de massas do Movimento da Paz, surgiu no interior do PCP quem defendesse que as petições lançadas no âmbito da luta pela Paz devessem ser dirigidas apenas a «personalidades» e as comissões constituídas por «pessoas formadas, doutores». Tal apreciação era, como já observámos, rejeitada pela direcção partidária, que a considerava uma «subestimação do papel de vanguarda da classe operária» e um enfraquecimento da expressão de massas que o movimento da Paz poderia e deveria atingir²⁵².

Outra divergência surgida no seio do Partido Comunista foi a apologia da centralização da luta pela Paz no Movimento Nacional Democrático e não, como era proposto pela direcção, numa nova organização especificamente vocacionada para esse efeito. Como já demonstrámos, o PCP entendia que tomar tal atitude corresponderia a limitar a defesa da Paz apenas aos democratas e não, como deveria suceder, a «todos os

²⁵¹ «Algumas concepções erradas na luta pela paz», in *O Militante* n.º 64, Série III, Janeiro de 1951, pp. 1-2. No artigo, argumenta-se que seriam precisamente «imperialistas e os fascistas a ver na guerra a única saída para as suas insuperáveis dificuldades, para as suas contradições internas, para a crise que ameaça submergi-los, para o irreprimível levantamento dos povos coloniais e dependentes, para o seu crescente descrédito junto das massas dos seus próprios países, para o desequilíbrio de forças dia-a-dia mais favorável ao campo anti-imperialista».

²⁵² Amílcar [Sérgio Vilarigues], Intervenção na reunião do Comité Central, Abril de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

portugueses honestos»²⁵³. Relativamente a esta questão, José Pacheco Pereira refere as resistências movidas, no seio do PCP, pelos «activistas legais» e pelos «controleiros» à criação de uma nova estrutura, para coordenar a luta pela Paz, num momento em que se encontravam a braços com a construção e defesa do MND e do MUD Juvenil²⁵⁴.

Ainda no interior do PCP, terá sido proposto que se fizesse depender a luta pela Paz exclusivamente da Comissão Nacional para a Defesa da Paz (CNDP), o que era, para a direcção do PCP, uma ideia «legalista» e «oportunista», que desprezava o carácter massivo que o MNDP deveria assumir. Como já referimos, na abordagem táctica defendida e definida pelo Partido Comunista, a acção realizada no âmbito da luta pela Paz deveria assentar sobretudo numa rede ampla de comissões locais, de modo a abarcar o maior número possível de pessoas em torno desta causa. Justificando esta sua concepção, o PCP lembrava que se a criação da Comissão Nacional «só se tornou possível na medida em que foi realizado um prévio trabalho de esclarecimento, agitação e mobilização», também a coordenação efectiva da luta em defesa da Paz por parte da Comissão Nacional só seria possível «na medida em que for chamada a fazê-lo, em que for pressionada pelo trabalho “por baixo”, em que for defendida da repressão fascista pelo apoio das massas»²⁵⁵. A prática destes anos confirma, de facto, a prioridade que o PCP conferia à constituição das comissões de base.

Fora do PCP, mas no âmbito do Movimento Nacional para a Defesa da Paz, revelaram-se igualmente divergências. Logo em 1950, ainda o novo movimento dava os primeiros passos, havia já quem defendesse a interrupção das suas actividades nos meses de Verão e quem tenha procurado travar as acções pela proibição da arma atómica por esta ser defendida, no plano internacional, pela União Soviética. Estas ideias, embora partissem de quem, na opinião da direcção do PCP, se mantinha no campo da luta pela defesa da Paz, precisavam de ser «energicamente combatidas», o que exigia dos militantes comunistas tanto o desmascaramento dos «declarados ou encobertos inimigos da Paz», como o auxílio e esclarecimento dos «homens e mulheres menos esclarecidos, sinceros mas com ideias menos justas». Não deixa de ser notória e significativa a diferença que a direcção do PCP procura estabelecer entre aqueles que

²⁵³ «Algumas concepções erradas na luta pela paz», in *O Militante* n.º 64, Série III, Janeiro de 1951, pp. 1-2.

²⁵⁴ PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política, vol. III (O Prisioneiro)*, pp. 113-114

²⁵⁵ «Algumas concepções erradas na luta pela paz», in *O Militante* n.º 64, Série III, Janeiro de 1951, pp. 1-2.

considera «inimigos da Paz», por um lado, e os seus defensores «sinceros» mas com «concepções erradas», por outro. A atitude a adoptar com uns e outros teria também que ser diversa: os primeiros deveriam ser «desmascarados» e «afastados» das comissões para a defesa da Paz, da base ao topo; e aos segundos havia que «esclarecer», para que «corrigissem» as suas posições²⁵⁶.

Pela natureza das fontes disponíveis e devido à situação de clandestinidade que então se vivia, não é possível perceber, ao concreto, a quem se destinavam estas críticas e nem tão pouco quem seriam os defensores de tais posições. Da mesma maneira que se torna tarefa árdua apreender o real alcance que essas teses atingiram, tanto no interior como para além das fronteiras do PCP. Porém, a insistência com que a direcção do Partido Comunista as critica e reafirma as suas próprias concepções, poderá indiciar um não desprezível impacto destes e de outros obstáculos à plena concretização da táctica que propunha para o movimento da Paz.

É um facto indesmentível que o Movimento Nacional para a Defesa da Paz, e sobretudo a sua Comissão Nacional, não tiveram uma vida fácil nestes primeiros anos de existência. É o próprio *Avante!* a reconhecer, em Abril de 1951, que a Comissão Nacional para a Defesa da Paz e a sua comissão executiva tinham, em cerca de oito meses, realizado «pouca ou nenhuma» actividade, tendo apenas «existido no papel, pois até hoje nada de prático realizaram, nem uma directriz indicaram às massas». Perante esta realidade, o PCP afirmava que as comissões de base deveriam reforçar «com lutadores firmes as comissões dirigentes» e substituir os dirigentes que não estivessem «à altura de desempenhar as tarefas para que foram escolhidos»²⁵⁷.

Sendo certo que a Comissão Nacional esteve longe de ser, nestes anos, a verdadeira vanguarda da luta pela Paz, como se procurou que sucedesse, ela não esgota em si mesma o movimento da Paz – nem esgotaria se tivesse tido o êxito desejado pelos seus promotores. Como procurámos demonstrar neste capítulo, a luta pela Paz assentou sobretudo (e era suposto que assentasse) na constituição de uma rede mais ou menos vasta de comissões de Paz e na acção das organizações unitárias «legais», como o MND, o MUD Juvenil e a AFPP. Enfim, na construção da unidade *por baixo, pela base* – a partir de acções concretas e do enquadramento das «largas massas» – e não tanto em

²⁵⁶ «Experiências recolhidas no Movimento em Defesa da Paz – Mais acção do Partido contra todas as concepções prejudiciais à Paz!», in *O Militante* n.º 65, Série III, Dezembro de 1950, pp. 3-5.

²⁵⁷ «A Paz não se espera, conquista-se!», in *Avante!* n.º 158, VI série, Abril de 1951, p. 4.

acordos de topo entre estruturas, sectores ou personalidades de várias tendências, por mais que estes pudessem ocorrer. Era, com as devidas alterações, a aplicação à luta pela Paz da concepção de frente única adoptada pelo PCP no seu III Congresso (I Ilegal), realizado em 1943²⁵⁸. Esses não eram, de facto, tempos fáceis para promover a unidade «por cima», pois nessa altura as divisões geradas pela situação internacional nascida da Guerra Fria (que se procurou descrever sumariamente na primeira parte desta dissertação, nos capítulos 1 e 2), repercutiam-se internamente de forma clara: grande parte da oposição não-comunista, fortemente «atlantista», se por um lado se afastava do salazarismo nas questões de política interna, por outro, e paradoxalmente, apoiava os governos e organizações internacionais que o sustentavam e deles esperava auxílio para o derrube da ditadura.

4. Causas e argumentos

No início dos anos 50, o tema da Paz não constituía propriamente uma novidade no discurso político em Portugal. Pelo menos desde a viragem do século que existiam organizações vocacionadas para esta causa, como a Liga Portuguesa para a Paz, fundada em 1899²⁵⁹, e no seio do movimento operário ela também tinha expressão, pelo menos desde os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. De facto, nas vésperas da conflagração, sindicalistas revolucionários, anarquistas e o próprio Partido Socialista Português contestaram a participação portuguesa no conflito²⁶⁰. Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial, já com o salazarismo implantado no País, regressaria a

²⁵⁸ CUNHAL, Álvaro, «Unidade da Nação Portuguesa na luta pelo pão, pela liberdade e pela independência», relatório ao III Congresso do PCP, 1943, in *Obras Escolhidas* (tomo I), Lisboa, Edições Avante!, 2007, pp. 153-158. Face à inexistência, no Portugal dessa época, de organizações operárias independentes (para além do PCP), a frente única realizar-se-ia não mediante «acordos» entre organizações operárias, mas nas mais variadas formas de luta da classe operária. Que nos pequenos movimentos reivindicativos começou a ser realizada a frente única».

²⁵⁹ Com a aproximação da Primeira Guerra Mundial, este movimento já não tinha grande expressão e muitos dos que antes defendiam a resolução dos diferendos entre os povos através da diplomacia e do Direito passaram quase unanimemente a apoiar a participação de Portugal na guerra. Cf. MARIANO, Fátima, «Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1.ª Guerra Mundial», comunicação apresentada no I Encontro anual *A Europa no Mundo “Pela Paz” (1849-1945)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 4 e 5 de Abril de 2013. Disponível em linha em: www.academia.edu/3227795/Pacifismo_e_feminismo_em_Portugal_nas_vesperas_da_1_Grande_Guerra (consultado pela última vez em Julho de 2013).

²⁶⁰ O início da Guerra levaria igualmente muitos dos mais destacados representantes destas correntes a apoiar a guerra. Cf. PEREIRA, Joana Dias, *O Sindicalismo Revolucionário – A história de uma Idéia*, pp. 76-77.

contestação antimilitarista e antibelicista, assumida pela Associação Feminina Portuguesa para a Paz²⁶¹ ou pela Liga contra a Guerra e o Fascismo, ambas dinamizadas, em grande medida, pelo PCP²⁶².

Nos segundo pós-guerra, o PCP acompanha o advento da Guerra Fria. Logo em Julho de 1946, apenas três meses depois do discurso de Churchill em Fulton e mais de um ano antes da reunião fundadora do *Kominform* (ver capítulo 1), o Partido Comunista Português realiza o seu IV Congresso, no qual fez uma avaliação da situação internacional na qual se incluíam – ainda que de forma ténue – alguns dos eixos centrais que enquadrariam, anos mais tarde, a luta pela Paz. No relatório apresentado ao congresso por Duarte (Álvaro Cunhal), alertava-se para os combates que então se travavam entre as «forças do progresso e da paz» e as «forças da reacção e da guerra» – numa antecipação à tese dos «dois campos» de Jdánov, que constituiu o pressuposto principal sobre o qual assentou a luta pela Paz. Assim, se a derrota alemã e japonesa permitira o «extraordinário vigor aos movimentos populares e nacionais e aos movimentos dos países coloniais e dependentes» e representara um «grandioso progresso para a democracia em numerosas nações», por outro também levava as «tenebrosas forças da reacção mundial» a fazerem uma «nova e desesperada tentativa para se reagruparem e manterem os seus privilégios e domínio de exploração e opressão».

Redigido num período em que – não sem tensões – se mantinha ainda a *Grande Aliança* vitoriosa da guerra (EUA/ Grã-Bretanha/ URSS), o relatório de Duarte alertava já para a atitude dos EUA e da Inglaterra, que agiriam então «contra os povos libertados e contra os países coloniais, apoiando as camarilhas mais reaccionárias e os governos fascistas ainda existentes». As intervenções militares destes países não visavam «ajudar os povos a conquistar a liberdade e a independência», mas sim apoiar as «cliques reaccionárias e fascistas a manter-se no poder».

Alertando para a possibilidade de ser encetada uma nova guerra contra a União Soviética, Álvaro Cunhal garantia que tal desfecho não era inevitável, pois os povos podiam, «com a sua luta, afastar a ameaça de guerra», havendo, para isso, que promover a «união das classes trabalhadoras e de todos os povos amantes da paz» e que derrotar

²⁶¹ SERRALHEIRO, Lúcia, *Mulheres em grupo contra a corrente – Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*, p. 52.

²⁶² Partido Comunista Português, *60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria (1921-1981)*, p. 42.

em, cada um dos países, as «forças reaccionárias e fascistas fomentadoras da guerra». A derrota definitiva do capitalismo teria um dia como prémio «acabar definitivamente com as guerras»²⁶³. A luta pela Paz, com as características típicas deste período, fazia a sua primeira aparição no País, intimamente ligada com a natureza do regime.

Em Junho de 1947, num relatório apresentado a uma reunião do Comité Central, Álvaro Cunhal retoma o essencial da visão apresentada um ano antes, actualizando-a a um período em que a Guerra Fria era já uma realidade inegável e assumida. Foi sobretudo na relação entre a situação internacional e a política interna que este relatório mais adiantou em relação ao anterior, ligando-se a sobrevivência do salazarismo aos «cálculos» e «planos» da «reacção mundial e dos fomentadores de guerra». Para *Duarte*, o reconhecimento por parte de Salazar de que os «regimes fascistas sobreviventes» não poderiam subsistir «num mundo que caminha para a democracia» levava-o a apoiar a «política de expansão e intervenção militar dos monopolistas anglo-americanos e os seus sinistros propósitos de desencadear uma nova guerra»²⁶⁴. Num artigo escrito no final desse ano, esboça-se outra das principais linhas de intervenção do movimento da Paz: a oposição ao domínio da economia e da política de cada um dos países por parte das potências ocidentais vencedoras da II Guerra Mundial – os EUA e a Inglaterra. Nesse documento, denuncia-se as concessões que acarretavam a submissão económica e a dependência política²⁶⁵. A mesma linha de pensamento é inscrita num artigo, igualmente da autoria de Álvaro Cunhal, publicado na revista do PC Francês, *Démocratie Nouvelle*, em Abril de 1948²⁶⁶.

Estas teorizações incorporaram a doutrina do PCP ao longo do período em análise e tiveram expressão não apenas em relatórios internos e artigos em revistas internacionais, mas igualmente na sua imprensa²⁶⁷. A luta pela Paz em Portugal, as

²⁶³ CUNHAL, Álvaro, «O Caminho para o Derrubamento do Fascismo», Informe Político do Comité Central ao IV Congresso do Partido Comunista Português, Junho de 1946, in *Obras Escolhidas*, Tomo I, p. 417-441.

²⁶⁴ CUNHAL, Álvaro, «Unidade, Garantia da Vitória», Informe ao Comité Central, Junho de 1947, in *Obras Escolhidas*, Tomo I, pp. 628-640.

²⁶⁵ CUNHAL, Álvaro, «A política fascista de traição nacional do governo de Salazar e a luta do povo português pela democracia e independência», 1948, in *Obras Escolhidas*, Tomo II, pp. 16-29. Neste texto, adiantam-se mais dados sobre a dimensão da influência anglo-americana na economia nacional e as implicações que esta tinha no fraco desenvolvimento do País. Por não ser este o tema da dissertação não se aprofunda esta referência.

²⁶⁶ CUNHAL, Álvaro, «Salazar, fantoche dos anglo-americanos», publicado em *Démocratie Nouvelle*, Abril de 1948, in *Obras Escolhidas*, Tomo II, pp. 63-66.

²⁶⁷ Isto tem particular significado, pois segundo o próprio *Duarte* (Álvaro Cunhal) sublinhara no IV Congresso do PCP, em Junho de 1946, a tiragem do *Avante!* era nessa altura cinco vezes superior à que se

causas que assumiu e as campanhas em que se expressou não resultaram, portanto, de uma apropriação acrítica de um movimento externo nem tão pouco da integração pura e simples de formulações emanadas de partidos e organizações estrangeiros. Muito embora se tenha revestido de um tão evidente quanto assumido carácter internacional – explicável pela própria natureza e âmbito do movimento e dos temas que abordava –, a luta pela Paz contava no País com um enquadramento teórico relevante, que encontrava as suas raízes mais próximas na análise que o PCP vinha fazendo da evolução da situação internacional e das suas implicações internas, pelo menos desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O adensar da tensão planetária, com a aproximação do que parecia ser, aos olhos de muitos, a perspectiva de uma Terceira Guerra Mundial (sobretudo com o início da Guerra da Coreia) e o alinhamento internacional do salazarismo com o bloco ocidental – anticomunista e «fomentador de guerra» – liderado pelos Estados Unidos da América, conferiram à luta pela Paz uma actualidade e uma premência consideráveis: impedir uma nova guerra, que estaria a ser preparada pelos EUA e pela Inglaterra contra a URSS e as «democracias populares» (como se denominavam os países do Leste da Europa, governados por partidos comunistas), passa então a ser a principal missão dos *partidários da Paz*, tanto no Mundo como em Portugal. O surgimento do movimento mundial da Paz dar-lhe-á o enquadramento necessário ao seu decidido arranque no País.

A partir de 1950, as questões relacionadas com a luta e o movimento da Paz ganham preponderância no discurso do PCP e das organizações unitárias em que tinha influência²⁶⁸. Em Setembro desse ano, no já citado relatório de Sérgio Vilarigues, adiantam-se os que eram, para o PCP, os grandes perigos de guerra no Mundo. Inspirando-se assumidamente nas conclusões da terceira conferência do *Kominform* (cujas resoluções chegaram a Portugal²⁶⁹) e nas anteriores reflexões do PCP, esse dirigente denunciava o que considerava ser o redobrar da agressividade do «campo

registava no III Congresso, realizado três anos antes. Cf. CUNHAL, Álvaro, «Organização», Informe ao IV Congresso do PCP, in *Obras Escolhidas*, Tomo I, p. 549).

²⁶⁸ Ao longo destes anos, o *Avante!* publicará inúmeros artigos, mais ou menos extensos, sobre questões internacionais, como a guerra na Coreia, as lutas operárias na Europa e no mundo, a actividade e conquistas dos partidos comunistas e do movimento da Paz, as ingerências dos EUA em diversos países, etc.

²⁶⁹ «Comunicado sobre a Conferência do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas», Organização Regional de Lisboa do PCP, Janeiro de 1950. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartin, Pq. 0745-Doc. 0211; «A conferência do bureau de informação dos partidos comunistas», in *Avante!* n.º 147, VI Série, Maio de 1950, pp. 1-2.

imperialista»: «Da política de preparação para novas aventuras militares, os círculos governantes dos Estados Unidos e da Inglaterra passaram abertamente a uma política de agressão política de preparação e desencadeamento de uma nova guerra mundial. A agressão aberta contra a Coreia e as provocações agressivas contra a República Popular da China são a última expressão dessa bandidesca política.»²⁷⁰

A convicção de que a guerra contra a União Soviética estaria já em preparação surgia reforçada num manifesto do Secretariado, emitido no início de 1952, onde se acrescentavam novas evidências: o crescente orçamento militar dos Estados Unidos, a «psicose de guerra e as calúnias anti-soviéticas» propagadas nos jornais, rádio e cinema dos países ocidentais (incluindo Portugal) e as bases militares «conhecidas e secretas ao serviço dos Estados Unidos, e que, do Atlântico ao Próximo e Médio e Extremo Oriente, formam um verdadeiro círculo de fogo em volta da URSS e dos países de democracia popular»²⁷¹. Entre o relatório de Sérgio Vilarigues e o manifesto do Secretariado há um conjunto de artigos publicados no *Avante!* em que essa ideia surge claramente exposta²⁷².

Também o MUD Juvenil alertou, nestes anos, contra os riscos de uma nova guerra, o que, em última análise, justificaria a prioridade que se devia conceder à luta pela Paz. Num manifesto da sua Comissão Central, de Junho de 1950, exclusivamente dedicado a este tema, a organização juvenil repudia o que considerava ser a «diplomacia da bomba atómica e da bomba de hidrogénio» e ainda a corrida aos armamentos, a multiplicação de bases «ditas de “defesa”» e as grandes manobras militares

²⁷⁰ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português. Nesse relatório acrescentava-se outros elementos que comprovariam, para o PCP, os planos «agressivos» dos EUA e a Inglaterra: o «apoio aos regimes reaccionários e fascistas», de que era exemplo o salazarismo, entre outros; o desprezo pelas decisões de Ialta e Potsdam relativas à Alemanha e ao Japão; o aumento «assustador» dos orçamentos militares e dos efectivos dos exércitos das potências ocidentais; a corrida aos armamentos; a instituição do Plano Marshall e a criação da NATO.

²⁷¹ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Editorial *Avante!*, Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁷² Para além daqueles que, incluindo críticas à acção bélica de EUA e Inglaterra, apontam em primeiro lugar ao regime português ou que tratam da intervenção militar na Coreia, que realçaremos mais adiante, o *Avante!* dedicará artigos específicos à acção bélica destes dois países, especialmente do primeiro: «Não aos ateadores de guerra!», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, p. 4; «Dois mundos», in *Avante!* n.º 156, VI Série, Fevereiro de 1951, p. 4; «Eisenhower, embaixador da morte», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, p. 4; «Fora de Portugal os norte-americanos», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 6.

«exibicionistas»²⁷³. Num outro manifesto, de Maio de 1952, salientava-se que a juventude portuguesa «não quer combater contra a juventude de outros países que querem, como ela, viver em Paz, construindo também um mundo melhor»²⁷⁴.

O Movimento Nacional para a Defesa da Paz – ou, mais precisamente, a comissão do Porto – realçava, na edição de Novembro de 1951 do seu boletim, *Paz*, que «ainda hoje os corações de milhões de homens e mulheres sangram de dor [pelos mortos da Segunda Guerra Mundial] e já um número reduzido de indivíduos de índole egoísta procuram arrastar o povo a uma terceira guerra apenas para aumentarem os seus já fabulosos capitais. (...) Os jornais com a sua propaganda sistemática, procuram conduzir os espíritos à ideia da inevitabilidade de uma nova guerra. Mas os povos conscientes sabem que não é com guerras que se resolvem os litígios internacionais. E, por tal modo, estão dispostos a lutar intransigentemente e a considerar criminoso de guerra quem for que a desencadeie»²⁷⁵.

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz bater-se-á, igualmente, contra esta nova guerra que estaria em preparação. Em Dezembro de 1951, denuncia no seu boletim que a «actividade que se despende por esse mundo fora preparando e fazendo a guerra é muito mais intensa do que aquela empregada em defender a Paz», alertando ainda para a construção de armas «mais terríveis, mais mortíferas». Da parte da associação, pugnava-se por «aquela Paz que quer dizer vida digna para todos os homens, escolas, hospitais, trabalho construtivo, progresso»²⁷⁶. Em meados do ano anterior, numa conferência promovida pela AFPP em que participara a escritora Maria Lamas (que para além de escritora e sócia da associação era também membro da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático), tinha sido referido o paradoxo que representava o uso de descobertas científicas para a fabricação de armas²⁷⁷.

²⁷³ «A Juventude e a Paz», Circular da Comissão Central do MUD Juvenil, Junho de 1950. Documento dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

²⁷⁴ Comissão Central do MUD Juvenil, «Em tua defesa, jovem!», Maio de 1952, Texto dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 148.

²⁷⁵ «11 de Novembro», in *Paz*, Boletim da Comissão do Porto de Defesa da Paz, n.º 5, 11 de Novembro de 1951, p. 1. Documento dactilografado. Arquivo do PCP.

²⁷⁶ «A Paz não se conquista com exércitos armados», in *Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, n.º 9, Dezembro de 1951, pp. 1-2. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁷⁷ Cf. SERRALHEIRO, Lúcia, *Op. Cit.*, p. 159.

De todos os indícios de que uma nova guerra estaria efectivamente em preparação, foi porventura a guerra da Coreia, iniciada em Junho de 1950, o acontecimento internacional que mais próximo terá estado de desembocar num conflito generalizado. Por essa razão, foi também o que mereceu, nestes anos, um destaque maior na propaganda das organizações que compunham o movimento da Paz. O *Avante!* de Julho de 1950, que noticia o início dos combates na Coreia, exige desde logo o fim dos bombardeamentos, a retirada das tropas norte-americanas e o respeito pela soberania e independência daquele país asiático²⁷⁸ – reclamações que se manterão constantes ao longo do período em análise. O assunto estará presente no jornal do PCP nos meses seguintes, muitas vezes surgindo ligado à exigência da proibição da arma atómica, cuja utilização na guerra da Coreia chegou a ser admitida pelo próprio presidente dos Estados Unidos, Harry Truman²⁷⁹. No já referido relatório de Sérgio Vilarigues (*Amílcar*), de Setembro de 1950, a intervenção norte-americana na Península coreana era apresentada como sendo expressão do «carácter da política de guerra e de rapina dos círculos governantes dos Estados Unidos», ao mesmo tempo que demonstrava que «qualquer povo do mundo, na luta pela sua liberdade e independência, tem de travar dura batalha em duas frentes: contra a reacção interna e contra o imperialismo estrangeiro».

Ao intervirem na Coreia, afirmava ainda Vilarigues, os EUA pretenderiam travar a unificação do país, esmagar as forças democráticas, «impor ao povo coreano um governo reaccionário fascista de tipo policial e transformar toda a Coreia numa colónia norte-americana». O objectivo último era garantir uma «base estratégica de agressão contra a URSS e a China Popular, assim como contra os povos da Ásia que lutam pela

²⁷⁸ «Lutai pela defesa da Paz – Contra a intervenção na Coreia! Contra a arma atómica!», in *Avante!* n.º 149, VI série, Julho de 1950, p. 1; «Os democratas portugueses amam a Paz», in *Avante!* n.º 146, VI Série, Janeiro de 1950, p. 2.

²⁷⁹ «Intensifiquemos a luta pela Paz! Contra a agressão norte-americana à Coreia!», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 3-4. «Viva a gloriosa União Soviética, sentinela vigilante da Paz (...); in *Avante!* n.º 153, VI Série, Novembro de 1950, p. 1. «Face à derrota estrondosa na Coreia o canibal Truman declara que recorrerá à bomba atómica», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4. «Não! Aos ateadores da guerra», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, p. 4. «Os povos levantam-se contra a política de guerra imperialista», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, p. 4. «Quem lucra com a agressão à Coreia?. Quem sabota o armistício?», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 1; «Paz e liberdade para a Coreia. Que o nosso povo conheça as atrocidades ianques», in *Avante!* n.º 164, VI Série, Janeiro de 1952, p. 4; «O governo americano é o 1.º criminoso de guerra», in *Avante!* n.º 166, VI Série, Março de 1952, p. 1. «Contra os crimes dos americanos na Coreia», in *Avante!* n.º 168, VI Série, Junho de 1952, p. 4.

sua libertação e independência nacional»²⁸⁰, ideia que volta a estar presente no documento do Secretariado de Fevereiro de 1952²⁸¹. Relativamente à Coreia, o PCP denuncia ainda os «selváticos bombardeamentos aéreos, destruindo cidades, vilas e aldeias pacíficas e exterminando milhares de habitantes pacíficos, na sua maioria mulheres, crianças e velhos»²⁸².

As referências do MUD Juvenil à guerra que se travava na Península Coreana situar-se-ão sobretudo na denúncia dos bombardeamentos norte-americanos, particularmente daqueles em que eram utilizadas armas bacteriológicas²⁸³. Em Julho de 1952, aliás, o seu boletim não só denunciava os «horríveis crimes que os norte-americanos têm praticado e estão praticando na Coreia», como revelava o teor de relatórios apresentados pelas comissões internacionais que vinham visitando a República Democrática Popular da Coreia [do Norte] e que estabeleceriam, «fora de qualquer dúvida, a verdade dos factos: as tropas norte-americanas têm praticado massacres, execuções em massa e torturas sobre a população coreana; têm feito bombardeamentos de arrasamento [sic] de cidades e aldeias, sem escolha de objectivos. E estão fazendo a guerra química e bacteriológica»²⁸⁴.

A comissão do Porto de defesa da Paz também se manifestou contra a guerra na Coreia. Em Abril de 1952, divulga no seu boletim as declarações do director do Departamento de Estratégia Psicológica dos EUA, segundo o qual 85% dos soldados americanos se opunham a combater na Coreia ou em qualquer região asiática e 97% dos soldados regressados da Coreia não queriam a ela voltar²⁸⁵. Esta comissão esteve igualmente activa na denúncia da guerra bacteriológica que nessa altura se abatia sobre esse país, e também sobre na China. Em Abril de 1952 publica um artigo sobre este tipo

²⁸⁰ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁸¹ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁸² Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁸³ Comissão Central do MUD Juvenil, «Em tua defesa, jovem!», Maio de 1952. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 148.

²⁸⁴ «Juventude», boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 8 (IV), Julho de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 477.

²⁸⁵ «O que pensa da guerra o povo americano», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 8, Abril de 1952, p. 3. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

de guerra²⁸⁶ e, em Outubro, reproduzia o *Apelo do Conselho Mundial da Paz Contra a Guerra Bacteriológica*, entretanto já publicado pelo *Avante!*²⁸⁷.

Causa fundadora do movimento da Paz, a exigência de proibição da arma atómica também mobilizou os activistas portugueses. Apesar das suas reivindicações simples – a proibição da arma atómica, aliada à imposição de um rigoroso controlo internacional que a efectivasse, e a consideração como criminoso de guerra do primeiro governo que a ela recorresse –, ela não era, por isso, pouco incisiva, tendo em conta as posições de norte-americanos e soviéticos nessa matéria. Exigir a proibição incondicional da arma atómica ia frontalmente contra a atitude dos EUA, ao mesmo tempo que encontrava eco na posição defendida pela União Soviética.

Relativamente a esta arma, o PCP considerava-a uma das mais «criminosas que a Humanidade já conheceu e que os provocadores de guerra desejam utilizar contra ela»²⁸⁸, enquanto o MUD Juvenil salientava, numa das edições do seu boletim central, que o horror que representou a Segunda Guerra Mundial «não seria nada comparado com uma guerra actual»: se sobre Hiroxima e Nagasáqui haviam sido lançadas duas bombas atómicas, em Março de 1952 os EUA estariam na posse de quase duas mil dessas armas, o que daria para aniquilar «toda a população do globo»²⁸⁹. Para a organização juvenil, este tipo de armamento punha inclusivamente em perigo a «sobrevivência da própria Humanidade»²⁹⁰.

As comissões de defesa da Paz que entretanto se criavam (com este ou outro nome) insistiam nos argumentos simples e directos: a exigência da proibição da bomba atómica e a consideração como criminoso de guerra do primeiro governo que a ela recorresse. Esta reclamação foi expressa em moções²⁹¹ e em cartas enviadas aos

²⁸⁶ «A guerra bacteriológica», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 8, Abril de 1952, p. 3. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁸⁷ «O C. Mundial da Paz contra a guerra bacteriológica», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, p. 1; «Apelo do C. Mundial da Paz contra a guerra bacteriológica», in *Avante!* n.º 168, VI Série, Junho de 1952, p. 4.

²⁸⁸ «Experiências recolhidas no movimento em defesa da Paz – Mais acção do Partido contra todas as concepções prejudiciais à Paz!», in *O Militante* n.º 65, III Série, Dezembro de 1950, p. 3.

²⁸⁹ «Uma jovem fala para a juventude», in *Juventude*, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 7 (IV), Abril de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 151.

²⁹⁰ «Apelo da juventude Portuguesa», in *Avante!* n.º 133, VI Série, Novembro de 1950, p. 4.

²⁹¹ «Moção aprovada por aclamação no Museu João de Deus», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 4.

presidentes da República²⁹² ou da Câmara Municipal de Lisboa²⁹³, instando-os a defenderem publicamente a proibição da arma atómica. A Associação Feminina Portuguesa para a Paz também se envolveu na exigência de proibição da arma atómica. A presidente da direcção, Maria Helena Correia Guedes, solicitou ao presidente da Cruz Vermelha Portuguesa que se solidarizasse com as declarações do presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, favoráveis à eliminação da bomba atómica. A carta mereceu resposta²⁹⁴. A sua delegação do Porto, numa mensagem que dirige – em Julho de 1950 – ao secretário-geral das Nações Unidas, fazia um apelo semelhante, considerando não existirem «desacordos internacionais que não se possam resolver pacificamente»²⁹⁵.

Pese embora o acompanhamento regular e por vezes exaustivo que era feito da evolução da conjuntura internacional, no discurso e na propaganda das organizações que compunham o movimento da Paz procurou-se, na maioria dos casos, relacionar as grandes questões levantadas à escala global com a situação do País: num mundo que se encontrava dividido entre o «campo da Paz» e o «campo da guerra», a inclusão de Portugal no segundo deu argumentos suplementares para a contestação política interna. Nas condições concretas do País, o ambicioso objectivo de impedir uma nova guerra surgia intimamente ligado a outro, decisivo – a libertação de Portugal do regime que, submetido aos *fomentadores de guerra* anglo-americanos, o condenava a um papel periférico e o colocava na rota de um possível conflito armado.

Assim, foi o que então se chamou de «política de guerra» do salazarismo o alvo principal do PCP, e das organizações unitárias por si influenciadas, no dobrar da década de 40 para a de 50 e nos primeiros anos desta. Na sua imprensa, o Partido Comunista deu primazia a estas questões, que ocuparão a maioria das primeiras páginas do *Avante!* ao longo dos dois anos que se analisa neste trabalho²⁹⁶. A expressão mundial do

²⁹² Comissão de operárias amigas da Paz (Alcântara), «Ao presidente da República», Agosto de 1950. Citado em *Avante!* n.º 153, VI Série, Novembro de 1950, p. 4; Uma comissão de operárias do Poço do Bispo, «Ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa», Agosto de 1950. Citado em *Avante!* n.º 153, VI Série, Novembro de 1950, p. 4.

²⁹³ «Exemplo brilhante de luta pela Paz», in *Avante!* n.º 152, VI Série, Outubro de 1950, p. 4.

²⁹⁴ «Duas cartas», in *Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, n.º 9, Dezembro de 1951. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁹⁵ Carta ao secretário-geral da ONU, Julho de 1950. Citada em SERRALHEIRO, Lúcia, *Op. Cit.*, p. 154.

²⁹⁶ Entre o final do ano de 1949 e o rescaldo das movimentações em torno da reunião da NATO em Lisboa, realizada em Fevereiro de 1952, a denúncia da *política de guerra* do salazarismo e da propaganda belicista surge em praticamente todas as primeiras páginas do *Avante!*, o que atesta a prioridade dada neste período a esta questão: «Contra a política de guerra do governo – Unamo-nos em defesa da Paz, da

movimento, sempre presente, seria remetida para páginas interiores. Se as comissões de Paz tiveram, relativamente a estes assuntos, uma actividade mais discreta, o Movimento Nacional Democrático, que nas questões internacionais fora pouco mais do que omissor (enquanto organização, pois muitos dos seus dirigentes opinaram sobre elas), assumirá um grande protagonismo.

Uma primeira linha de argumentação assentava desde logo na acusação de que o salazarismo, ao colocar-se ao lado dos *fomentadores de guerra*, estaria a precipitar o País para o abismo da catástrofe nuclear, em total e completa submissão aos Estados Unidos da América. O PCP, que justificava o alinhamento internacional da ditadura com a «procura no estrangeiro do apoio que lhe falta no País para se manter no poder», acrescentava que tal apoio tinha um preço: o enfeudamento da economia nacional e a cedência de bases estratégicas àqueles dois países e a colaboração nos seus preparativos para uma nova guerra. O PCP repudiava, nomeadamente, a «intensa propaganda contra a Paz e pela guerra, de agressão contra a URSS e os países de democracia popular» feita pelo regime, ao mesmo tempo que denunciava a participação de responsáveis políticos e militares salazaristas em conferências de organizações internacionais e em manobras e exercícios militares, a militarização da sociedade e a cedência de território nacional (na

Democracia, da Independência Nacional», in *Avante!* n.º 145, VI Série, Dezembro de 1949, pp. 1-2.; «O povo português não quer a guerra – O povo lutará contra a guerra e em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 146, VI Série, Janeiro de 1950, pp. 1-2; «Firmes e unidos contra a repressão fascista – Contra a política de guerra salazarista, pela Paz!», in *Avante!* n.º 147, VI Série, Maio de 1950, p. 1; «Contra a criminosa política de guerra dos salazaristas – Organizemos a luta em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 148, VI Série, Junho de 1950, p. 1-2; «Unidade de acção de todos os portugueses honrados para salvar Portugal da catástrofe», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 1; «Novo governo, preparação aberta para a guerra – Há que alargar e fortalecer a luta em defesa da paz», in *Avante!* n.º 151, VI Série, Setembro de 1950, p. 1; «A política de guerra da camarilha salazarista – É revelada nos Orçamentos e Contas Gerais do Estado», in *Avante!* n.º 152, VI Série, Outubro de 1950, p. 1; «Salazar provocador de guerra internacional, inimigo n.º 1 do povo português», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, pp. 1 e 5; «A camarilha salazarista arrasta o País para aventuras guerreiras», in *Avante!* n.º 156, VI Série, Fevereiro de 1951, pp. 1 e 3; «Contra a política de guerra salazarista, intensifiquemos a luta pela Paz», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, pp. 1 e 3; «Salazar falou de Paz, mas prepara a Guerra», in *Avante!* n.º 158, VI Série, Abril de 1951, p. 1; «Unidos, firmes e activos! Na luta por aumento de salários, contra a carestia de vida, pela democracia e a Paz», in *Avante!* n.º 159, VI Série, Maio de 1951, p. 1; «Urge salvar o País da guerra e da crise – Pela luta unida, firme e activa de todo o povo pela Paz e pela Democracia», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, pp. 1 e 3; «Ao agressivo “bloco ibérico” instrumento de guerra dos imperialistas norte-americanos, opunhamos a luta unida dos povos da península», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, pp. 1-2; «Depois do congresso fascista – Unidade do povo português na luta pela Paz, pela Democracia, pela Independência Nacional», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, pp. 1-2; «Portugueses! Tomai nas vossas mãos a causa da Paz!», in *Avante!* n.º 164, VI Série, Janeiro de 1952, pp. 1-2; «Unidos em defesa da Paz contra o governo salazarista de traição nacional», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952, pp. 1 e 4; «A conspiração de Lisboa – Preparação para a guerra anti-soviética, a conferência de os povos têm que pagar mais», in *Avante!* n.º 166, VI Série, Março de 1952, pp. 1 e 4; «Unidade nacional para defender a Paz e a independência nacional, pelo derrubamento da camarilha salazarista», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, pp. 1 e 4.

metrópole ou nas colónias) para a instalação de bases militares estrangeiras²⁹⁷. Criticava-se ainda a legislação de carácter militar aprovada nesses anos²⁹⁸.

Também o MUD Juvenil denunciou a «grande efervescência militar»²⁹⁹ do Governo e o que então denominava a «corrente de opinião, no gozo dos favores oficiais», que surgira no País apontando a «preparação para a guerra como uma das necessidades mais fundamentais do povo português». Esta «corrente de opinião» expressava-se nomeadamente através da intensificação da militarização do País, da «aquisição crescente de material bélico», do «alargamento do período de serviço militar», do reforço do «treino pré-militar» ou do envio de tropas para as colónias. Enfim, da preparação para a guerra. A organização juvenil considerava ainda imaginárias as supostas ameaças com as quais o salazarismo justificava a sua «política de guerra» e sublinhava que o «único perigo real, que presentemente ameaça o futuro da nossa pátria como País independente e soberano, reside no seu crescente enfeudamento económico-político a grandes potências»³⁰⁰.

O MND, por seu lado, procurou direccionar as questões relacionadas com a defesa da Paz para a crítica aos fundamentos do salazarismo. Num manifesto dirigido às mulheres, no qual adianta argumentos para que estas não apoiassem o salazarismo nas eleições para a Assembleia Nacional (marcadas para alguns meses depois), considerava-se que «em vez de garantias de Paz, os dirigentes fascistas só poderão fazer pesar sobre o povo os encargos de uma política de guerra, executar preparativos de sacrifício sangrento da nossa juventude e intensificar a repressão dentro do nosso país». A Paz, a tranquilidade, a segurança e o desafogo só poderiam existir «numa verdadeira democracia e nunca enquanto houver fascismo em Portugal»³⁰¹. No início de 1950, o MND emite um novo manifesto onde, entre reclamações como a supressão da censura, a

²⁹⁷ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁹⁸ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

²⁹⁹ Comissão Distrital de Lisboa do MUD Juvenil, «Às comissões de juventude do MUD Juvenil», Janeiro de 1950. Documento dactilografado. Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0767 – Doc. 0234.

³⁰⁰ Comissão Central do MUD Juvenil, «A Juventude e a Paz», Circular da Comissão Central do MUD Juvenil, Junho de 1950. Documento dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

³⁰¹ Comissão Feminina do Porto do Movimento Nacional Democrático, «As mulheres e as próximas eleições», 1949. Citado em SILVA, José da, *Memórias de um Operário*, volume 2, pp. 271-276.

libertação dos presos políticos ou a extinção do Tarrafal, exige também «que o governo, traduzindo a vontade nacional, já claramente manifestada, se afirme solidário com outros povos na luta pela Paz»³⁰². Justificando a premência da luta pela Paz, o MND sublinhava que a unidade do povo seria capaz, por si só, de «impedir a participação de Portugal na guerra que se prepara»³⁰³.

Uma outra linha de argumentação contra a «política de guerra» do salazarismo assentava na crítica ao desvio de recursos financeiros do País – mais ou menos avultados – para a preparação para a guerra e para o cumprimento de compromissos internacionais com os países da NATO, em detrimento da realização de obras de fomento e do desenvolvimento económico, social e cultural. Este argumento, que será constante ao longo do período em análise, surgindo tanto na imprensa comunista como em informes, boletins e manifestos do PCP, do MUD Juvenil e do MND, ganharia preponderância à medida que se aproximava a reunião da NATO em Portugal, em Fevereiro de 1952, e manter-se-á para lá dela.

O *Avante!*, que mantém esta argumentação ao longo do período em análise, não deixou de confrontar os gastos militares do regime – sempre crescentes – com o investimento em educação ou saúde: em Janeiro de 1950, as despesas com a manutenção de forças militares nas colónias seriam sete vezes superiores ao despendido com os hospitais civis de Lisboa e hospital da Universidade de Coimbra³⁰⁴; em Outubro desse ano, o PCP critica o desvio de cerca de metade das despesas do Estado para «fins bélicos e repressivos»³⁰⁵. Em 1951, o *Avante!* denuncia: «em vez de pão, canhões. Em vez de hospitais, escolas e bibliotecas, construção de empresas reprodutivas e da elevação da produção agrícola nacional, a construção de quartéis, de aeródromos e bases navais»³⁰⁶. Nos meses seguintes, artigos da mesma natureza voltam às páginas do jornal

³⁰² Ruy Luís Gomes e Virgínia Moura (pela Comissão Central do MND), «Movimento Nacional Democrático – 31 de Janeiro», Janeiro de 1950. Citado em SILVA, José da, *Op. Cit.*, volume 2, pp. 297-300.

³⁰³ Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, «Lutemos pela Paz, lutemos pela independência nacional». Março de 1952. Documento impresso. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0674 – Doc. 0143.

³⁰⁴ «O povo português não quer a guerra! O povo lutará contra a guerra e em defesa da Paz!», in *Avante!* n.º 146, VI Série, Janeiro de 1950, pp. 1-2.

³⁰⁵ «A política de guerra da camarilha salazarista é revelada nos orçamentos e contas gerais do Estado», in *Avante!* n.º 152, VI Série, Outubro de 1950, pp. 1-3.

³⁰⁶ «Salazar, provocador de guerra internacional, inimigo n.º 1 do povo português», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, pp. 1 e 3.

do PCP³⁰⁷ e, em Fevereiro de 1952, o Secretariado contabilizava em três milhões e meio de contos os gastos com o rearmamento do Exército e da Marinha, entre 1936 e 1950, e mais de cinco milhões para a compra de navios, aviões, artilharia e munições³⁰⁸.

O MUD Juvenil partilhou deste tipo de argumentação, dirigindo-a fundamentalmente para as questões relacionadas com a juventude. Se no início de 1950 repudiava as «avultadas verbas destinadas a preparativos bélicos³⁰⁹», num documento da sua Comissão Central, de 1952, comparava as despesas militares e repressivas com as que eram aplicadas na habitação, saúde ou educação, concluindo que só nesse ano as despesas militares dariam para construir «uma cidade moderna para todos os habitantes do Porto». De facto, explicitava o MUD Juvenil, nesse ano os gastos militares seriam 20 vezes superiores ao que se gastaria no pagamento a professores, na construção de escolas e no Ensino Primário no seu todo. O mesmo se passava com os hospitais, para os quais tinham sido consagrados, em 15 anos, um quarto da verba destinada em 1952 para a guerra³¹⁰.

Também o MND recorreu a este argumento para contestar a «política de guerra» do salazarismo e, com ela, o próprio regime. Em meados de 1951, na declaração de candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República (que acabaria por não ser aceite pelas autoridades), afirma-se que as «despesas militares, essencialmente improdutivas, consomem já mais de um quarto das receitas totais do Estado» e que, «não se dando por satisfeito, o governo anunciou novos e mais pesados sacrifícios»³¹¹. O MND, tal como as restantes organizações, integrará esta argumentação na campanha pela assinatura de um *Pacto de Paz entre as Cinco Grandes Potências*, lançada pelo

³⁰⁷ «A política de guerra salazarista provoca a ruína da economia nacional», in *Avante!* n.º 158, VI Série, Abril de 1951, p. 2; «Os frutos amargos da política salazarista», in *Avante!* n.º 160, VI Série, Agosto de 1951, p. 2; «Urge salvar o País da guerra e da crise – pela luta unida, firme e activa de todo o povo pela paz e pela democracia», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, pp. 1-2; «Depois do congresso fascista – Unidade do povo português na luta pela Paz, pela Democracia, pela Independência Nacional», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, pp. 1-2; «Portugueses! Tomai nas vossas mãos a causa da Paz!», in *Avante!* n.º 164, VI Série, Janeiro de 1951, pp. 1-2.

³⁰⁸ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁰⁹ Comissão Distrital de Lisboa do MUD Juvenil, «Às comissões de juventude do MUD Juvenil», Janeiro de 1950. Documento dactilografado. Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0767 – Doc. 0234.

³¹⁰ Comissão Central do MUD Juvenil, «Em tua defesa, jovem!», Maio de 1952, Texto dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 148.

³¹¹ GOMES, Ruy Luís, *Ao povo!*, 8 de Junho de 1951. Disponível em linha em ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/10/ao-povo-manifesto-eleitoral-do.html (consultado em Outubro de 2012).

Conselho Mundial da Paz (que foi, como veremos, a segunda grande campanha promovida pelo movimento da Paz em Portugal).

Em vésperas da reunião da NATO em Lisboa, o MND edita o manifesto *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*, no qual considera que a adesão do País à NATO teve como consequência o aumento da repressão e o crescente desvio de fundos para fins militares, dando a estas duas questões muito mais destaque do que às (poucas) considerações que fazia sobre a própria natureza e carácter da *Aliança Atlântica*. Nesse manifesto, salienta-se ainda que se as despesas com forças militares e repressivas sempre haviam sido elevadas com o salazarismo (sobretudo quando comparadas com as despesas com educação ou saúde), elas haviam aumentado «grandemente» com a entrada do País na NATO: o regime gastaria, em três anos, um milhão e meio de contos com o rearmamento; só em 1952, a verba consagrada a esta rubrica superaria em 20 mil contos as despesas com o ensino primário em 1947, 1948 e 1949. O MND denunciava igualmente o facto de a reunião da NATO ir custar ao País «tanto como o que está consignado no orçamento para reconstruções hospitalares» e «casas para famílias pobres»³¹². No plano do discurso político das organizações que integravam nestes anos o movimento da Paz, o combate a esta «política de guerra» revestiu-se ainda de um outro aspecto essencial: a denúncia do seu impacto no aumento da repressão.

Logo em 1950, o PCP denunciava a perseguição movida pelo regime aos *partidários da Paz*: os dirigentes do MND Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Maria Lamas, José Morgado, Areosa Feio e Albertino Macedo (eleitos igualmente para a Comissão Nacional para a Defesa da Paz) tinham sido presos ao passo que os comunistas José Moreira, Carlos Pato e Alfredo Lima foram mesmo assassinados³¹³. O PCP notava ainda que a repressão se havia acentuado precisamente no momento em que a «camarilha salazarista se lançou desenfreadamente na política de preparação para a guerra e desencadeia o mais feroz terror contra os democratas e partidários da paz»³¹⁴.

³¹² Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*, Janeiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0668/0672 – Doc. 0137/141.

³¹³ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³¹⁴ «Há um ano foram assassinados Militão Bessa Ribeiro e José Moreira», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1951, p. 1.

Alguns meses antes, o MUD Juvenil tinha já salientado que «os preparativos militares do Pacto do Atlântico encontram na estrutura antidemocrática do Estado Novo um terreno fértil. O aparelho de repressão entrava as manifestações pacíficas do nosso povo, aplica uma censura implacável sobre as previsões das ruínas e dos horrores de uma nova guerra, e por outro lado deixa o campo aberto a um “patrioteirismo” criador do espírito guerreiro e instigador do ódio aos povos por motivos de divergência de credos políticos»³¹⁵. O MUD Juvenil denunciou igualmente as prisões e os julgamentos de activistas seus e do MND, bem como de militantes do PCP, por defenderem a Paz³¹⁶.

No início de 1952, o Movimento Nacional Democrático – que insistia também no carácter ilegal das perseguições e prisões de activistas por lutarem pela Paz³¹⁷ – considerava que o carácter antidemocrático do regime se acentuara desde a adesão de Portugal à NATO: reforçara-se a «máquina repressiva do Estado»; realizaram-se eleições sem que estivessem reunidas as condições mínimas para tal; a PIDE levava a cabo investidas contra o MND, inclusivamente através da prisão e agressão de membros da sua Comissão Central e do encerramento da sua sede (tal como da sede do MUD Juvenil); os tribunais plenários continuaram em funcionamento, assim como o Campo do Tarrafal; passaram a ser aplicadas «medidas de segurança» aos presos políticos e vários deles acabaram mesmo por morrer na prisão³¹⁸.

Em Fevereiro de 1952, dias antes da reunião da *Aliança Atlântica* em Lisboa, a Comissão Inter-Profissões do MND do distrito de Lisboa, denunciando as prisões levadas a cabo pelo regime para procurar «impedir a manifestação do povo em defesa da Paz, pela democracia e contra o Pacto do Atlântico», salientava que a repressão era «uma das provas mais evidentes de que o governo de Salazar tenta obrigar o nosso povo a aceitar os compromissos que tomou com a sua adesão do Pacto do Atlântico»³¹⁹. Pela mesma altura, a Comissão Distrital de Lisboa do mesmo movimento, repudiando essas

³¹⁵ Comissão Central do MUD Juvenil, «A Juventude e a Paz», Circular da Comissão Central do MUD Juvenil, Junho de 1950. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

³¹⁶ *Juventude*, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 7 (IV), Abril de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 151.

³¹⁷ Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, *Lutemos pela Paz, lutemos pela independência nacional*. Março de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0674 – Doc. 0143.

³¹⁸ Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*, Janeiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0668/0672 – Doc. 0137/141.

³¹⁹ Comissão Inter-Profissões do Movimento Nacional Democrático do Distrito de Lisboa, *O Pacto do Atlântico é contra o povo português*, Lisboa, 19 de Fevereiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0676-Doc. 0145.

prisões, atribuía-as ao «desespero do governo de Salazar ao ver malograrem-se os seus intentos de apresentar como unânime apoio do povo português à sua política antinacional, antidemocrática e anti-económica». Esta vaga repressiva teria como objectivo principal tentar «deter o crescente movimento nacional a favor da Paz»³²⁰.

A já referida comissão do Porto de defesa da Paz, relatando as acções da juventude em torno desta causa, testemunhava o «espanto» e «revolta» de dezenas de pessoas ao assistirem, no Monte da Virgem, em Gaia, à prisão de 10 jovens que recolhiam assinaturas para o *Apelo de Estocolmo*³²¹. Num outro número do boletim, a mesma comissão reproduzia uma carta dirigida ao Presidente da República solicitando a sua intervenção para que «ninguém seja preso por defender a paz mundial e a cooperação pacífica entre os povos» e para que os que foram detidos por essa razão fossem restituídos à liberdade. Este apelo contaria já, à data, com centenas de assinaturas³²².

Todos estes argumentos encontraram na participação de Portugal na NATO (e significativamente entre o restrito leque de 12 países fundadores) um elemento unificador: não só a «política de guerra» do salazarismo tinha nesta estrutura político-militar a sua concretização prática, como grande parte dos compromissos assumidos pelo regime com as potências ocidentais foram-no no âmbito da adesão de Portugal a esta estrutura.

A contestação à NATO começou ainda antes da sua constituição, a 4 de Abril de 1949. No mês anterior, já o *Avante!* se referia ao Pacto do Atlântico, então em processo de constituição, como um «instrumento de agressão» dos EUA «contra a URSS e as democracias populares», rejeitando que se tratasse de uma organização defensiva, como era apregoado pelos seus promotores. O artigo precisava que «nenhum perigo ameaça a segurança e a independência desses países [do Norte e Ocidente europeu] senão a subjugação pelos EU, que se tornara ainda mais efectiva por intermédio desse pacto [do

³²⁰ Comissão Distrital de Lisboa do Movimento Nacional Democrático, *Aos democratas, aos defensores da Paz, aos portugueses*, Fevereiro de 1952. Documento impresso. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq.0675-Doc. 0144.

³²¹ «A juventude na luta pela Paz», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 5, 11 de Novembro de 1951, pp. 1-2. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³²² «Senhor Presidente da República», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 9, 11 de Outubro de 1952, p. 3. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Atlântico]»³²³. Na edição seguinte, o assunto estará na primeira página: «No interesse da Paz e da independência nacional, Portugal não deve participar no Pacto do Atlântico»³²⁴.

Consumada a participação portuguesa na estrutura militar liderada pelos EUA, o *Avante!* salientava que a adesão de Portugal nada tinha a ver com a «segurança nacional» (como afirmava o governo de Salazar), mas com o «ódio à URSS, às Democracias Populares e aos povos progressivos do mundo» e no desejo de «restabelecimento dos regimes fascistas da Europa». Mas o PCP insistiu sobretudo nas implicações internas desta adesão, considerando-a o remate da «política de traição nacional» do salazarismo, após a cedência de bases militares e as «concessões ruinosas das riquezas nacionais aos monopolistas anglo-americanos»³²⁵.

Para o PCP, as consequências da participação do País na NATO – como no *Plano Marshall* – eram a «subserviência económica, política e militar completa dos governos traidores da Europa Ocidental aos planos de hegemonia mundial dos imperialistas fomentadores de guerra norte-americanos»³²⁶. A alternativa à adesão do País à NATO era, para o PCP, uma política externa de «convívio com todos os países pacíficos», o que não seria possível no quadro do salazarismo: só um «governo democrático de concentração nacional, eleito e apoiado pelo povo, terá força e autoridade» para realizar tal desígnio³²⁷. Paz e democracia – ou fascismo e guerra – surgiam novamente lado a lado, tal como sublinhara Cunhal em 1946.

Já o MUD Juvenil considerou a participação do País na NATO como uma «garantia da nossa participação na guerra»³²⁸ e o «caminho da fome, da doença, do

³²³ «A roda da história não faz marcha atrás – A Situação evolui a nosso favor», in *Avante!* n.º 133, VI Série, 1.ª quinzena de Março de 1949, p. 2

³²⁴ «O Pacto do Atlântico», in *Avante!* n.º 134, VI Série, 2.ª quinzena de Março de 1949. P. 1

³²⁵ «Portugal e o Pacto do Atlântico – O Partido Comunista Português à frente das massas populares intensificará a luta pela Paz e a Independência Nacional», in *Avante!* n.º 135, VI Série, Abril de 1949, pp. 1-2.

³²⁶ Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³²⁷ «Portugal e o Pacto do Atlântico – O Partido Comunista Português à frente das massas populares intensificará a luta pela Paz e a Independência Nacional», in *Avante!* n.º 135, VI Série, Abril de 1949, pp. 1-2.

³²⁸ Comissão Central do MUD Juvenil, *A Juventude e a Paz*, Circular de Junho de 1950. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

obscurantismo e da opressão»³²⁹. A organização juvenil empenhou-se na luta «contra a formação de blocos militares que põem em perigo a independência nacional»³³⁰ e defendeu desde sempre que Portugal deixasse o «agressivo Pacto do Atlântico»³³¹. Também o MND se manifestou contrário à participação do País na *Aliança Atlântica* e pugnou pela saída de Portugal da organização. No início de 1952, referindo-se concretamente a essa estrutura militar, salientava que ela não constituía um «factor de cooperação pacífica entre os povos», pois contrariava o princípio fundador da ONU, que reconhecia que o «princípio da unanimidade entre as cinco potências era essencial». Sendo expressão de um «bloco de potências cuja vida económica e social estão dominadas pela política de preparação para a guerra», a NATO facilitava ainda a «penetração económica dos armamentistas estrangeiros», pondo em causa a independência de cada nação³³².

A exigência da saída de Portugal da NATO e a crítica à sua acção, no País como no mundo, serão efectivamente das mais permanentes causas do movimento da Paz em Portugal, dando azo à que foi, como veremos, uma das principais acções realizadas no País, nesses anos, no âmbito da luta pela Paz: a contestação à reunião da NATO em Lisboa, em Fevereiro de 1952.

Para além da contestação ao salazarismo – e ao seu alinhamento com a política externa dos EUA –, o PCP procurou, no seu discurso, integrar a luta pela Paz no movimento mais geral que se travava à escala global: se o regime se colocava no «campo da guerra», ao lado dos EUA e da Inglaterra, as organizações e activistas que assumiam esta luta colocavam-se assumidamente do outro lado, no «campo da Paz». Esta integração surgia como uma forma de legitimação da luta pela Paz e do movimento que a dinamizava.

Em diversos artigos publicados nesses anos, o *Avante!* informa das resoluções, campanhas e realizações do movimento mundial da Paz: a preparação do primeiro

³²⁹ Comissão Central do MUD Juvenil, *Em tua defesa, jovem!*, Maio de 1952. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 148.

³³⁰ Comissão Central do MUD Juvenil, *A Juventude e a Paz*, Circular de Junho de 1950. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

³³¹ *Juventude*, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 8 (IV), Julho de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 477.

³³² Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, *Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico*, Janeiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0668/0672 – Doc. 0137/141.

Congresso Mundial dos Partidários da Paz, de Abril de 1949³³³, muito embora a suas conclusões estejam omissas nas edições seguintes (os ecos deste congresso, porém, chegaram aos activistas portugueses³³⁴); a realização do segundo Congresso Mundial dos Partidários da Paz e a eleição de Manuel Valadares para o primeiro Conselho Mundial da Paz (CMP)³³⁵; a introdução no País da campanha por um *Pacto de Paz entre as Cinco Grandes Potências*³³⁶; a participação portuguesa na primeira sessão do Conselho Mundial da Paz³³⁷ e, em Agosto³³⁸ e Outubro³³⁹, a realização de novas reuniões desse órgão.

No manifesto do seu Secretariado, editado no início de 1952, o PCP valorizava a importância do movimento mundial da Paz, designando-o de «força organizada e activa do campo da Paz», constituída por «milhões de pessoas simples de todo o mundo e todos os grandes valores mundiais das ciências, das letras, das artes e da política se levantaram e se organizaram». A existência de tal movimento tornava «muito mais difícil para os imperialistas a sua tarefa de enganar os povos para os arrastar para a guerra»³⁴⁰. Para o PCP, era precisamente deste movimento mundial que os activistas da Paz portugueses deveriam sentir-se parte integrante e de pleno direito. Este esforço de integração e legitimação expressou-se ainda através da publicação de mensagens de solidariedade e estímulo de organizações e activistas estrangeiros à luta dos *partidários*

³³³ «Os partidários da Paz respondem aos fomentadores de guerras», in *Avante!* n.º 135, VI Série, Abril de 1949, p. 2.

³³⁴ Congresso Mundial dos Partidários da Paz, *Façamos do dia 2 de Outubro o “Dia da Paz”, um dia de luta contra a guerra*, Abril de 1949. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0799-Doc. 0266.

³³⁵ «2.º Congresso Mundial dos Partidários da Paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4. O Manifesto aos povos do Mundo inteiro, aprovado nesse congresso, surge na edição seguinte. Cf. «Manifesto aos povos do mundo inteiro do 2.º Congresso Mundial dos Partidários da Paz», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Janeiro de 1950, p. 4.

³³⁶ «Mensagem do Conselho Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, p. 4.

³³⁷ «1.ª sessão do Conselho Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 158, VI Série, Abril de 1951, p. 4.

³³⁸ «Resolução do Conselho Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 160, VI Série, Agosto de 1951, p. 1.

³³⁹ «Resoluções do C. Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 3.

³⁴⁰ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português. Em vários números do *Avante!* publicam-se mensagens de apoio à luta pela Paz em Portugal: «Mensagem dos Partidários da Paz da URSS aos Partidários da Paz de todo o Mundo», in suplemento do *Avante!* n.º 144, VI Série, Dezembro de 1949, p. 1; «Mensagem de Paz de um cientista soviético», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, p. 4; «Mensagem dum cientista soviético aos partidários da Paz de Portugal», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952, p. 4.

da Paz portugueses³⁴¹ ou os ecos internacionais da luta que se travava no País, pela Paz como pela liberdade e amnistia³⁴².

Também o MUD Juvenil valorizou as realizações do movimento mundial da Paz. Em Março de 1951, salientava a realização do segundo Congresso Mundial dos Partidários da Paz e a eleição de Manuel Valadares para o Conselho Mundial da Paz. O MUD Juvenil realçava ainda a presença, num total de 2065 delegados a esse congresso, de 475 jovens com menos de 30 anos³⁴³. A Comissão do Porto de Defesa da Paz, referindo-se à luta contra uma nova guerra, falava da «maior luta» que jamais uniu os povos, uma luta comum que «ultrapassa fronteiras, que está acima das diferenças religiosas e políticas», e que se expressava nos «milhões de milhões» de assinaturas recolhidas em todo o Mundo pela proibição da bomba atómica e pela concretização de um pacto de Paz entre as cinco grandes potências³⁴⁴. A comissão chegou mesmo a enviar uma «saudação fraternal» ao Congresso dos Povos em Defesa da Paz, que se realizaria em Dezembro de 1952 em Viena³⁴⁵. O Movimento Nacional Democrático, por seu turno, não insistirá particularmente nesta vertente de argumentação.

Marca do discurso do PCP era a defesa que este fazia da política União Soviética, que considerava o «baluarte da Paz mundial»³⁴⁶. Entre 1950 e 1952, surgem no *Avante!* artigos, notícias e entrevistas relativos à política interna e externa da URSS, destacando-se o seu contributo para a «salvaguarda da Paz»³⁴⁷. Os comunistas

³⁴¹ «Mensagem dos Partidários da Paz da URSS aos Partidários da Paz de todo o Mundo», in suplemento do *Avante!* n.º 144, VI Série, Dezembro de 1949, p. 1.

³⁴² «A vida e a luta do nosso povo no estrangeiro», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 2; «A vida e a luta do nosso povo no estrangeiro», in *Avante!* n.º 151, VI Série, Setembro de 1950, p. 2; «A vida e a luta do nosso povo no estrangeiro», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952, p. 2.

³⁴³ *Juventude*, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 1 (IV), Março de 1951. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 149.

³⁴⁴ «A juventude na luta pela Paz», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 5, 11 de Novembro de 1951, p. 1. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁴⁵ «Congresso dos povos em defesa da Paz», in *Paz*, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 9, Outubro de 1952, p. 4. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁴⁶ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁴⁷ «Novas vitórias da Paz na União Soviética», in *Avante!* n.º 152, VI Série, Outubro de 1950, pp. 2 e 4; «Viva a gloriosa União Soviética, sentinela vigilante da Paz! Glória ao grande Stáline, chefe e mestre dos trabalhadores (...)», in *Avante!* n.º 153, VI Série, Novembro de 1950, p. 1; «Stáline, porta bandeira da Paz no mundo», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 1; «Stáline denuncia os planos dos imperialistas e diz aos povos que a guerra não é inevitável», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, pp. 1 e 3; «Prémios Stáline da Paz», in *Avante!* n.º 159, VI Série, Maio de 1951, p. 4; «Resposta do “Pravda” ao Sr. Morrison», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, pp. 1-2; «Stáline vibra mais um rude golpe nos fomentadores de guerra», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, pp. 1 e 4; «Viva a grande revolução socialista! Glória à URSS, baluarte da Paz e da democracia», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, p. 1; «Paz ao mundo, grita o povo soviético», in *Avante!* n.º 163, VI

portugueses baseavam essa apreciação no facto de a URSS, pela sua «essência socialista» e «economia planificada e harmónica», ser alheia às crises e ao desemprego, não precisando da guerra para o seu desenvolvimento. Pelo contrário, como a quaisquer estados socialistas, as guerras ser-lhe-iam «altamente prejudiciais». O apego da União Soviética à Paz expressava-se, nomeadamente, nas 117 milhões de assinaturas recolhidas para o *Apelo de Estocolmo* ou na sua posição contrária à utilização da energia atómica para fins militares – posição essa que não se alterou mesmo depois de ter passado a dominar essa energia. Para o PCP, o facto de a URSS estar na posse do *segredo* da arma atómica era apresentado como uma «importante vitória para o campo da Paz», pois retirava aos EUA o monopólio desse segredo³⁴⁸.

Foram estes os principais temas levantados em Portugal em torno da luta pela Paz entre 1950 e 1952, com *nuances* – algumas significativas – entre as diferentes componentes do movimento. Se o PCP tinha um discurso ideologicamente assumido, as restantes estruturas procuraram manter-se num registo mais cauteloso, o que se pode explicar tanto pela situação de semi-legalidade em que se encontravam (e que pretendiam preservar e, se possível, estender), como pela vontade de alargar a influência do movimento da Paz a diversos sectores sociais e políticos, correspondendo ao enquadramento táctico que analisámos no capítulo 3. Entre as próprias organizações unitárias, a luta em defesa da Paz não se expressou exactamente da mesma forma no que ao discurso diz respeito.

O Movimento Nacional em Defesa da Paz limitou-se ao estrito campo da defesa da Paz, contra a guerra, e das campanhas do Conselho Mundial e da Paz. A sua incursão na política nacional limitou-se quase somente à denúncia da repressão. O mesmo fez a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, com um discurso voltado para questões que considerava sensíveis para as mulheres e evitando pisar o terreno perigoso da crítica ao salazarismo. O Movimento Nacional Democrático, por seu lado, optou por ligar o mais possível as questões da Paz com a política interna e a luta pela democracia, inserindo-as de forma clara na exigência de um novo regime, democrático, que

Série, Dezembro de 1951, p. 5; «O campo da Paz e da democracia é invencível», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952, p. 3; «Stáline incute confiança aos povos», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, p. 1; «O canal Lenine do Volga-Don – Nova contribuição para a Paz», in *Avante!* n.º 170, VI Série, Agosto de 1952, p. 4; «Grande contribuição de Stáline para a causa da Paz», in *Avante!* n.º 173, VI Série, Dezembro de 1952, p. 1.

³⁴⁸ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

respeitasse os desejos de Paz e liberdade do povo português. Algures entre estas duas atitudes ficou o MUD Juvenil, que procurou o mais possível ligar a «política de guerra» às condições de vida concreta dos jovens, não deixando de se referir às questões estritamente relacionadas com a luta pela Paz e o seu movimento.

Com estas diferenças de abordagem e de enfoque, todas as organizações que compunham o movimento da Paz visavam em primeiro lugar o salazarismo, uns de forma directa, outros apontando a um dos seus sustentáculos, particularmente importante nesses anos: o apoio dos Estados Unidos da América.

5. Acção e campanhas

À medida que a Paz e a independência nacional se iam afirmando como temas preponderantes no discurso das organizações que constituíam no País o movimento da Paz, começavam também a ter lugar as primeiras acções relacionadas com esse movimento. O seu arranque ocorreu de forma gradual, especialmente a partir do lançamento, em meados de 1950, do *Apelo de Estocolmo*, e da constituição, em torno dele, das primeiras comissões de base em defesa da Paz (que eram, como vimos, o eixo em que deveria assentar o essencial de toda esta movimentação). Muito embora tenha sido apenas em 1950 que a luta pela Paz arrancou definitivamente no País, activistas portugueses estiveram presentes na iniciativa que é considerada o berço do movimento mundial da Paz: o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz, realizado na cidade polaca de Wroclaw, em Agosto de 1948 (ver capítulo 1).

A delegação portuguesa era então composta pelo físico Manuel Valadares, o compositor Fernando Lopes-Graça, o escritor Alves Redol, o médico João dos Santos, a médica Hermínia Grijó e a bióloga Maria da Costa, todos próximos do PCP³⁴⁹. Tomando a palavra na tribuna do Congresso, o autor de *Gaibéus* reconheceu então que só por acaso os intelectuais portugueses estavam ali presentes, convidados a irem a Wroclaw quando se encontravam em Paris. Revelando o atraso que se verificava em Portugal no desenvolvimento da luta pela Paz, comparativamente com outros países,

³⁴⁹ João Madeira garante que o escritor Ferreira de Castro terá sido convidado a participar, mas que recusara o convite. Cf. MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria (...)*, p. 189.

Redol confessou que a delegação portuguesa não tinha a «força» nem a «legalidade» de outras, emanadas de «verdadeiros comités nacionais», como não tinha, também, dado uma contribuição significativa para a discussão dos textos em debate. Porém, acreditava, ela traduzia os «sentimentos de todos os escritores, artistas e pedagogos do nosso País, verdadeiramente amigos da Paz»³⁵⁰.

Muito embora esta primeira participação portuguesa tenha sido praticamente um acaso, e não tenha sequer resultado no imediato em qualquer acção concreta em defesa da Paz no interior do País, ela não foi a única nestes anos: em 1950, Manuel Valadares participa no Segundo Congresso Mundial da Paz, que teve lugar em Varsóvia, e é aí eleito membro do recém-criado Conselho Mundial da Paz³⁵¹. Desde a presença portuguesa em Wroclaw que foi ainda necessário esperar algum tempo até que a luta pela Paz fizesse verdadeiramente o seu arranque no País. Quando finalmente se iniciam as movimentações em prol da Paz, estas surgem de forma paulatina, inicialmente em torno da publicação de artigos e manifestos (e de uma ou outra iniciativa pública) e, a partir de meados de 1950, de forma mais intensa e massiva, através de acções diversificadas.

Uma das primeiras formas em que esta luta se expressou, ao longo do período em análise, foi a realização de homenagens aos mortos da Grande Guerra (1914-1918), em cemitérios ou monumentos memoriais. Mais do que meras evocações, estas acções constituíam fundamentalmente protestos contra uma futura guerra que se avizinhava e contra os seus promotores, entre os quais se encontraria o próprio regime salazarista, aliado e alinhado com a política externa dos Estados Unidos da América. Em Novembro de 1949, em Lisboa e Coimbra, são colocadas coroas de flores nos monumentos evocativos dos combatentes da Grande Guerra³⁵²; em Abril do ano seguinte, em Lisboa, Porto, Torres Vedras, Barreiro e outros locais, voltam a ser homenageados os mortos da Grande Guerra, ao mesmo tempo que se exige a manutenção da Paz e a proibição da

³⁵⁰ *Congres Mondial des Intellectuels por la paix, Wroclav-Pologne 25-28 Avril 1948, Compte Rendu presente par le bureau du secretaire generale*, pp. 213-220.

³⁵¹ World Peace Council, *Second Congress of the Defenders of Peace, Warsaw 16-22 November 1950, Acts and Resolutions of the Congress, The World Peace Council elected by the Congress*, p. 28. O próprio Salazar é informado pessoalmente da presença do físico português no Congresso de Varsóvia através de uma informação do posto de Lisboa da PIDE, recolhida através de uma escuta da «Rádio Moscovo». Citado em IAN-TT,AOS, CO, IN-8 C1, fl. 45.

³⁵² «Os democratas portugueses amam a Paz!», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Janeiro de 1950, p. 2. Originalmente, os monumentos em causa pretendem homenagear não os mortos da guerra, mas os que nela combateram. A apropriação destes monumentos pelos *partidários da Paz* e a sua transformação em evocações aos mortos da Guerra resulta do contexto político da época e não deixa de ser reveladora.

arma atómica³⁵³. No final desse mesmo ano, e nos seguintes, há novas iniciativas semelhantes³⁵⁴.

As conferências e palestras sobre a Paz foram outra das expressões que assumiu, ao concreto, toda esta movimentação. Depois de, em finais de 1949, cerca de 160 pessoas terem participado num «banquete de confraternização» no Porto e escutado os discursos de Ruy Luís Gomes e Virgínia Moura³⁵⁵, em Maio e Junho do ano seguinte a Associação Feminina Portuguesa para a Paz promovia duas conferências no Porto para assinalar o seu 15.º aniversário (que contaram com as intervenções de Teixeira de Pascoaes e Maria Lamas), às quais terão assistido 1500 pessoas. A sala do Clube dos Fenianos, em que se realizaram as duas sessões, «estava ornamentada com a pomba da Paz, cartazes alusivos à guerra e seus horrores, da autoria do jovem artista Júlio Pomar e vários dísticos contendo as palavras de ordem: “A batalha pela Paz é a batalha pela vida”; “Não queremos guerra”; “Queremos a Paz”». Em Lisboa e Sacavém tiveram lugar, pela mesma altura, outras tantas sessões promovidas pela associação, igualmente com a participação de Maria Lamas³⁵⁶, e uma outra, na Federação de Campismo³⁵⁷.

Ao longo de vários meses, nas páginas do *Avante!*, surgem informações sobre mais algumas conferências e sessões relativas aos temas da Paz: no final de 1950, tem lugar uma sessão do MND em Lisboa evocativa do 11 de Novembro (dia do armistício, em 1918); pela mesma altura, a Associação Feminina Portuguesa para Paz promove uma conferência sobre «Armistício ou Paz»³⁵⁸; pouco depois, há relatos de sessões em Vila Franca de Xira e Alverca³⁵⁹.

³⁵³ «Manifestações, choques com a polícia, paralisações – O povo português luta pela democracia, pela liberdade e pela Paz», in *Avante!* n.º 148, VI Série, Junho de 1950, p. 1.

³⁵⁴ «Sob a mais violenta repressão – O povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4. Neste artigo afirma-se que, no dia 11 de Novembro desse ano, «poderosas forças repressivas concentraram-se junto aos monumentos das vítimas da grande guerra de 1914-1918, na Avenida da Liberdade, em Lisboa no Porto e noutras terras para impedir que o povo, que se concentrou em grande número, prestasse a sua homenagem às vítimas da primeira guerra mundial. Apesar disso, foram colocados ramos de flores.»

³⁵⁵ «Os democratas portugueses amam a Paz!», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Janeiro de 1950, p. 2.

³⁵⁶ «Multipliquemos as acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 149, VI Série, Julho de 1950, p. 2.

³⁵⁷ «Constituiu-se a Comissão Nacional para a Defesa da Paz – Avante na luta em defesa da Paz!», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 4.

³⁵⁸ «Sob a mais violenta repressão o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4.

³⁵⁹ «Exemplos a seguir», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, p. 4.

Para além das conferências, e a partir de certa altura em vez delas³⁶⁰, têm lugar outras iniciativas em que a defesa da Paz surgia como questão central, como são os casos das sessões de cinema³⁶¹ ou dos passeios³⁶². A colagem de cartazes, a distribuição ou o lançamento em locais públicos de manifestos, tarjetas e selos, a pintura de inscrições em paredes ou a expressão do protesto contra a «propaganda de guerra», onde quer que ela surgisse – como num filme exibido no cinema ou numa qualquer conferência de um dirigente ou apoiante do salazarismo – foram também expressões frequentes da luta pela Paz ao longo destes anos³⁶³.

Em diversas realizações, quer fossem promovidas no âmbito do movimento da Paz, quer tivessem um carácter convivial ou recreativo, foram debatidas e votadas moções e apelos sobre diversas questões relacionadas com a luta pela Paz. Muitos destes documentos eram propostos a uma subscrição mais alargada e, em alguns casos, foram em seguida enviados a responsáveis políticos ou diplomáticos, nacionais ou estrangeiros, ou a organizações internacionais, como as Nações Unidas ou a Cruz Vermelha. Na sessão comemorativa do 15.º aniversário da AFPP, realizada em Junho de 1950, duas centenas de pessoas terão assinado uma moção relativa à proibição da arma atómica³⁶⁴ e, em Outubro do mesmo ano, o *Avante!* noticia o envio, por parte das comissões para a defesa da Paz de Alcântara, Belém e Ajuda, de cartas aos presidentes da República e da Câmara Municipal de Lisboa, «convidando-os a pronunciarem-se publicamente contra a utilização das armas atómicas e considerar como criminoso de

³⁶⁰ Sérgio Vilarigues, no seu informe de Setembro de 1950, denuncia a proibição de conferências em defesa da paz e mesmo o encerramento de secções culturais de clubes e colectividades, «com receio que aí se fale em paz». Cf. Amílcar [Sérgio Vilarigues], «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista – Informe do Secretariado do Partido Comunista Português a reunião de direcção», Setembro de 1950. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁶¹ «Sob a mais violenta repressão o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4.

³⁶² «A juventude na vanguarda da luta pela Paz», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, p. 4.

³⁶³ «Sob a mais violenta repressão o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4; «A juventude luta pela Paz», in *Avante!* n.º 156, VI Série, Fevereiro de 1951, p. 4; «Exemplos a seguir», in *Avante!* n.º 157, VI Série, Março de 1951, p. 4; «A juventude na vanguarda da luta pela paz», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, p. 4; «A hora é de acção», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 4; «O povo português pronuncia-se contra o Pacto do Atlântico pela Paz», in *Avante!* n.º 166, VI Série, Março de 1952, p. 6; «Ainda a luta contra o Pacto do Atlântico – Para a frente, partidários da paz», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, pp. 1 e 6; «A batalha pelas inscrições», in *Avante!* n.º 168, VI Série, Junho de 1952, p. 3.

³⁶⁴ «Moção aprovada por aclamação no Museu João de Deus», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 4.

guerra o governo que primeiro fizer uso de tais armas»³⁶⁵; no mês seguinte é o *Apelo à Juventude Portuguesa* a ser enviado ao Presidente da República³⁶⁶.

Pouco antes, cerca de 700 trabalhadores de Aljustrel, entre os quais 500 mineiros, subscreveram um documento, enviado à Cruz Vermelha Internacional, em solidariedade com a posição assumida pelo presidente desta instituição, Paul Rueger, contrária à utilização da arma atómica³⁶⁷. Ainda relativamente à posição assumida pelo presidente da Cruz Vermelha Internacional, a presidente da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, Maria Helena Correia Guedes, endereçou uma missiva ao seu congénere da Cruz Vermelha portuguesa, instando-o a apoiar essa posição³⁶⁸. Ao longo do ano seguinte, a tendência mantém-se: uma comissão de trabalhadores «amantes da Paz» aprovou um documento e dirigiu-o ao chefe de Estado³⁶⁹, tal com fez uma comissão de operários de Alcântara³⁷⁰; o Sindicato dos Arquitectos aprovou uma moção sobre o tema³⁷¹ e os estudantes de Medicina de Lisboa enviaram uma petição à Ordem dos Médicos para que esta se pronunciasse sobre o assunto; numa conferência na Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, um estudante leu uma moção sobre a Paz, «aprovada por aclamação»³⁷². Do Porto foram enviadas às embaixadas norte-americana, inglesa e francesa quatro moções com «centenas de assinaturas exigindo um armistício rápido na Coreia e reivindicando a conclusão de um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências» (EUA, Inglaterra, França, União Soviética e China)³⁷³.

Tal como as moções, também as cartas protestando contra a «política de guerra» do salazarismo terão tido impacto nesses anos. A própria PIDE acaba por reconhecer esse facto, numa missiva confidencial enviada, em Abril de 1951, para a administração-geral dos CTT. O director da polícia política solicitava então a apreensão e envio para a sede da PIDE de «todas as correspondências de denominados “partidários da Paz” que

³⁶⁵ «Exemplo brilhante de luta pela Paz», in *Avante!* n.º 152, VI série, Outubro de 1950, p.4.

³⁶⁶ «Apelo da Juventude Portuguesa», in *Avante!* n.º 155, VI Série, Novembro de 1950, p. 4.

³⁶⁷ «A luta pela Paz é tarefa de todo o Povo», in *Avante!* n.º 152, VI série, Outubro de 1950, p. 4.

³⁶⁸ «Duas Cartas», in *Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz*, n.º 9, Dezembro de 1951, p. 2. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

³⁶⁹ «Exemplo de luta pela Paz», in *Avante!* n.º 156, VI Série, Fevereiro de 1951, p. 4.

³⁷⁰ «Uma mulher de Lisboa...», in *Avante!* n.º 158, VI Série, Abril de 1951, p. 4.

³⁷¹ «A boa via», in *Avante!* n.º 159, VI Série, Maio de 1951, p. 4.

³⁷² «A juventude na vanguarda da luta pela Paz», in *Avante!* n.º 161, VI Série, Setembro de 1951, p. 4.

³⁷³ «A luta pela paz através do País», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 4.

transitem por esses CTT»³⁷⁴. Em Fevereiro do ano seguinte, numa nova mensagem dirigida a vários responsáveis dos Correios (a que estava anexada um exemplar de uma carta de um *partidário da Paz*), ordenava-se a retenção, «para efeitos de censura, [de] todas as correspondências contidas em envelopes, fechados ou abertos, idênticos ao que junto»³⁷⁵.

No início de 1952, já em plena contestação à reunião da NATO em Portugal (que abordaremos mais adiante), o *Avante!* publica o texto de um abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República – que reclamava a saída de Portugal do Pacto do Atlântico, o desvio das verbas destinadas ao armamento para fins de desenvolvimento e a realização de esforços para a concretização do Pacto de Paz – subscrito por mais de mil pessoas, surgindo grande parte dos nomes no jornal. Entre os subscritores contavam-se dirigentes e activistas das organizações integrantes do movimento da Paz e escritores, artistas, advogados, intelectuais e centenas de pessoas anónimas³⁷⁶.

O *Avante!* salientava ainda algumas personalidades que, tendo sido convidadas a assinar, declinaram: foram os casos do escritor Aquilino Ribeiro, que não só não subscreveu o apelo como terá tido uma «posição de desencorajamento para com os angariadores»; do prémio Nobel da Medicina Egas Moniz³⁷⁷, que não assinou o apelo por «ter dúvidas se o Pacto do Atlântico é ou não uma coisa boa» – atitude que, para o PCP, era «incompatível com a qualidade de amigo da Paz que diz ser e pela qual se pretende passar»; Mário de Azevedo Gomes (que fora membro do MUD e se juntara depois a António Sérgio e Jaime Cortesão no Directório Democrato-Social) e o dirigente da União Socialista Nuno Rodrigo dos Santos terão igualmente recusado dar o seu apoio a este apelo³⁷⁸.

³⁷⁴ Nota confidencial da PIDE 1.209 – SR. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

³⁷⁵ Notas confidenciais da PIDE 808, 809 e 810 – SR. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

³⁷⁶ «Grande exemplo de patriotismo e de luta pela Paz», in *Avante!* n.º 166, Março de 1952, p. 3. Entre os subscritores contavam-se, entre muitos outros, Carlos Aboim Inglês, Pedro Ramos de Almeida, Vasco Cabral, Amílcar Cabral, José Tengarrinha, Júlio Pomar, Maria Lamas, Mário Soares, Maria Barroso, os advogados Arlindo Vicente e Avelino Cunhal, os escritores Alves Redol, José Cardoso Pires e João José Cochofel, o arquitecto Victor Palla e o compositor Fernando Lopes-Graça.

³⁷⁷ Eleito dois anos antes presidente da Comissão Nacional para a Defesa da Paz.

³⁷⁸ Idem, *ibidem*. O *Avante!* assegurava, porém, que alguns elementos da União Socialista terão assinado o apelo, enquanto outros, muito embora tenham manifestado o seu apoio, não o terão subscrito simplesmente por uma questão de disciplina para com o seu partido.

A defesa da Paz alcançou, nestes anos, uma tal expressão que esteve presente num vasto conjunto de acções e iniciativas públicas que não teriam, à partida, grande relação com ela. Exemplo disto foi a manifestação realizada no final de 1950, no Algarve, aquando da cerimónia de trasladação dos restos mortais de Teixeira Gomes, antigo Presidente da República e escritor (censurado pelo regime), de um cemitério na Argélia francesa para a sua terra natal, Portimão³⁷⁹. Nessa manifestação estiveram presentes delegações de «todos os pontos do país, e particularmente das várias localidades do Algarve, delegações do MND, do MND Feminino, do MUD Juvenil e das Comissões dos Trabalhadores»³⁸⁰, para além de «notáveis oposicionistas regionais e nacionais», de diversas tendências políticas³⁸¹. Entre as múltiplas palavras de ordem entoadas ou impressas em cartazes, faixas e dísticos, ao lado da exigência de democracia, estava precisamente a reclamação de Paz³⁸².

Também na sessão comemorativa do centenário do nascimento do ex-Presidente da República Bernardino Machado, realizada em Famalicão no final de Março de 1951 (à qual terão assistido mais de mil pessoas), os temas relacionados com a defesa da Paz acabariam por surgir ao lado das reivindicações democráticas. Um grupo de jovens empunhava um dístico com a frase «a juventude quer a Paz» e, de entre as várias mensagens enviadas e lidas na sessão, uma foi dos *partidários da Paz* do Porto, que alertava para os riscos de guerra e apelava à luta pela Paz; tarjetas do MND sobre a Paz foram lançadas sobre os presentes e nem a polícia que se encontrava na sala terá conseguido impedir que fossem recolhidas e lidas por muita gente³⁸³. Em meados de 1950, numa sessão de homenagem a Bento de Jesus Caraça (matemático, comunista e dirigente do MUD, falecido poucos anos antes), Maria Isabel Aboim Inglez abordou

³⁷⁹ DUARTE, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve: uma história da oposição à ditadura*, 2010, pp. 262-264.

³⁸⁰ «Sob a mais violenta repressão o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4.

³⁸¹ Entre os promotores e participantes desta manifestação contavam-se os ex-comunistas Fernando Piteira Santos, Francisco Ramos da Costa e Mário Soares (que acabaria por não estar presente no dia da manifestação), Câmara Reis, da *Seara Nova*, António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes, do Directório Democrático-Social, o militar dissidente Mendes Cabeçadas, os dirigentes do Movimento Nacional Democrático Virgínia Moura, Ruy Luís Gomes e João Saias, e outros oposicionistas próximos do PCP, como Maria Isabel Aboim Inglez e o filho Carlos, Alves Redol, Cesina Bermudes, entre outros. Cf. DUARTE, Maria João Raminhos, *Op. Cit.*, pp. 265-256.

³⁸² Idem, *ibidem*.

³⁸³ «Jornada de unidade e de luta pela Paz», in *Avante!* n.º 159, VI Série, Maio de 1951, p. 4.

questões relativas à defesa da Paz³⁸⁴ e Alves Redol fez o mesmo no ano seguinte, ao receber um prémio literário na Academia das Ciências³⁸⁵.

A própria campanha em torno da candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República – realizada em condições muito adversas no que às liberdades democráticas diz respeito³⁸⁶ – trouxe para primeiro plano, pela primeira vez numa jornada eleitoral, reivindicações antimonopolistas e anti-imperialistas, entre as quais a libertação do País do jugo anglo-americano, a colaboração com outros estados para defender a paz e a exigência da proibição da arma atómica³⁸⁷.

A recolha de assinaturas para os diversos apelos que reivindicavam a proibição da arma atómica e o estabelecimento de um pacto de Paz entre as cinco grandes potências logrou envolver e mobilizar inúmeros activistas e dar a esta luta um carácter alargado. A acção realizada em torno da primeira destas campanhas, o *Apelo de Estocolmo* (lançada pelo Comité Mundial dos Partidários da Paz em Março de 1950 e disseminada em Portugal a partir de Maio), constituiu mesmo a base para o arranque definitivo de uma mobilização coordenada e consequente em defesa da Paz e para a própria constituição de comissões de base, criadas precisamente sob o impulso desta campanha.

O *Avante!*, que em Maio de 1950 apelava à participação activa na «votação mundial pela proibição incondicional da arma atómica»³⁸⁸, acompanha ao pormenor a recolha de assinaturas: em Outubro de 1950 contabilizava 3420³⁸⁹, número que crescia em Novembro para os 5621³⁹⁰ e que, no mês seguinte, para os 12.333³⁹¹. Em Janeiro de

³⁸⁴ «Constituiu-se a Comissão Nacional para a Defesa da Paz – Avante na luta em defesa da Paz!», in *Avante!* n.º 150, VI Série, Agosto de 1950, p. 4.

³⁸⁵ «Uma mulher de Lisboa», in *Avante!* n.º 158, VI Série, Abril de 1951, p. 4.

³⁸⁶ A candidatura de Ruy Luís Gomes não foi aceite pelas autoridades, muitos dos seus activistas foram presos e o próprio candidato foi agredido pela polícia num comício realizado em Rio Tinto.

³⁸⁷ Candidatura de Ruy Luís Gomes, «Ao povo», manifesto eleitoral, 8 de Junho de 1951. Citado em «Eleições Presidenciais de 1951 e Correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes», Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1983, pp. 12-17. O manifesto eleitoral dividia-se em três partes: «República e Liberdade», contendo as exigências democráticas essenciais (amnistia, libertação dos presos políticos, abolição da censura, liberdade de formação de partidos políticos); «Pão e Trabalho», reclamando a elevação geral das condições de vida dos trabalhadores e de outras camadas do povo (melhores salários, combate ao desemprego, liberdade sindical); e «Independência Nacional e Paz».

³⁸⁸ «Na luta pela Paz – Participemos activamente na votação mundial pela proibição incondicional da arma atómica», in *Avante!* n.º 147, VI série, Maio de 1950.

³⁸⁹ «A luta pela Paz é tarefa de todo o Povo», in *Avante!* n.º 152, VI série, Outubro de 1950, p. 4.

³⁹⁰ «Avante pela recolha das primeiras cem mil assinaturas para os apelos que exigem a proibição da bomba atómica», in *Avante!* n.º 153, VI série, Novembro de 1950, p. 4.

1951, o PCP registava já 17.500 assinaturas recolhidas, considerando este número como uma «séria advertência ao provocador de guerra Salazar», embora se reconhecesse, ao mesmo tempo, que «ainda é pouco, o povo português pode e deve fazer mais»³⁹². Nessa mesma edição, o *Avante!* avança com uma meta para esta campanha, que não será – nem de longe – atingida: 250 mil assinaturas até ao 1.º de Maio³⁹³.

A contabilização continua ao longo desse ano: em Fevereiro são já «mais de 20.000 assinaturas» recolhidas³⁹⁴, ao passo que em Outubro o jornal do PCP refere que «segundo os dados conhecidos por nós, 40.004 portugueses assinaram os apelos que reivindicam a proibição incondicional da arma atómica». Este número estaria «longe da realidade», reconheciam os comunistas, garantindo que muitos milhares de assinaturas teriam fugido do seu controlo, quer pela sua apreensão pelas forças policiais como pela sua destruição por parte dos próprios activistas, receosos da repressão. Assim, concluía o *Avante!*, «não andaremos longe da verdade se calcularmos em cerca de 100.000 o número de portugueses que assinaram»³⁹⁵.

Entretanto, em Março de 1951, quando estava ainda em curso a campanha em torno da proibição da arma atómica, é lançada uma nova petição, reclamando a assinatura de um *Pacto de Paz entre as Cinco Grandes Potências* (Estados Unidos da América, Inglaterra, França, China e União Soviética). Este novo documento, com origem no Conselho Mundial da Paz, e que ia ao encontro de uma proposta feita pela URSS aos outros quatro governos, terá igualmente expressão no País. O *Avante!* publica pela primeira vez o texto deste novo apelo em Março de 1951³⁹⁶, na mesma edição em que reproduz a entrevista de Stáline ao *Pravda*, em que o dirigente soviético reafirma essa proposta³⁹⁷. Nos meses seguintes, o teor da nova petição surge ainda algumas vezes (bem como as notícias relativas ao *Apelo de Estocolmo* e da campanha pela proibição da

³⁹¹ «Sob a mais violenta repressão – O Povo Português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI série, Dezembro de 1950, p. 4.

³⁹² «Campanha nacional em Defesa da Paz – Até ao 1.º de Maio 250 mil assinaturas», in *Avante!* n.º 155, VI série, Janeiro de 1951, p. 1.

³⁹³ Idem, *ibidem*, p. 1

³⁹⁴ «A luta contra os oportunistas é a base do fortalecimento da luta pela democracia e a paz», in *Avante!* n.º 156, VI série, Fevereiro de 1951, p. 2.

³⁹⁵ «Resultados de uma campanha a favor da Paz», in *Avante!* n.º 162, VI série, Outubro de 1951, p. 4. Na edição de Outubro de 1951 de *O Militante* se assume o número de 100 mil assinaturas recolhidas. Cf. «Intensifiquemos a recolha de assinaturas para a mensagem que reivindica um pacto de Paz entre as Cinco Grandes Potências», in *O Militante* n.º 65, Série III, Outubro de 1951, p. 1.

³⁹⁶ «Mensagem do Conselho Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 157, VI série, Março de 1951, p. 4.

³⁹⁷ «Staline denuncia os planos dos imperialistas e diz aos povos que a guerra não é inevitável», in *Avante!* n.º 157, Série VI, Março de 1951, p. 1.

arma atómica) nas páginas do *Avante!*, mas é em Outubro – passadas as eleições presidenciais, a cujas tarefas o PCP atribui, no seu jornal, o «afrouxamento na execução das tarefas práticas ligadas directamente à luta pela Paz»³⁹⁸ – que se faz uma primeira contabilização desta campanha: 2000 assinaturas recolhidas³⁹⁹. Em Dezembro seriam 4300⁴⁰⁰.

Em Fevereiro de 1952, o número de assinaturas angariadas ascendia a 6166⁴⁰¹; em Março a mais de 10 mil⁴⁰²; e em Maio superava as 14 mil (número que, embora representasse um «belo esforço» e significasse uma «séria advertência aos fomentadores de guerra», estaria ainda «longe de representar a real vontade de paz do povo português»)⁴⁰³. A recolha continuará nos meses e anos seguintes⁴⁰⁴.

Não é objectivo desta dissertação comprovar a veracidade dos números adiantados pelo PCP – que, a serem exactos, não deixariam de constituir um assinalável sucesso, mesmo para os padrões actuais. Tal averiguação, aliás, seria uma tarefa impossível de concretizar, dada a natureza do regime e as condições em que actuavam nesses anos os *partidários da Paz* portugueses, factores que têm um efeito determinante nas fontes disponíveis. Porém, existem alguns elementos que permitem concluir que ambas as campanhas alcançaram uma assinalável expressão no País. Para lá da prioridade que as diversas organizações concederam a esta frente, patente nos seus jornais e manifestos e no empenhamento demonstrado pelos seus activistas, também a forma como o PCP trata os números na sua imprensa – de forma modesta e autocrítica – leva a supor não ter havido nos balanços efectuados exageros significativos. Na verdade, em sucessivas edições, o jornal do PCP não só expõe claramente o desfasamento existente, por defeito, entre os objectivos traçados e os resultados alcançados, como chega a criticar de forma explícita o que considerava ser uma «deficiente recolha de assinaturas» em diversas localidades do País.

³⁹⁸ «Resolução do Conselho Mundial da Paz», in *Avante!* n.º 160, VI série, Agosto de 1951, p. 1.

³⁹⁹ «Avante na recolha de assinaturas para a Mensagem para um Pacto de Paz», in *Avante!* n.º 162, VI série, Outubro de 1951, p. 4.

⁴⁰⁰ «Mais acção em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 163, VI série, Dezembro de 1951, p. 4.

⁴⁰¹ «Mais acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 165, VI série, Fevereiro de 1952, p. 4.

⁴⁰² «O povo português pronuncia-se contra o Pacto do Atlântico pela Paz», in *Avante!* n.º 166, VI série, Março de 1952, p. 6.

⁴⁰³ «Ainda a luta contra o Pacto do Atlântico – Para a frente partidários da Paz», in *Avante!* n.º 167, VI série, Maio de 1952, p. 4.

⁴⁰⁴ Carlos Brito, um dos activistas presos em Dezembro de 1953 no aeroporto de Lisboa quando esperava o regresso ao País de Maria Lamas, tinha consigo um exemplar da petição, assinada por três indivíduos. Cf. IAN-TT, PIDE-DGS, SC 160/53/ NT 5093, vol. 1, fl. 76.

Em alguns desses locais, o número de assinaturas recolhidas era considerado totalmente incompreensível, de tão escasso: era o caso do Barreiro, onde apenas tinham sido recolhidas 270 assinaturas; ou de outros locais de grande incidência operária e influência comunista, como a Marinha Grande, Vila Real de Santo António, Portimão ou Lagos, onde «nem uma assinatura» tinha sido até esse momento recolhida; na Covilhã, Tortosendo, Gouveia, Viseu, Guarda e Aveiro, onde não havia comissões criadas, tinham sido angariadas muito poucas, tal como em Braga e em Santarém. Pela positiva, o *Avante!* salientava localidades como Pias, Alhandra, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira, Olhão e Silves⁴⁰⁵. Outras fontes, porém, garantem que foram recolhidas assinaturas por todo o Algarve⁴⁰⁶.

Também as memórias dos activistas da época apontam para uma assinalável difusão que estas campanhas terão alcançado nos primeiros anos da década de 50. Maria da Piedade Morgadinho, à data membro do MUD Juvenil, lembra que muito embora as manifestações fossem proibidas e reprimidas pelo regime, «os jovens organizavam-se em brigadas de trabalhadores e estudantes e percorriam as ruas dos centros e bairros operários como fizeram em Lisboa, Porto, Barreiro, Almada, Marinha Grande, Beja, Pias, Grândola e tantas e tantas outras cidades, vilas e aldeias, recolhendo assinaturas para a Paz»⁴⁰⁷. Segundo a mesma activista, os estudantes constituíam brigadas por escolas e aproveitavam domingos e fins-de-semana para percorrer os bairros operários e recolher assinaturas porta a porta: «Apresentávamo-nos como jovens que tinham uma posição contra a difusão das armas atómicas e a necessidade de termos uma posição contra a utilização da bomba atómica, e a necessidade imperiosa de pôr fim à guerra. As reacções das pessoas, claro que eram muito diversas. Pessoas já com uma determinada consciência política e com conhecimento, aderiam logo de coração e alma, sem qualquer problema de pôr a sua assinatura. Por vezes, outras retraíam-se um bocado.»⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ «Deficiente organização – Deficiente recolha de assinaturas», in *Avante!* n.º 159, VI série, Maio de 1951, p. 4.

⁴⁰⁶ DUARTE, Maria João Raminhos Duarte, *Op. Cit.*, pp. 289.

⁴⁰⁷ Depoimento de Maria da Piedade Morgadinho na sessão comemorativa do 60.º aniversário do Conselho Mundial da Paz, realizada no dia 30 de Janeiro de 2010 na Casa do Alentejo, em Lisboa. Disponível em linha em: http://www.cppc.pt/site_old/public_html/imagens/Simposio (consultado pela última vez em Outubro de 2012).

⁴⁰⁸ Entrevista com Maria da Piedade Morgadinho, in MEDINA, Miguel, *Esboços – antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 2, p. 177-178.

Igualmente membro do MUD Juvenil nessa época, Carlos Aboim Inglês recorda que «por toda a parte a juventude andou na recolha de assinaturas»⁴⁰⁹, ao passo que Margarida Tengarrinha, então estudante em Belas-Artes e também ela membro do MUD Juvenil, rememora a recolha de assinaturas para a campanha que reclamava a assinatura de um Pacto de Paz entre as cinco grandes potências. As acções, conta, eram feitas «abertamente, porque nós dizíamos que a actividade do MUD Juvenil era legal»⁴¹⁰. Na mesma linha, Adelaide Baía, à data membro da delegação do Porto da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, recorda que «pedíamos assinaturas para o movimento da Paz, pedíamos na rua, aos fins-de-semana íamos à casa das pessoas, pedíamos a toda a gente que assinassem contra a bomba atómica»⁴¹¹.

Mas é a própria PIDE a reconhecer o impacto alcançado por estas duas petições. Em Agosto de 1951, em circulares internas confidenciais, assinadas pelo director e pelo inspector superior, enviadas respectivamente a várias delegações da polícia política e aos comandantes-gerais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, salienta-se que «elementos comunistas estão intensificando a colheita de assinaturas de apoio ao que eles designam por “movimento para a defesa da paz”». Numa dessas mensagens, os responsáveis da PIDE acrescentavam mesmo que numa determinada feira do Norte do País terá sido mesmo «fácil» aos activistas recolher as almejadas assinaturas⁴¹². Noutro relatório, apenso ao processo de João Saias, de Outubro de 1950, a PIDE reconhece a «expansão que a campanha “para a Paz” está atingindo»⁴¹³.

Mas mais do que as assinaturas em si, o que interessava ao PCP era sobretudo o que elas simbolizavam: o potencial alargamento do movimento da Paz e da luta que corporizava. Assim, e ao mesmo tempo que acompanhava a par e passo a recolha de assinaturas, é notório o esforço, no *Avante!*, de estimular a emulação dos activistas em torno das acções em defesa da Paz, nomeadamente no que respeita aos diferentes apelos

⁴⁰⁹ Entrevista com Carlos Aboim Inglês, in MEDINA, Miguel, *Esboços – antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 1, p. 19.

⁴¹⁰ Entrevista com Margarida Tengarrinha, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, volume 1, p. 143.

⁴¹¹ Entrevista a Adelaide Baía citada em SERRALHEIRO, Lúcia, *Op. Cit.*, p. 155.

⁴¹² Circular confidencial da PIDE 3.522 – SR e 3.569 – SR. IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173

⁴¹³ IAN-TT, PIDE-DGS, SR 6361, NT 2424, João Augusto Filipe Gonçalves Saias. Citado em DUARTE, Maria João Raminhos, *Op. Cit.*, pp. 290.

e petições. Nas páginas do jornal do Partido Comunista surgem com frequência curtos artigos indicando um determinado tipo de acção que se deveria generalizar⁴¹⁴.

No início de 1952, a luta pela Paz ganhou um forte impulso com a contestação à reunião do Conselho de Ministros da NATO nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Estas movimentações alcançaram uma inédita visibilidade e envolveram numerosos activistas em todo o País, materializando-se em distribuições de folhetos e manifestos, recolha de assinaturas, aprovação de moções em assembleias e reuniões, envio de cartas a embaixadas, ministérios e hotéis (onde estavam ou estariam instalados os participantes na reunião), inscrições em paredes e outras acções de grande visibilidade pública.

Desde que fora conhecida a intenção de realizar em Portugal esta reunião que o PCP instara os seus militantes e apoiantes a contestá-la, por intermédio de todas estas formas: em Dezembro de 1951, o *Avante!* – que considerava a realização da reunião da NATO em Lisboa um *prémio* pela «abjecta traição da camarilha salazarista» – apelava então a que o povo português, «à semelhança dos povos de França e Itália, onde as anteriores reuniões tiveram lugar», fizesse sentir aos «fomentadores da guerra que vêm a esta reunião todo o seu ódio à guerra e à tutela estrangeira. Que todos os homens, mulheres e jovens honestos, amantes da Paz, gritem aos negociantes de canhões e de vidas: *Fora de Portugal! Portugal para os portugueses!* É preciso que o grito *Fora de Portugal os americanos* ressoe pelos 4 cantos da terra lusa no dia 2 de Fevereiro» (primeira data prevista para a realização da cimeira).

As «cartas, as idas às embaixadas, as inscrições nos muros, estradas, as concentrações em massa» eram formas de o povo expressar o seu protesto⁴¹⁵. Em

⁴¹⁴ O *Avante!* destaca, entre muitos outros exemplos a recolha, na segunda metade de 1950, de centenas de assinaturas pelos padeiros do Porto, pelos operários da construção naval de Lisboa e por operários de outros sectores; a recolha, no início do ano seguinte, de 180 assinaturas por um operário da construção civil (o «número mais elevado de assinaturas recolhidas por uma só pessoa»); o pároco do Porto que «falou aos seus paroquianos sobre os perigos de guerra e convidou-os a assinarem o apelo»; os dois rapazes de Setúbal que recolheram num só dia 120 assinaturas; ou as duas donas de casa, uma do Porto e outra de Lisboa, que recolheram dezenas de assinaturas. É ainda destacado o caso dos mineiros de Aljustrel que, após recolherem 400 assinaturas para o *Apelo de Estocolmo*, se dirigiram aos seus companheiros da mina de São Domingos apelando a que fizessem o mesmo. Cf. «A luta pela Paz é tarefa de todo o Povo», in *Avante!* n.º 152, VI série, Outubro de 1950, p. 4; «Exemplos a seguir», in *Avante!* n.º 157, VI série, Março de 1951, p. 4; «Os mineiros de Aljustrel indicam o caminho», in *Avante!* n.º 157, VI série, Março de 1951, p. 4; «A boa via», in *Avante!* n.º 159, Série VI, Maio de 1951, p. 4.

⁴¹⁵ «Fora de Portugal os americanos!», in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 4.

Janeiro de 1952, prosseguiu a mobilização contra a reunião da *Aliança Atlântica*, então já prevista para o dia 16 do mês seguinte⁴¹⁶.

Em Fevereiro, mas ainda antes da reunião, a imprensa do PCP reflectia já as primeiras acções realizadas no âmbito desta jornada, com destaque para a aprovação por unanimidade, pelos 26 elementos constituintes da Junta de Delegados da Associação Académica do Instituto Superior Técnico, de uma moção contra a cedência das instalações da escola para a reunião do Pacto do Atlântico e ainda contra a suspensão de aulas e de exames. Esta iniciativa terá dado frutos, visto que os exames terão sido realizados e os estudantes puderam continuar a utilizar a cantina, obrigando mesmo a direcção da escola a abrir no muro uma entrada provisória⁴¹⁷. Na mesma instituição, apesar da apertada vigilância⁴¹⁸, surgiram inscrições defendendo a Paz e repudiando a NATO: *Queremos a Paz! Abaixo a Guerra! Abaixo o Pacto do Atlântico! Não iremos à guerra! Luta pela Paz! O IST para os estudantes!*⁴¹⁹.

Margarida Tengarrinha, que participou nestas movimentações, recorda a pintura de inscrições, nas quais participou: «Uma delas foi fazer pichagens nos muros do próprio IST onde se ia realizar a reunião da NATO. Aí havia sempre grupos formados por uma rapariga para dois ou três rapazes. Geralmente ia uma rapariga para, se por acaso houvesse alguma observação, ou tivéssemos medo, fingir que estávamos a namorar»⁴²⁰. Os muros do Técnico «ficaram bem cheios de inscrições difíceis de apagar porque o nitrato de prata reaparecia sob as coberturas de tinta com que o tentavam esconder»⁴²¹. Nesses dias, os estudantes do IST organizaram uma exposição das gravuras de Goya *Os Desastres da Guerra*⁴²² e, no local da reunião, foi largado um porco ensebado que tinha escrito no corpo, a tinta preta, a palavra *NATO*⁴²³.

O protesto estendeu-se muito para lá das imediações do Instituto Superior Técnico. Nas vésperas da reunião, é afixada na torre do aeroporto de Lisboa uma

⁴¹⁶ «Portugueses! Tomai nas vossas mãos a causa da Paz!», in *Avante!* n.º 164, VI Série, Janeiro de 1952, pp. 1-2.

⁴¹⁷ «Os estudantes do IST protestam contra a ocupação da sua escola pelos fomentadores de guerra do pacto do Atlântico», in *Avante!* n.º 165, VI Série, Fevereiro de 1952.

⁴¹⁸ Entrevista com Carlos Aboim Inglez, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, volume 1, p. 19.

⁴¹⁹ «A juventude levanta-se contra o Pacto do Atlântico», in *Avante!* n.º 166, Série VI, Março de 1952, pp. 1-2.

⁴²⁰ Entrevista com Margarida Tengarrinha, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, volume 1, p. 143.

⁴²¹ TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*, p. 32.

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 34.

⁴²³ Entrevista com Carlos Aboim Inglez, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.* volume 1, p. 19.

inscrição a vermelho em letras grandes com a frase *Ami Go Home!* (Americanos vão-se embora!); no dia 22 de Fevereiro, é colocado, entre o segundo e o terceiro balcão do cinema Tivoli, um cartaz com a frase *Paz Sim! NATO Não!* e nas traseiras de três autocarros surgem «grandes cartazes incitando à luta pela paz e contra o P.[acto do] Atlântico»⁴²⁴. Um pouco por toda a cidade de Lisboa surgem frases contra a NATO e pela Paz, ao ponto de a capital ficar «literalmente coberta de inscrições»⁴²⁵. A Escola Superior de Belas-Artes, cujos estudantes estiveram particularmente activos nesta movimentação, ficou também ela repleta de inscrições pela Paz e contra a NATO: um grupo de alunos passou uma noite nas instalações da escola (situada, como ainda hoje, no antigo convento de São Francisco, no Chiado) e, na manhã seguinte, «desde o pátio da entrada, das paredes até às abóbadas, peanhas das estátuas e até estas, exibiam palavras de ordem contra a NATO e pelo desarmamento nuclear». Onde havia menos espaço, apenas e só a palavra «Paz»⁴²⁶.

Foram precisamente os estudantes de Belas-Artes a protagonizar aquela que foi porventura a mais audaciosa e espectacular acção realizada no âmbito da contestação à reunião da NATO em Lisboa: na Baixa lisboeta, à hora de maior movimento, um grupo de três jovens (Margarida Tengarrinha, Raul Hestnes Ferreira e um outro, de apelido Medeiros) afixou na passagem aérea do Elevador de Santa Justa, por cima da Rua do Carmo, dois enormes cartazes com as frases *Luta pela Paz!* e *Fora o Pacto do Atlântico!*; enrolados nos cartazes estavam centenas de panfletos alusivos à Paz com gravuras em linóleo, da autoria de Júlio Pomar, Lima de Freitas e José Dias Coelho, que são lançados ao vento: «Os cartazes ainda se aguentaram um bom bocado, as gravuras eram apanhadas pelas pessoas que estavam de nariz no ar a olhar para elas e só dispersaram depressa quando apareceram polícias a arrancar os cartazes»⁴²⁷.

Ainda na capital, foram aprovadas nas assembleias-gerais do Clube Oriental de Lisboa (clube desportivo de grande tradição operária) e do Grupo de Auxílio Mútuo da Fábrica de Sabões moções pela Paz e contra a NATO⁴²⁸. Mas as acções de agitação estenderam-se a outras regiões do País: em Grândola, as inscrições «impressionaram

⁴²⁴ «A juventude levanta-se contra o Pacto do Atlântico», in *Avante!* n.º 166, Série VI, Março de 1952, pp. 1-2.

⁴²⁵ Entrevista com Carlos Aboim Inglez, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, p. 20.

⁴²⁶ TENGARRINHA, Margarida, *Op. Cit.*, pp. 31-32.

⁴²⁷ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁴²⁸ «A juventude levanta-se contra o Pacto do Atlântico», in *Avante!* n.º 166, Série VI, Março de 1952, pp. 1-2.

toda a gente: “Tanques, canhões e aviões: eis o que nos oferecem. Mas nós queremos paz, pão e trabalho”»; em duas escolas dessa localidade também foram feitas inscrições. No cinema Rivoli, no Porto, foi pendurado um grande cartaz onde se lia «Pela Paz, fora o Pacto do Atlântico»; em Valadares, também no Porto, cartazes foram colocados nos cabos telefónicos, com mensagens semelhantes: «Abaixo o Pacto do Atlântico! Queremos um Pacto de Paz! Lutemos unidos pela Paz!». Na Margem Sul, de Cacilhas até à Cova da Piedade e ao Pragal, foram feitas inscrições pela Paz. Nas principais estradas algarvias, como em diversas localidades da região, surgem pinturas com tinta de alcatrão com frases como «Fora com os americanos» ou «Salazar negoceia com a vida de milhões de portugueses. Viva a Paz». O mesmo se fez em estradas do Alentejo e das regiões de Lisboa, Porto, Coimbra, Leiria, Aveiro. Meia centena de operários que trabalhavam a bordo de um paquete protestaram, no Porto de Lisboa, contra a entrada no estuário do Tejo de um porta-aviões⁴²⁹.

Em Coimbra, numa só noite de Fevereiro, «foram feitas inscrições em bem mais de vinte lugares espalhados pela cidade»: «Mais Pão e menos canhões»; «Paz e Escolas»; ou «Guerra: 1.500.000 contos – Assistência e Ensino: 0» eram algumas das mensagens contidas nessas inscrições. Em Março, igualmente em Coimbra, foram pintados os pedestais das «estátuas fronteiras à então nova Faculdade de Letras, com grande impacto nos grupos de estudantes que na manhã seguinte se deslocavam para as ir ver»⁴³⁰.

Por ocasião desta campanha, milhares de panfletos e manifestos emitidos pelas diversas organizações são distribuídos em todo o País. Segundo o PCP, terão sido 300 mil: MND e MUD Juvenil, através das suas comissões centrais ou estruturas distritais, locais e sectoriais, editam manifestos, tal como um «grupo de amigos da Paz»⁴³¹. A distribuição de tarjetas, mão a mão ou lançados de telhados e janelas, terá sido de tal ordem que as autoridades «chegaram a admitir que andasse algum avião a fazer a distribuição»⁴³². Em Fevereiro de 1952, o PCP edita o já citado manifesto do seu Secretariado⁴³³, que em algumas localidades «onde as dificuldades das organizações do Partido eram maiores», terá mesmo sido decisivo para que se tivessem realizado acções

⁴²⁹ «Para a frente partidários da Paz», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, pp. 1 e 6.

⁴³⁰ VILAÇA, Alberto, *Op. Cit.*, pp. 87-89.

⁴³¹ «Para a frente partidários da Paz», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, pp. 1 e 6.

⁴³² MELO, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, p. 83.

⁴³³ Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Editorial *Avante!*, Fevereiro de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

de repúdio pela reunião dos ministros dos países da NATO: «à base dele, e só à base dele, as massas actuaram nalgumas zonas (...). Há muito tempo que um manifesto do Partido não era tão bem distribuído e não alcançava tão grande sucesso»⁴³⁴.

Avaliando a jornada e o seu impacto, a direcção do PCP, reunida em Abril desse ano, falava num «grande passo em frente dado pelo nosso povo contra a política salazarista de guerra, pela Paz, pela independência nacional», bem como da «primeira grande luta do nosso povo contra a guerra». O facto de o plano de acção traçado pelo PCP ter sido cumprido «no fundamental» era ainda mais merecedor de destaque, tendo em conta as «suas forças e estando ainda em recuo, em consequência da situação criada pelos golpes sofridos e pela poderosa ofensiva policial lançada contra si». Contudo, foi na análise das deficiências verificadas no decorrer da campanha que o PCP mais se fixou, apontando o carácter clandestino e semi-clandestino da maioria das acções levadas a cabo como a mais grave de todas elas. Nessa reunião, reafirmou-se o princípio de que a «melhor forma de luta, mesmo para defesa dos combatentes de vanguarda, são as acções de massas de carácter mais aberto»⁴³⁵.

Havia, porém, um grande obstáculo à concretização plena desta directriz. A fronteira entre legal e clandestino, sendo porventura fácil de estabelecer no plano teórico, não o era no terreno da acção concreta: a repressão recaía, então, sobre toda e qualquer iniciativa que, ao salazarismo, lhe parecesse subversiva ou pró-comunista, por mais pequena que fosse; e a luta pela Paz era efectivamente assumida pela PIDE como uma emanção do PCP e da própria União Soviética⁴³⁶. Foi o caso, por exemplo, das angariações de assinaturas para a Paz, que a partir de certa altura passaram a ser particularmente visadas pela polícia política: o inspector superior da PIDE, na mensagem que endereçou às chefias da PSP e da GNR em Agosto de 1951, solicitava precisamente a captura e entrega à polícia política dos activistas que fossem encontrados a recolher assinaturas e que se lhes fossem passadas «buscas pessoais minuciosas e apreendendo-se-lhes quantos papéis tenham, mesmo os mais insignificantes

⁴³⁴ Amílcar [Sérgio Vilarigues], Intervenção na reunião do Comité Central, Abril de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

⁴³⁵ Idem, *ibidem*.

⁴³⁶ Na polícia política, os processos relativos à luta pela Paz são arquivados nos «Serviços Russos» (SR).

apontamentos, que muitas vezes procuram destruir no acto da captura»⁴³⁷. Foram dadas instruções semelhantes a várias delegações da PIDE, um pouco por todo o País⁴³⁸.

Foram, de facto, numerosos os activistas presos nestes anos quando participavam em acções de luta pela Paz, que claramente caberiam na designação de «legais»: em Novembro de 1950, a PIDE e a PSP prenderam dois jovens que participavam, em Lisboa, numa sessão de cinema organizada pela Associação Feminina Portuguesa para a Paz, e muitas das mulheres presentes foram, nos dias seguintes, instadas a apresentar-se na polícia política⁴³⁹; na primeira metade de 1951, um grupo de estudantes é capturado pela PIDE quando distribuía documentos sobre a Paz a jovens estrangeiros que participavam no Congresso das Juventudes Musicais, tendo alguns sido torturados com particular violência⁴⁴⁰; no segundo semestre do mesmo ano, mas em Gaia, 11 jovens recolhiam assinaturas e foram presos, torturados e mantidos incomunicáveis durante oito dias⁴⁴¹. Em Abril de 1951 é preso o membro do MUD Juvenil de Silves, Joaquim Nascimento Ventura, por ter sido o responsável pelo aparecimento de inscrições sobre «Paz» e «Liberdade»⁴⁴². O jovem activista tinha em seu poder um exemplar do *Manifesto aos Povos do Mundo Inteiro*, aprovado pelo II Congresso Mundial dos Partidários da Paz⁴⁴³.

Em Maio de 1952, o *Avante!* informava que o estudante Vasco Cabral se encontrava preso há cinco meses, e que tinha sido espancado, por ter recolhido assinaturas pela Paz; a mesma razão que levou, em Março, 12 jovens do Porto a serem detidos. Na mesma altura, dois operários foram presos em Silves, suspeitos de terem sido os autores de inscrições alusivas à Paz e, em Vale de Vargo, alguns trabalhadores rurais foram detidos pelas mesmas razões⁴⁴⁴. Em Fevereiro de 1952, em vésperas da

⁴³⁷ Circular confidencial interna 3.522 – SR, 23 de Agosto de 1951. «Movimento Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

⁴³⁸ Circular confidencial interna 3.569 – SR, 25 de Agosto de 1951, «Movimento Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

⁴³⁹ «Sob a mais violenta repressão, o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4.

⁴⁴⁰ «Contra o terror fascista, pela amnistia», in *Avante!* n.º 159, VI Série, Maio de 1951, p. 2.

⁴⁴¹ «Avante na recolha de assinaturas para a mensagem para um pacto de Paz», in *Avante!* n.º 162, VI Série, Outubro de 1951, p. 4.

⁴⁴² Entrevista a Joaquim do Nascimento Ventura, citado em DUARTE, Maria João Raminhos, *Op. Cit.*, p. 291.

⁴⁴³ Cf. IAN-TT, PIDE-DGS, SC PC 64/51 UI 5055, «Joaquim Nascimento Ventura», fl. 2, ofício dos PV da PIDE de Portimão ao director da PIDE, de 27 de Abril de 1951. Citado em DUARTE, Maria João Raminhos, *Op. Cit.*, p. 291.

⁴⁴⁴ «Contra a repressão e o terror fascistas. Amnistia! Amnistia! Amnistia!», in *Avante!* n.º 167, VI Série, Maio de 1952, p. 3.

reunião da NATO, vários activistas do MUD Juvenil do Algarve (Joaquim Farracha, Manuel Madeira, João Augusto Frederico, Vitoriano Rosa, Joaquim Silvestre e Manuel António Farracha) são presos por terem dirigido uma exposição ao ministro do Interior, reclamando a libertação de vários activistas que tinham sido presos por participarem em acções pela Paz⁴⁴⁵.

Numa das já citadas homenagens aos mortos da Grande Guerra, em 1951, foi preso Carlos Aboim Inglez⁴⁴⁶. Com ele, em Lisboa, foram outros 15⁴⁴⁷. Também Francisco Martins Rodrigues, jovem operário membro do MUD Juvenil, foi encarcerado por participar em acções em defesa da Paz⁴⁴⁸. Adelaide Baía, presa enquanto angariava assinaturas para a Paz, em 1951, passou um mês na cadeia, tendo sido depois disso despedida da empresa em que trabalhava, na decorrência da informação prestada à gerência pela polícia⁴⁴⁹.

Por toda a movimentação em torno da contestação à NATO, em Fevereiro de 1952, José Dias Coelho, Margarida Tengarrinha e António Alfredo Paiva Nunes, os três elementos da Comissão de Paz da Escola Superior de Belas-Artes tidos como os mais responsáveis pelo protesto, foram expulsos da instituição (e afastados de todas as escolas do País por um ano), enquanto outros foram afastados por um ano ou impedidos de fazer os exames – num total de 82 estudantes atingidos por esta punição⁴⁵⁰. Como já vimos (capítulo 3), a Associação Feminina Portuguesa para a Paz foi encerrada em Maio de 1952.

No dia 5 de Fevereiro de 1952, nas vésperas da reunião da NATO em Lisboa (realizada no final do mês, mas que esteve para ter lugar logo no início de Fevereiro), a PIDE prende os membros da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, José Morgado e Albertino Macedo, e outros opositores, como António Abreu, Óscar dos Reis, Joaquim Freitas, Carlos Alberto de

⁴⁴⁵ Cf. DUARTE, Maria João Raminhos, *Op. Cit.*, p. 292.

⁴⁴⁶ Entrevista com Carlos Aboim Inglez, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, volume 1, p. 19.

⁴⁴⁷ «Sob a mais violenta repressão o povo português levanta-se para a luta pela democracia, a liberdade e a paz», in *Avante!* n.º 154, VI Série, Dezembro de 1950, p. 4; A hora é de acção, in *Avante!* n.º 163, VI Série, Dezembro de 1951, p. 4.

⁴⁴⁸ Comissão Inter-Profissões do Movimento Nacional Democrático do Distrito de Lisboa, «O Pacto do Atlântico é contra o povo português», Lisboa, 19 de Fevereiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0676-Doc. 0145.

⁴⁴⁹ Entrevista a Adelaide Baía, citada em SERRALHEIRO, Lúcia, *Op. Cit.*, p. 155.

⁴⁵⁰ Entrevista com Margarida Tengarrinha, in MEDINA, Miguel, *Op. Cit.*, volume 1, pp. 144-145.

Oliveira e Alexandre Castanheira⁴⁵¹. O julgamento dos quatro dirigentes do MND teve um forte impacto internacional: a Associação Internacional dos Advogados Democráticos fez-se representar e os presidentes do Conselho Mundial da Paz e da Federação Democrática Internacional de Mulheres, respectivamente Frédéric Joliot-Curie e Eugénie Cotton, endereçaram protestos para o tribunal e mensagens de solidariedade aos réus⁴⁵².

Se a margem para a acção «legal» e aberta era, de facto, muito curta, não é menos certo que a luta pela Paz, e o movimento que a dinamizava, não se podiam remeter a uma clandestinidade auto-assumida, sob pena de deixarem de fazer sentido com o enquadramento táctico proposto (que analisámos no capítulo 3). Este dilema, entre a legalidade desejada e a semiclandestinidade imposta, marcaria a luta pela Paz em Portugal ao longo do período abordado nesta dissertação⁴⁵³.

Outra das deficiências salientadas pela direcção do PCP era a «fraca organização existente» no Movimento da Paz. A maioria das comissões não teria, então, uma «vida activa regular, não têm a sua actividade ligada às largas massas populares». De facto, depois de terem tido alguma iniciativa, em torno do *Apelo de Estocolmo* e do *Pacto de Paz* – na segunda metade de 1950 havia estruturas distritais e regionais⁴⁵⁴ e, em Abril de 1951, o PCP registava a existência de 106 comissões em funcionamento⁴⁵⁵ –, as comissões para a defesa da Paz ficariam praticamente à margem da grande movimentação em torno da contestação à reunião da NATO, no início de 1952, pelo menos no que à propaganda escrita diz respeito⁴⁵⁶ (foram o PCP, o MUD Juvenil e o MND a assumir o essencial desta jornada). Tal facto não deixa de ilustrar as dificuldades surgidas na construção do Movimento Nacional para a Defesa da Paz, ao mesmo tempo que revela a sensibilidade de que se revestiria – fora dos sectores mais próximos do PCP – a contestação à participação portuguesa na NATO.

⁴⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁵² MELO, Rose Nery Nobre de, *Op. Cit.*, p. 83.

⁴⁵³ Problema semelhante tinha já sido colocado aos comunistas no quadro do MUD Juvenil. Neste caso, a questão chegou mesmo a ser alvo de um debate interno: perante os crescentes obstáculos colocados pela repressão, devia persistir-se numa estrutura legal e unitária de juventude ou, por outro lado, se deveria reconstituir a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. Cf. MADEIRA, João, «O PCP e o MUD Juvenil», in *História*, n.º 28, Ano XIX (Nova série), Janeiro/Fevereiro de 1997, p. 35.

⁴⁵⁴ No Algarve, por exemplo, foram criadas logo em 1950 comissões distritais e regionais. Cf. IAN-TT, PIDE-DGS, SR 6361, NT. 2424, «João Augusto Filipe Gonçalves Saias», relatório de Outubro de 1950.

⁴⁵⁵ «A Paz não se espera, conquista-se!», in *Avante!* n.º 158, VI série, Abril de 1951, p. 4.

⁴⁵⁶ Amílcar [Sérgio Vilarigues], Intervenção na reunião do Comité Central, Abril de 1952. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

A crítica da direcção do PCP não se fica pelo Movimento Nacional para a Defesa da Paz. Também as organizações partidárias não estariam a dar a atenção devida a esta frente: «a maioria das células do Partido não tem participado colectivamente e de forma organizada na luta pela defesa da Paz, algumas delas estão mesmo desligadas da luta de massas, não vivem os problemas da paz e da guerra e, portanto, da classe operária e das massas trabalhadoras». Era esta, para o PCP, a principal razão explicativa do facto de, em muitas regiões do País, não se ter realizado praticamente nenhuma acção de contestação à NATO.

Analizados erros e deficiências, o PCP avança para a sua rectificação e correcção, propondo-se a alargar o debate interno sobre as questões da Paz e da sua relação com a situação do País, e sobre a própria táctica a empreender; e a levar por diante, de forma efectiva, a criação de um movimento para a defesa da Paz «com cabeça, tronco e membros, capaz de desenvolver e organizar amplas lutas do nosso povo pela defesa da Paz»⁴⁵⁷. Ou seja, reafirma aquelas que eram desde há dois anos as suas orientações para esta frente, propondo-se a levá-las efectivamente por diante. Nos meses que se seguem à jornada contra a NATO e à reunião da direcção do PCP, prosseguem as acções relacionadas com a defesa da Paz: inscrições⁴⁵⁸; recolha de assinaturas⁴⁵⁹, protestos contra o encerramento da AFPP, envio de cartas de protesto a embaixadas contra a guerra bacteriológica na Coreia, etc⁴⁶⁰.

Ao longo do período em análise, a luta pela Paz deu o mote a um vasto e diversificado conjunto de acções, na maioria – sobretudo no que diz respeito às sessões, recolha de assinaturas, aprovação de moções e iniciativas culturais e recreativas – englobadas no quadro das privilegiadas «acções legais». Com o agravamento da repressão, estas foram dando lugar (embora nunca desaparecendo) a outra tipologia de iniciativas, de carácter clandestino, entre as quais se destacam as inscrições ou as acções relâmpago de grande impacto público. Nunca tendo deixado de procurar envolver nesta luta destacadas personalidades de sectores muito distantes dos comunistas – entre os quais se destacam Egas Moniz, convidado a integrar a primeira Comissão Nacional para

⁴⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵⁸ «A batalha pelas inscrições», in *Avante!* n.º 168, VI Série, Junho de 1952, p. 3.

⁴⁵⁹ «Multipliquemos as acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 168, VI Série, Junho de 1952, p. 4.

⁴⁶⁰ «O povo português manifesta-se pela Paz», in *Avante!* n.º 169, VI Série, Julho de 1952, p. 4; «Mais acções em defesa da Paz», in *Avante!* n.º 170, VI Série, Agosto de 1952, p. 4. Na edição de Julho, surge também um artigo sobre a luta pela Paz no Mundo e, a toda a largura da primeira página, um apelo: «Lutai contra o Pacto do Atlântico!».

a Defesa da Paz, ou Teixeira de Pascoaes, que teve uma participação destacada nas comemorações do 15.º aniversário da Associação Feminina Portuguesa para Paz –, a imensa maioria das acções realizadas voltavam-se para a construção da já referida «unidade pela base», procurando envolver o maior número de pessoas em empresas, bairros, escolas ou associações. Não sendo inéditas, estas práticas seriam profundamente marcadas pelo reportório de acção colectiva que, à escala global, o movimento mundial da Paz, corporizado pelo Conselho Mundial da Paz, promovia.

Conclusão

*«Mas, apesar de tudo, os partidários da Paz organizam-se; apesar de tudo, reuniram milhares que declararam que a Paz é o seu maior anseio; apesar de tudo, milhões de indivíduos preveniram que considerariam criminoso de guerra o governo que mandasse lançar a primeira bomba atómica. E estes milhões de assinaturas, que efeito produziram? A palavra Paz é, agora, uma palavra que nunca falta em qualquer programa político. Nenhum dirigente político (ou candidato) se esquece de dizer que toda a sua actividade é em favor da Paz. Sem dúvida que alguns podem mentir. Alguns podem servir-se daquela palavra para lançar a guerra. Mas isso é outro problema. O que nos interessa para já é mostrar aos que ainda duvidam, como já é grande a força dos partidários da Paz. Como conseguimos criar uma opinião pública tão forte que aquele que pretende ser ouvido, tem que falar de Paz. Esta é uma vitória, uma grande vitória».*⁴⁶¹

Ao procurar destrinçar por que razão o PCP se empenhou numa luta desejavelmente legal e unitária, num momento marcado pelo seu refluxo organizativo e social, pelo seu isolamento político e pela agudização da repressão, foram desde logo as transferências transnacionais que se destacaram como determinantes. Esta problemática enquadra-se no processo de internacionalização da arena política, o que tem vindo a ser considerado como um factor determinante na evolução dos movimentos sociais⁴⁶². A

⁴⁶¹ «Os movimentos em defesa da Paz», in *Paz*, Boletim da Comissão do Porto de Defesa da Paz, n.º 9, Outubro de 1952, p. 3. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

⁴⁶² GEYER, Martin H. e PAULMANN, Johannes, *The Mechanics of Internationalism: culture, society and politics from 1840's to the 1st World War*, p. 208.

*época do imperialismo*⁴⁶³ e a *Era da Catástrofe*⁴⁶⁴ (com os seus significativos impactos económicos, sociais e políticos à escala internacional) induziram a multiplicação das reivindicações e propostas comuns da chamada «sociedade civil» em diversos contextos nacionais⁴⁶⁵. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a perpetuação da tensão internacional – expressa, então, na oposição entre os EUA e a URSS – daria continuidade a este processo.

Após a destruição e o sofrimento provocados pela Segunda Guerra Mundial e o impacto causado pelas explosões nucleares de Hiroxima e Nagasáqui, o advento da Guerra Fria trouxe, uma vez mais, o receio generalizado de uma conflagração mundial em larga escala. Neste quadro global tenso, também os movimentos sociais que pretendiam influenciar o curso dos acontecimentos extravasaram as fronteiras nacionais, articulando-se em estruturas mundiais⁴⁶⁶. Esta internacionalização estava mais facilitada para os promotores de valores universalistas, como a Paz e a cooperação entre países e povos, que inspiravam e conectavam entre si diferentes movimentos nacionais, permitindo a criação de estruturas de carácter internacional⁴⁶⁷: uma delas, emanada de organizações de resistência antifascistas de diversos países, da actividade de destacadas e reconhecidas personalidades e da prioridade que, sobretudo a partir da criação do *Kominform*, os diversos partidos comunistas passaram à conferir à luta pela Paz, foi o Conselho Mundial da Paz (CMP).

Este movimento, e as causas e campanhas que assumiu e dinamizou, tiveram uma considerável expressão um pouco por todo o Mundo: os seus congressos mundiais envolveram milhares de delegados de dezenas de países, entre os quais se contavam destacadas personalidades da literatura, das artes, das ciências e da política. Independentemente do facto de, em alguns contextos, os movimentos nacionais terem surgido antes do próprio CMP (e de, muitos deles, terem sido essenciais para a sua própria constituição), o programa de acção desta estrutura internacional modelaria determinantemente as diferentes organizações nacionais, uniformizando a sua acção e as

⁴⁶³ Fernando Rosas, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal», in ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.) *História da Primeira República Portuguesa*, p. 15.

⁴⁶⁴ HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*.

⁴⁶⁵ HOFFMAN, Stefan-Ludwig, *Civil Society: 1780-1914*, pp. 72-77.

⁴⁶⁶ O *Anuário das Organizações Internacionais* situa precisamente no período do segundo pós-guerra um dos picos na constituição de estruturas de carácter transnacional. Cf. GEYER, Martin H. e PAULMANN, Johannes, *Op. Cit.*, p. 208.

⁴⁶⁷ COLÁS, Alejandro, *International Civil Society*, p. 75. O autor garante mesmo que poucos são os movimentos que escapam a este impacto internacional.

causas específicas pelas quais se batiam, nomeadamente por via das campanhas mundiais que promoveu.

Em numerosos países do Mundo, foram criadas estruturas nacionais que lograram realizar importantes mobilizações pela Paz, contra a NATO ou contra a intervenção militar norte-americana na Coreia, e recolher milhões de assinaturas para as duas petições lançadas nestes anos: o *Apelo de Estocolmo*, pela proibição da arma atómica, e a que reclamava a assinatura de um *Pacto de Paz entre as Cinco Grandes Potências*. Portugal não foi excepção. No entanto, como pudemos verificar, a história dos *partidários da Paz* portugueses não é apenas passível de ser comparada com a dos restantes contextos nacionais; ela *cruza* desde o seu início a história do movimento internacional, participando na mesma: representantes portugueses estiveram presentes e intervieram nos congressos mundiais da Paz, integrando igualmente as componentes organizativas deste movimento. É de lembrar ainda que a reflexão teórica dos comunistas portugueses teve eco além-fronteiras⁴⁶⁸.

Todavia, a capacidade de mobilização e os padrões de participação nas acções propostas pelo Conselho Mundial da Paz foram fortemente condicionados pela «estrutura de oportunidade política» em Portugal. De facto, o quadro em que esta luta se desenvolveu, acabou por moldar a sua concepção, táctica e objectivos e influenciar a expressão que assumiu. No início da década de 50, o PCP encontrava-se enfraquecido por pujantes e sucessivos golpes da repressão e crescentemente isolado dos outros sectores da oposição ao salazarismo; quanto ao regime, recompusera-se dos efeitos do desfecho da Segunda Guerra Mundial e achara no seu alinhamento internacional com os EUA uma sólida garantia de sobrevivência.

Fechadas as portas ao estabelecimento da unidade com as elites oposicionistas, o PCP investiu essencialmente na mobilização das camadas populares, tendo como objectivo central a construção de uma frente tão ampla quanto possível de defesa da Paz. Esta prioridade ficava particularmente patente na aposta na criação de comissões para a defesa da Paz em locais de trabalho, estudo e residência, e nas iniciativas realizadas, a maior parte delas dirigidas não tanto a personalidades destacadas de várias

⁴⁶⁸ É disto exemplo o extenso artigo de Álvaro Cunhal sobre o papel do Portugal salazarista no Mundo bipolar da Guerra Fria, publicado pela revista teórica do Partido Comunista Francês: CUNHAL, Álvaro, «Salazar, fantoche dos anglo-americanos», publicado em *Démocratie Nouvelle*, Abril de 1948, in *Obras Escolhidas*, Tomo II, pp. 63-66.

áreas da vida nacional, mas à população em geral e a sectores específicos (trabalhadores, estudantes, jovens, mulheres, etc). Para além de alianças políticas, o PCP buscava também – e fundamentalmente – a concretização de alianças sociais.

A constituição desta frente, sendo uma das premissas em que assentava a tática dos comunistas a nível global⁴⁶⁹, assumiria em Portugal características específicas, como específica era a situação do País: com ela, o PCP pretendia fundamentalmente erguer uma segunda linha de resistência ao salazarismo – porventura menos consistente, mas seguramente mais abrangente⁴⁷⁰ – por via da contestação a um dos seus principais sustentáculos: o apoio internacional dos Estados Unidos da América. Este alinhamento estratégico do salazarismo com o campo atlantista permitiu relacionar a luta contra uma nova guerra com o processo político interno.

O ambicioso objectivo de impedir uma nova guerra, que unia os *partidários da Paz* portugueses com os seus congéneres além-fronteiras, surgia intimamente ligado a outro: a libertação do País do regime que, alinhando com os *fomentadores de guerra* anglo-americanos, estaria a empurrar o País para o abismo da catástrofe nuclear. O derrube da ditadura nunca deixou de ser o principal objectivo estratégico dos comunistas e a luta pela Paz inseriu-se no processo de mobilização que o PCP entendia ser necessário para o concretizar.

Mais significativamente condicionados pela conjuntura específica do País surgiram os resultados alcançados nestes primeiros anos pelo movimento da Paz. Não obstante a multiplicidade de acções realizadas, a repressão que então se abatia sobre tudo o que, ao regime, se assemelhasse a dissidência (sobretudo se esta viesse da área de influência do PCP), acabou por remeter a luta pela Paz para uma situação de objectiva semiclandestinidade, limitando a sua disseminação e impactos. Por outro lado, a conjuntura política concreta, verificada no Portugal do início dos anos 50, impelia o cruzamento de acções legais e clandestinas: limitar o desenvolvimento da luta pela Paz

⁴⁶⁹ O dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti propôs, na terceira conferência do Kominform, realizada na Hungria em 1949, que a *unidade pela base* era a forma mais apropriada a dar à luta pela Paz.

⁴⁷⁰ A propósito das alianças em torno da luta pela Paz, Álvaro Cunhal sublinhava que a luta contra o imperialismo e contra a guerra era tendente a alargar o «campo dos aliados do proletariado». Muito embora a repressão pudesse afastar alguns dessa unidade, a «força das circunstâncias levará também sectores importantes a esta unidade na luta pela Paz e contra o imperialismo em geral, na luta contra o imperialismo norte-americano em particular. São, na maior parte dos casos, os tais aliados ocasionais, temporários, pouco seguros de que falava Lênine. (...) Não há que esperar fazer com eles grandes acordos políticos, mas não se devem poupar esforços para os atrair a acordos práticos imediatos». Cf. Cunhal; Álvaro, *Duas cartas para a direcção do Partido*, 1954 (?). in *Obras Escolhidas*, tomo II, p. 234.

a iniciativas de carácter legal seria tendente a levar ao afastamento de muitos activistas, com receios de represálias (em muitos casos concretizadas), e a comprometer a segurança dos seus principais dinamizadores⁴⁷¹.

Não obstante estes condicionamentos e especificidades, o movimento dos *partidários da Paz* em Portugal reflecte mecanismos semelhantes a muitos outros processos de mobilização que têm vindo a ser analisados com o quadro teórico, explanado na Introdução. Na análise empírica realizada, pudemos comprovar que este movimento sofreu evoluções ao longo do exíguo recorte temporal analisado, no que se refere aos actores, acções e identidades envolvidas. Como Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow advertem, estes sofreram evoluções ao longo do episódio de disputa política em foco, revelando o seu carácter contingente. Ligado ao movimento da Paz, por exemplo, chegou a estar o conhecido republicano Egas Moniz, que o abandonaria assim que as primeiras críticas à NATO foram formuladas.

Por mais que os promotores deste movimento procurassem alcançar uma unidade tão ampla quanto possível, o clima bipolar que se vivia – no mundo como em cada um dos contextos nacionais – afastava irremediavelmente alguns intervenientes. Por outro lado, durante o processo de mobilização foram incorporados neste movimento específico muitos outros que até então não se tinham associado à acção política. O exemplo da comissão para a defesa da Paz da Escola Superior de Belas-Artes, a partir da irradiação da acção do MUD Juvenil, é disto sintomático, uma vez que, no quadro da luta pela Paz, foram mobilizados estudantes que não eram membros da estrutura juvenil.

No que respeita às acções levadas a cabo, verifica-se igualmente uma tendência evolutiva, no sentido de uma crescente preponderância da acção clandestina sobre a intervenção estritamente legal, o que é determinado pela interferência de outro protagonista central deste processo: o Estado, através dos seus instrumentos repressivos. Se, nos primeiros meses, foram frequentes as sessões públicas, a partir de certa altura impuseram-se sobretudo as inscrições em paredes e as acções-relâmpago. As próprias

⁴⁷¹ Esta realidade foi compreendida por Álvaro Cunhal que, a partir da prisão, alerta para os riscos de «oportunismo» e «sectarismo» inerentes à aposta exclusiva em acções de carácter legal no campo da luta pela Paz: «Quando, por exemplo, a actividade legal expõe imediata e directamente os combatentes à repressão, o apresentar como únicas formas de organização e de luta essas formas legais e exigir que as massas as adoptem pode levar a vanguarda a expor-se isolada à ofensiva fascista, separando-se das massas e incapacitando-se para conduzir estas.» Cf. CUNHAL, Álvaro, *Duas cartas para a direcção do Partido*, pp. 233-234.

recolhas de assinaturas, que numa primeira fase decorrem com alguma normalidade, passam a ser fortemente condicionadas pelas sucessivas prisões que se verificaram.

Mais relevante, todavia, foi a alteração verificada ao nível das identidades. Tendo em consideração que as assinaturas recolhidas para as petições lançadas pelo movimento da Paz foram-no sobretudo em espaços de grande implantação comunista, mas também forte tradição antifascista, é possível depreender que muitos opositores do salazarismo, que até então se identificavam sobretudo com os valores republicanos e democráticos, passam a assumir a sua proximidade com os *partidários da Paz* de todo o Mundo e, directa ou indirectamente, com o campo socialista. Os próprios comunistas, que no entre guerras e durante o segundo conflito mundial se reviam sobretudo na identidade colectiva antifascista, passam a sentir-se desde então igualmente aliados de todos quantos procuravam travar a ameaça de uma nova guerra. De facto, a partir dos primeiros anos da década de 50, o combate contra a ditadura salazarista, continuando a ser pela liberdade e pela democracia, passou a ser também pela Paz; da mesma forma que os que o travavam passaram a ser denominados não apenas democratas ou patriotas, mas igualmente partidários da Paz.

A percepção de ameaça ou de oportunidade política, valorizada no programa de investigação utilizado, permite destacar o receio de uma nova guerra – dramatizado pelo recurso à bomba atómica pelos EUA e a formação de grandes blocos militares – como causa primordial deste movimento. Alerta ainda para a importância que teve a compreensão, por parte dos comunistas, que a sensibilidade a esta causa, generalizada tendo em conta o quadro supra referido, lhes permitiria alargar a sua influência a sectores mais abrangentes – não tanto políticos, mas sobretudo sociais, entre os quais se destacam, naturalmente, os trabalhadores, mas também as mulheres e a juventude.

O programa de investigação dos movimentos sociais proposto na introdução permite ainda tirar outras conclusões sobre este processo de mobilização. Destacando o mecanismo de apropriação social de recursos organizacionais, sublinha a importância que o envolvimento do MND, do MUDJ, e da AFPP tiveram neste processo, no qual são também criadas novas estruturas – as comissões de Paz, aos mais variados níveis, e o próprio Movimento Nacional para a Defesa da Paz.

O PCP teve na constituição e funcionamento destas estruturas unitárias um papel determinante, sendo os seus mais destacados dirigentes, na sua maioria, filiados neste

partido. Com estas organizações, o Partido Comunista visava a criação de formas de enquadramento que permitissem uma mobilização – de determinados sectores e/ou relativa a temas concretos – que extravasasse o campo de influência comunista. Vários autores e protagonistas reconhecem, porém, que estes movimentos ganharam o seu próprio espaço político, não se constituindo como simples emanções do PCP⁴⁷². De facto, os comunistas mobilizaram para esta frente não apenas a sua estrutura partidária, mas também outros recursos organizacionais nos quais tinham influência, mas que estavam reservados para uma intervenção de âmbito social e cultural. A Associação Feminina Portuguesa para a Paz, como já foi ilustrado no capítulo 3, vocacionava a sua intervenção para o campo cultural e recreativo. Não obstante, mesmo mantendo esta tipologia de actividades (sessões, palestras, cursos), assumiu a defesa da Paz – com as novas *nuances* que a conjuntura de Guerra Fria lhe conferia –, acabando por ser compulsivamente dissolvida pela polícia política no rescaldo das movimentações contra a reunião da NATO em Portugal.

Já o MUD Juvenil, surgido em 1946 fundamentalmente com aspirações democráticas, assumiria a partir de 1950 a defesa da Paz como um postulado preponderante da sua actividade – toda uma geração de dirigentes e activistas deu os seus primeiros passos na luta política quando a Paz era uma das causas centrais no discurso e na acção dos sectores mais à esquerda da oposição ao salazarismo. Destes, vários seriam mais tarde destacados dirigentes do PCP, do próprio Movimento Nacional para a Defesa da Paz e dos movimentos de libertação das colónias portuguesas: Carlos Aboim Inglez, Pedro Ramos de Almeida, Ângelo Veloso, Francisco Martins Rodrigues, Maria da Piedade Morgadinho, Margarida Tengarrinha, Agostinho Neto ou Vasco Cabral são apenas alguns deles⁴⁷³.

⁴⁷² Mário Soares não considerava o MUD Juvenil uma «pura emanção do Partido Comunista», acrescentando a influência do PCP outra, «não menor» dos dirigentes do MUD e do «próprio esquema do unitário do trabalho político que desenvolvíamos, alheio a preocupações partidárias». Cf. MADEIRA, João, «O PCP e o MUD Juvenil», *Revista História*, n.º 28, Ano XIX (Nova Série), Janeiro/Fevereiro de 1997, p. 35. Sobre o MND, é Dawn Linda Raby a considerar que este não era um «mero instrumento do PCP». Cf. RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 47.

⁴⁷³ Com origem e percursos diferenciados, todos os activistas citados tiveram nos primeiros anos da década de 1950 profundamente envolvidos na luta pela Paz. Carlos Aboim Inglez, Pedro Ramos de Almeida, Ângelo Veloso, Maria da Piedade Morgadinho, Margarida Tengarrinha e Francisco Martins Rodrigues foram todos, mais tarde, funcionários clandestinos e dirigentes do PCP (tendo o último abandonado o PCP em meados da década de 1960 e criado a primeira organização maoísta portuguesa, a FAP). Os africanos Agostinho Neto e Vasco Cabral, depois de alguns anos como activistas do MUD Juvenil (e do PCP), seriam fundadores dos movimentos de libertação de Angola e Guiné-Bissau e dos

É ainda de destacar que esta evolução dos actores, acções e identidades teve um forte impacto no próprio episódio de conflito político. A crescente identificação por parte destes diferentes intervenientes e estruturas com o movimento mundial da Paz, impelida pelos comunistas, permitiu a participação na luta pela Paz de elementos provenientes de largas franjas da sociedade portuguesa, envolvendo-as em novos reportórios de acção colectiva. De facto, se não era desconhecida a tipologia de iniciativas levadas a cabo neste processo de mobilização, era inédita a escala que assumiam, e particularmente o seu carácter transnacional, nomeadamente no que se refere às já referidas petições lançadas nestes anos pelo movimento mundial da Paz⁴⁷⁴.

Em suma, com estes dados empíricos e quadros interpretativos, é possível observar o movimento à luz do seu enquadramento e dinamismo e apreender o seu papel no processo histórico. Inserido numa dinâmica global, e não obstante os condicionamentos internos, o investimento dos comunistas na mobilização em defesa da Paz «deixa um resíduo de mudança nos reportórios de contenção, nas práticas institucionais e identidades políticas, em nome das quais as futuras gerações farão as suas reivindicações»⁴⁷⁵.

Na verdade, nunca mais a luta pela Paz desaparecerá do discurso e da acção dos comunistas portugueses e dos sectores por si influenciados. Com preponderâncias diversas – dependendo da conjuntura política interna e externa –, esta luta prosseguiu juntando às suas causas fundadoras algumas outras, especialmente o apoio à luta dos povos coloniais pela independência. Depois de, em Dezembro de 1953, vários activistas terem sido presos no aeroporto de Lisboa quanto esperavam a chegada ao País de Maria Lamas, vinda do Congresso Mundial da Paz⁴⁷⁶, em 1954 é a integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana a assumir o destaque principal: o Movimento Nacional Democrático criticou a política colonial do governo e exigiu uma «solução negociada» para este problema, o que valeu aos seus principais dirigentes a prisão e um julgamento por «alta traição»⁴⁷⁷. Já nos anos 70, é novamente a NATO a ser contestada, por ocasião

principais dirigentes dos seus países após a libertação do colonialismo português. Agostinho Neto foi mesmo o primeiro Presidente da República Popular de Angola.

⁴⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 43-49.

⁴⁷⁵ TILLY, Charles, McADAM, Doug e TARROW, Sidney, *Dinamics of Contention*, p. 9.

⁴⁷⁶ «Carlos Alfredo de Brito», IAN-TT, PIDE/DGS, SC. PC. 160/53, n.t. 5093, vol. 1.

⁴⁷⁷ Cf. RABY, Dawn Linda, *Op. Cit.*, p. 44. O MUD Juvenil e o PCP também se pronunciaram sobre o assunto, no mesmo sentido. Cf. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del P., NT. 9668, PT 1.

da realização em Lisboa de uma reunião de ministros dos países membros⁴⁷⁸. Ao longo dos anos, e até ao 25 de Abril de 1974, há numerosas referências à luta pela Paz e à participação de activistas portugueses nas realizações do movimento mundial da Paz, tanto na imprensa do PCP⁴⁷⁹ como nos próprios processos da PIDE⁴⁸⁰.

A seguir à Revolução, a luta pela Paz prosseguiu – e prossegue ainda hoje – envolvendo diversos sectores e organizações, com particular destaque para o Conselho Português para a Paz e Cooperação, que integra actualmente os órgãos dirigentes do Conselho Mundial da Paz⁴⁸¹.

⁴⁷⁸ No âmbito desta contestação, foi mesmo levada a cabo uma operação da Acção Revolucionária Armada (ARA), ligada ao PCP, que destruiu o sistema de comunicações, ficando a capital portuguesa isolada do mundo por seis horas. Cf. SERRA, Jaime, *Eles têm o Direito de Saber*, pp. 166-167.

⁴⁷⁹ O jornal do PCP continuou a ser, até ao 25 de Abril, a principal fonte relativa ao movimento da Paz em Portugal.

⁴⁸⁰ A PIDE recolheu informação sobre a Assembleia Mundial da Paz realizada em 1969, em Berlim («Assembleia Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, n.º proc. 640 – CI (2), Pasta 226); e em 1970 apreende um vasto conjunto de material relacionado com o Conselho Mundial da Paz («Conselho Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, SR/ Proc. 333/46/170, N.T. 2545).

⁴⁸¹ O Conselho Português para a Paz e Cooperação, formalmente constituído em 24 de Abril de 1976, assume-se «herdeiro e fiel aos princípios que norteiam o movimento da Paz em Portugal desde os primeiros tempos da sua existência, no início da década de 50». Na sua XXI assembleia-geral, realizada em 2008, defendeu-se a dissolução da NATO, o desarmamento geral, simultâneo e controlado e a solidariedade com os povos vítimas de agressão ou bloqueio. Cf. «Quem somos», www.cppc.pt/site_old/public_html/. Na última assembleia do Conselho Mundial da Paz, realizada no Nepal em 2012, o Conselho Português para a Paz e Cooperação foi reeleito para o Comité Executivo e para o Secretariado desta organização internacional. Cf. www.wpc-in.org/index.html.

Fontes

Periódicos

Avante! de Janeiro de 1945 a Dezembro de 1953. Disponível em linha em: www.pcp.pt/avante-clandestino.

Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, n.º 8, Junho de 1951. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Boletim da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, n.º 9, Dezembro de 1951. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Juventude, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 1 (IV), Março de 1951. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 149.

Juventude, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 7 (IV), Abril de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 151.

Juventude, boletim da Comissão Central do MUD Juvenil, n.º 8 (IV), Julho de 1952. IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 477.

O Militante, entre 1950 e 1952. Disponível em linha em www.pcp.pt/o-militante-clandestino.

Paz, boletim da comissão do Porto de defesa da Paz, n.º 5, 11 de Novembro de 1951, p. 3. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Paz, Boletim da Comissão do Porto de Defesa da Paz, n.º 8, Abril de 1952, p. 4. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Paz, Boletim da Comissão do Porto de Defesa da Paz, n.º 9, Outubro de 1952, p. 3. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Relatórios, manifestos, circulares e tarjetas

Comissão Central do MUD Juvenil, «A Juventude e a Paz», Circular de Junho de 1950. Documento dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

Organização Regional de Lisboa do PCP, «Comunicado sobre a Conferência do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas», Janeiro de 1950. Documento dactilografado. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0745-Doc. 0211

Congresso Mundial dos Partidários da Paz, «Façamos do dia 2 de Outubro o “Dia da Paz”. Um dia de luta contra a guerra», 1949. Documento policopiado. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, PQ 0799-Doc. 0266.

Secretariado do Comité Central Partido Comunista Português, «União de todos os portugueses honrados na luta pela defesa da Paz contra a política de guerra da camarilha salazarista», Informe à reunião de direcção assinado por Amílcar [Sérgio Vilarigues], Setembro de 1950. Documento dactilografado. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Amílcar [Sérgio Vilarigues], «Intervenção na reunião do Comité Central», Abril de 1952. Documento dactilografado Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, «Lutemos pela Paz, lutemos pela independência nacional». Março de 1952. Documento impresso. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0674 – Doc. 0143.

Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, «Pacto de Paz e não Pacto do Atlântico», Janeiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0668/0672 – Doc. 0137/141.

Comissão Central do MUD Juvenil, «A Juventude e a Paz», Circular de Junho de 1950. Documento dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT. 10509, fl. 155.

Comissão Central do MUD Juvenil, «Em tua defesa, jovem!», Maio de 1952, Texto dactilografado. «MUD Juvenil», IAN-TT, PIDE-DGS, Del. C, PI 790, NT 10509, fl. 148.

Comissão Central do MUD Juvenil, circular n.º 1 (IV), 1951. «MUD Juvenil», IAN/TT, PIDE-DGS, SC-GT, NT9064, fl. 112.

Comissão Distrital de Lisboa do Movimento Nacional Democrático, «Aos democratas, aos defensores da Paz, aos portugueses», Fevereiro de 1952. Documento impresso. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq.0675-Doc. 0144.

Comissão Distrital de Lisboa do MUD Juvenil, «Às comissões de juventude do MUD Juvenil», Janeiro de 1950. Documento dactilografado. Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq 0767 – Doc. 0234.

Comissão Inter-Profissões do Movimento Nacional Democrático do Distrito de Lisboa, «O Pacto do Atlântico é contra o povo português», 19 de Fevereiro de 1952. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0676-Doc. 0145.

Congresso Mundial dos Partidários da Paz, «Façamos do dia 2 de Outubro o “Dia da Paz”, um dia de luta contra a guerra», Abril de 1949. Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais, Espólio Pinto Quartim, Pq. 0799-Doc. 0266.

Ruy Luís Gomes, «Ao povo!», 8 de Junho de 1951. Disponível em linha em *ruyluisgomes.blogspot.pt/2005/10/ao-povo-manifesto-eleitoral-do.html*

Secretariado do Comité Central do PCP, «Unamo-nos em Defesa da Paz», Fevereiro de 1952. Documento impresso. Arquivo do Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português.

Notas e circulares da PIDE-DGS

Nota confidencial da PIDE 1.209 – SR. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

Nota confidencial da PIDE n.º 3.522 – SR, 23 de Agosto de 1951. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

Notas confidenciais da PIDE 808, 809 e 810 – SR. «Movimento Mundial da Paz». IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

Circular confidencial interna 3.522 – SR, 23 de Agosto de 1951. «Movimento Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

Circular confidencial interna 3.569 – SR, 25 de Agosto de 1951, «Movimento Mundial da Paz», IAN-TT, PIDE-DGS, SR 333/46/173.

«João Augusto Filipe Gonçalves Saias», relatório de Outubro de 1950. IAN-TT, PIDE-DGS, SR 6361, NT. 2424

Fontes referentes aos movimentos mundial da Paz e comunista internacional

«Apelo de Berlim», in *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, n.º 36, Setembro/Outubro de 1951. Disponível em linha em www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/36/apelo.htm.

«Apelo de Estocolmo do Comité Permanente do Congresso dos Partidários da Paz», in *Problemas – Revista Mensal de Cultura Política*, n.º 29, Agosto-Setembro de 1950. Disponível em linha em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/29/apelo.htm

Andrei Jdánov, *Pela Paz, a Democracia e a Independência dos Povos*. Texto integral do relatório à Conferência dos Partidos Comunistas na Polónia, publicado em *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política n.º 5 - Dezembro de 1947*. Citado de www.marxists.org/portugues/zhdanov/ano/mes/paz.htm

Congres Mondial des Intelectuels por la paix, Wroclav-Pologne 25-28 Avril 1948, Compte Rendu presente par le bureau du secretaire generale. London School of Economics and Political Science Archives

World Peace Council, Second Congress of the Defenders of Peace, Warsaw 16-22 November 1950, Acts and Resolutions of the Congress, The World Peace Council elected by the Congress. London School of Economics and Political Science Archives.

Testemunhos

Depoimento de **Maria da Piedade Morgadinho** na sessão comemorativa do 60.º aniversário do Conselho Mundial da Paz, realizada no dia 30 de Janeiro de 2010 na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Disponível em linha em: http://www.cppc.pt/site_old/public_html/imagens/Simposio/

Depoimento de **Margarida Tengarrinha** na sessão comemorativa do 60.º aniversário do Conselho Mundial da Paz, realizada no dia 30 de Janeiro de 2010 na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Disponível em linha em: http://www.cppc.pt/site_old/public_html/imagens/Simposio/

Entrevista com **Carlos Aboim Inglez**, in MEDINA, Miguel, *Esboços: antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 1, Lisboa: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

Entrevista com **Maria da Piedade Morgadinho**, in MEDINA, Miguel, *Esboços: antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 2, Lisboa: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

Entrevista com **Margarida Tengarrinha**, in MEDINA, Miguel, *Esboços: antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 2, Lisboa: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

Entrevista com **Adelaide Baía**, in SERRALHEIRO, Lúcia, *Mulheres em grupo contra a corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*. Rio Tinto: Evoluta Edições, 2011.

Bibliografia

ADERETH, Maxwell, *The French Communist Party: a critical history (1920-84), from Comintern to "the colours of France"*, New Hampshire: Manchester University Press, 1984.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar, Biografia de uma Ditadura*, Lisboa: Edições Avante!, 1999.

ARAGON, Louis, «História da URSS», in MAUROIS, André e ARAGON Louis, *Os Dois Gigantes, História paralela dos Estados Unidos e URSS*. Vol. 8, Mem Martins: Europa-América, imp. 1969.

BURCHETT, Wilfred, *Novamente a Coreia?* Lisboa: Seara Nova, 1969.

BUTON, Philippe, «Partigiani della pace», in PONS, Silvio e SERVICE, Robert (org.), *Dizionario del comunismo nel secolo XX*, vol. II, Torino: Giulio Einaudi Editore, 2006.

CHANDRA, Romesh, «Há 25 anos, o Conselho Mundial da Paz», Revista Internacional: Problemas da Paz e do Socialismo, Revista Teórica e Informativa dos Partidos Comunistas e Operários, n.º 11 (1975/17), p. 164-168.

Colás, Alejandro, *International Civil Society: social movements in world politics*, Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.

COSTA, Fernando, «MUNAF», in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário da História do Estado Novo*. vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1996, pp. 637-639.

COSTA, Ramiro da, *Elementos para a história do movimento operário em Portugal (1820-1975)*. vol. II, Lisboa: Assírio e Alvim, imp. 1979.

CUMINGS, Bruce, *The Korean War – a history*, Nova Iorque: The Modern Library, 2011.

CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas*, Tomo I, Lisboa: Edições Avante!, 2007.

CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas*, Tomo II, Lisboa: Edições Avante!, 2008.

DIMITROV, Georgi, «A Bulgária será uma República Popular», in *Obras Escolhidas*, volume 4, Lisboa: Estampa, 1976, pp. 235-238.

DIMITROV, Georgi, «O fascismo é a guerra», in *Obras Escolhidas*, volume 3, Lisboa: Estampa, 1976, pp. 187-194.

DUARTE, Maria João Raminhos, *Silves e o Algarve – uma história da oposição à ditadura*, Lisboa: Edições Colibri, 2010.

ELLEINSTEIN, Jean, *História da URSS*, vol. IV – *A URSS contemporânea*, Sintra: Publicações Europa-América, 1976.

FIADEIRO, Maria Antónia, *Maria Lamas: Biografia*, Lisboa: Quetzal Editores, 2003.

FURET, François, *O passado de uma ilusão, Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*, Lisboa: Editorial Presença, 2001.

GEYER, Martin H.; PAULMANN, Johannes, *The Mechanics of Internationalism: culture, society and politics from 1840's to the 1st World War*, Oxford: Oxford University Press, 2001.

GIBIANSKII, Leonid, «The Last Conference of the Kominform», in VECA, Salvatore (dir.), *The Kominform, Minutes of the Three Conferences 1947/1948/1949*, Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1994.

GOLDSMITH, Maurice, *Frédéric Joliot-Curie*, Londres: Lawrence and Wishart, 1976.

HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos*, Lisboa: Presença, 1996.

HOFFMAN, Stefan-Ludwig, *Civil Society: 1780-1914*, Basingstoke [England]; New York: Palgrave Macmillan, 2006.

JUDT, Tony, *Pós-Guerra, História da Europa desde 1945*, Lisboa: Edições 70, 2006.

KENNEDY-PIPE, Caroline, *Stalin's Cold War: Soviet Strategies in Europe, 1943 to 1956*, Manchester: Manchester University Press, 1995.

KITSCHOLT, Herbert P., «Political opportunity structures and political protests: Anti-nuclear movement in four democracies», *British Journal of Political Science* Volume 16 / Issue 01 / January 1986, pp. 57-8.

MADEIRA, João, «O PCP e o MUD Juvenil», in *História*, n.º 28, Ano XIX (Nova série), Janeiro/Fevereiro de 1997.

MADEIRA, João, *Engenheiros de Almas – O Partido Comunistas e os Intelectuais*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

MADEIRA, João, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria – «Sectarismo», «Desvio de Direita», «Rumo à Vitória» (1949-1965)*. Dissertação de Doutoramento defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2011. Disponível em linha em: run.unl.pt/bitstream/10362/67111/1/O%20PCP%20e%20a%20guerra%20fria.pdf.

MANN, Keith, *Forging political identity. Silk and metal workers in Lyon France 1900-1939*, New York: Berghahn Books, 2010.

MARCOU, Lilly, *El movimiento comunista internacional desde 1945*, Madrid: Siglo

Veinteuno de España Editores, 1981.

MARIANO, Fátima, «Pacifismo e feminismo em Portugal nas vésperas da 1.^a Grande Guerra», comunicação apresentada no I Encontro anual *A Europa no Mundo “Pela Paz” (1849-1945)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 4 e 5 de Abril de 2013. Disponível em linha em: www.academia.edu/3227795/.

MAUROIS, André, «História dos Estados Unidos», in MAUROIS, André; ARAGON, Louis, *Os Dois Gigantes, História paralela dos Estados Unidos e URSS*. Vol. 3, Mem Martins: Europa-América, imp. 1969.

McCauley, Martin, *The Origins of the Cold War, 1941-1949*, 3.^a edição, Harlow: Pearson Longman, 2008.

MEDINA, Miguel, *Esboços: antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 1, Lisboa: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

MEDINA, Miguel, *Esboços: antifascistas relatam as suas experiências nas prisões do fascismo*, volume 2, Lisboa: Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

MELO, Rose Nery Nobre de, *Mulheres Portuguesas na Resistência*, Lisboa: Seara Nova, 1975.

MORGADO, José Cardoso, «Carta ao Coordenador da publicação *História de Portugal em Datas*», 27 de Novembro de 1994. Disponível em linha em josecardosomorgado.blogspot.pt/2007/12/carta-ao-coordenador-da-publicacao.html.

MORRAY, J.P., *Origens da guerra fria: de Yalta ao desarmamento*, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MOURA, Virgínia, *Mulher de Abril – Álbum de Memórias*, Lisboa: Edições Avante!, 1996.

OLIVEIRA, César de, «A evolução política», in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992 (*Nova História de Portugal*: 12).

Partido Comunista Português - 60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria (1921-1981). Lisboa: Editorial Avante!, 1982.

Partito Comunista Italiano, *Almanacco del 60'*, Partito Comunista Italiano, 1981.

PECHTANOV, Vladimir O., «The Soviet Union and the World, 1944-1953», in LEFFLER, Melvyn P.: WESTAD, Odd Arne (ed.), *The Cambridge History of the Cold War: Origins*. Volume 1.

PEREIRA, Joana Dias, *O Sindicalismo Revolucionário – A história de uma Idéia*. Lisboa: Centenário da República; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma biografia política: Duarte, dirigente clandestino, (1941-1949)*, volume II, Lisboa: Temas e Debates, 2001

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, uma Biografia Política: O Prisoneiro (1949-1960)*. volume III, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 2005.

PINAULT, Michel, «Le Conseil Mondial de la Paix dans la Guerre Froide», in VIGREUX, Jean e WOLIKOW, Serge (dir), *Cultures Communistes au XXeme Siècle – Entre Guerre et Modernité*, Paris: La Dispute, 2003.

PROCAC, Giuliano, «Togliatti, l'unité de la classe ouvrière et les taches des partis communistes et ouvrières», in VECA, Salvatore (dir.) *The Kominform, Minutes of the Three Conferences 1947/1948/1949*, Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1994.

RABY, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*, Lisboa: Salamandra, D.L. 1990.

ROBERTS, Geoffrey, *The Soviet Union in World Politics, Coexistence, Revolution and Cold War, 1945–1991*, Londres: Routledge, 1999.

ROSAS, Fernando, «O Estado Novo (1926-1974)», in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, sétimo volume, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1994.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2012.

ROSAS, Fernando, «A crise do liberalismo oligárquico em Portugal», in ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

ROSS, George, *Workers and Communists in France: From Popular Front to Eurocommunism*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California Press, 1982.

SERRA, Jaime, *Eles têm o direito de saber*, Lisboa: Edições Avante!, 1997.

SERRALHEIRO, Lúcia, *Mulheres em grupo contra a corrente: Associação Feminina Portuguesa para a Paz (1935-1952)*. Rio Tinto: Evoluta Edições, 2011.

SILVA, José da, *Memórias de um Operário*, volume 2, Porto: Convergência, 1971.

STÁLINE, Iossif, «Problemas Económicos do Socialismo», in *Últimos Escritos*. Lisboa: Pensamento e acção, 1975.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, «NATO», in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário da História do Estado Novo*. vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1996, pp. 703-706.

TELO, António José, «Política de Defesa», in ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário da História do Estado Novo*. vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, imp. 1996, p. 759-765.

TENGARRINHA, Margarida, *Quadros da Memória*. Lisboa: Edições Avante!, 2004.

THOREZ, Maurice, *O Filho do Povo*. Lisboa, Editorial Notícias, 1976.

TILLY, Charles; MCADAM, Doug; TARROW, Sidney, *Dynamics of contention*. Cambridge: University Press, 2001.

TOMA, Peter A., *The World Peace Council: a case study of a communist international front organization*. Los Angeles: University of Southern California, School of International Relations, 1958.

VILAÇA, Alberto, *O MUD Juvenil em Coimbra: História e estórias*. Porto: Campo das Letras, 1998.

WERNER, Michael e ZIMMERMANN, Bénédicte, «Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity». *History and Theory*, Vol. 45, No. 1 (Feb., 2006) p30-50

WILFRED, Wiegand, *Pablo Picasso*. Reinbek: Rowohlt, 1986.

WITTNER, Lawrence S, *Confronting the Bomb: A Short History of the World Nuclear Disarmament Movement*. Stanford: University Press, 2009

WOLIKOW, Sergei; TODOROV, Antony, «A expansão europeia do pós-guerra», in DREYFUS, Michel (dir.), *O Século dos Comunismos*. Lisboa: Diário de Notícias, 2004.

World Peace Council, *What is the World Council of Peace?* (1949-1954), Viena: Secretariat of the World Council of Peace, 1954.

Sítios internet

www.cppc.pt/site_old/

www.pazsimnatonao.org/

www.wpc-in.org/

www.marxists.org